

2. RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2018 DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA:

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal, nos termos da alínea i), nº. 1, do artº. 33.º, da Lei nº 75/2013, de 12/09, e do disposto no DL nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro, o Relatório de Gestão e Contas de 2018, da Câmara Municipal de Braga, a fim de serem submetidos à apreciação da Assembleia Municipal, documentos esses que aqui se dão como reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao Livro de Atas, depois de rubricados por todos os membros presentes na reunião.

PROPOSTA

Considerando que:

1. A prestação de contas está intimamente ligada à transparência e não deve ter como único objetivo responder à pressão da lei, mas, adicionalmente, refletir a obrigação, neste caso, dos eleitos, em garantir a transparência no uso dos recursos públicos.
2. Os documentos que aqui se apresenta tem como objetivo a efetivação da “prestação de contas” por parte do Executivo Municipal no final de mais um ano de mandato autárquico, assumindo uma dupla vertente: (i) realizar uma análise económica e financeira objetiva e comparada ao desempenho financeiro da autarquia, no decurso do ano de 2018, (ii) apresentar resultados da gestão e da atividade da Câmara Municipal nas mais diversas áreas de competência e de intervenção autárquica.
3. O presente Relatório de Gestão e Contas espelha a execução do Orçamento do Município de Braga relativo ao ano de 2018, e foi elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, cumprindo o preceituado n.º 13 do POCAL, e apresenta em anexo os mapas de Prestação de Contas.
4. As contas do Município de Braga foram auditadas e certificadas por um Revisor Oficial de Contas.

Propõe-se que:

1. A Câmara Municipal, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, delibere aprovar o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeira de 2018, e submeter os mencionados documentos, nos termos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 76.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, à apreciação da Assembleia Municipal;
2. A Câmara Municipal, nos termos do ponto 2.7.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal,



conforme proposto no Relatório, que o Resultado Líquido do Exercício, no montante de 6.089.091,51€, seja distribuído por:

- a) Reservas Legais – 304.454,58€
- b) Resultados Transitados – 5.784.636,93€

Paços do Concelho de Braga, 3 de abril de 2019.

O Presidente da Câmara Municipal,



(Dr. Ricardo Rio)



Relatório de Gestão e Contas 2018



www.braga.pt

Esta página ficou propositadamente em branco

BRAGA

Cidade autêntica

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2018

Praça do Município
4700-435 Braga

www.cm-braga.pt
municipe@cm-braga.pt

ÍNDICE DE TÍTULOS

1.	Braga – Cidade europeia (também do desporto)	7
2.	Sumário Executivo	22
2.1.	Processo Orçamental	22
2.2.	Desempenho Económico-Financeiro	26
3.	Recursos Humanos	30
3.1.	Volume de Emprego	30
4.	Execução Global do Orçamento	37
4.1.	Análise Sumária do Orçamento	37
4.2.	Equilíbrio Orçamental	39
4.3.	Resumo dos Movimentos Financeiros	40
4.3.1.	Movimentos da Conta de Gerência	40
5.	Processo Orçamental	41
5.1.	Execução Orçamental da Receita	41
5.1.1.	Evolução da Receita	41
5.1.2.	Grau de Execução da Receita	45
5.1.3.	Receita Corrente	47
5.1.3.1.	Estrutura e Execução das Receitas Correntes	47
5.1.3.2.	Receitas Fiscais	50
5.1.4.	Receita de Capital	52
5.2.	Execução Orçamental da Despesa	53
5.2.1.	Estrutura e Execução da Despesa	53
5.2.2.	Evolução da Despesa	55
5.2.3.	Despesa Corrente	58
5.2.4.	Despesa de Capital	60
5.2.5.	Grandes Opções do Plano	62
6.	Desempenho Económico-Financeiro	66
6.1.	Análise da Estrutura do Balanço	66
6.2.	Demonstração de Resultados por Natureza	71
6.2.1.	Custos e Perdas	72
6.2.2.	Proveitos e Ganhos	74
7.	Análise da Dívida do Município	77
7.1.	Nota introdutória	77
7.2.	Posicionamento da dívida municipal, a 31 de dezembro de 2017	79
7.4.	Limites para 2018	81
7.5.	Entidades relevantes para os limites legais da dívida, a 31 de dezembro de 2018	81
7.6.	Posicionamento da dívida municipal, a 31 de dezembro de 2018	86
7.7.	Limites para 2019	88
8.	Indicadores	89
8.1.	Indicadores Globais	89
8.1.1.	Meios Humanos	89
8.1.2.	Meios Financeiros	90
8.2.	Indicadores de Eficácia	92
8.3.	Indicadores de Eficiência/Produtividade	93

9.	Proposta de Aplicação de Resultados	94
10.	Demonstrações Financeiras	95
10.1.	Balanço	95
10.2.	Demonstração de Resultados	98
10.3.	Anexos às Demonstrações financeiras.....	100

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução do número de efetivos.....	31
Figura 2 – Evolução da execução da receita (2015 - 2018).....	42
Figura 3 – Evolução do peso relativo das principais receita	43
Figura 4 – Estrutura das receitas correntes	47
Figura 5 - Evolução da Receitas Correntes (2015 - 2018)	48
Figura 6 - Estrutura e evolução das receitas fiscais.....	51
Figura 7 – Orçamento final <i>versus</i> Despesa paga	53
Figura 8 – Estrutura das despesas pagas.....	54
Figura 9 - Estrutura das despesas correntes	59
Figura 10 - Estrutura das despesas de capital.....	61
Figura 11 e 12– Evolução da execução das Atividade Mais Relevantes e Plano Plurianual de Investimentos.....	65
Figura 12 – Dívidas a terceiros – curto prazo	68
Figura 13 – Dívidas a terceiros – médio e longo prazo	68
Figura 14 – Evolução do passivo com e sem provisões para riscos e encargos	69
Figura 15 – Componentes do balanço.....	70
Figura 16 – Estrutura dos custos	72
Figura 17 – Comparação dos custos (2017/2018).....	73
Figura 18 – Estrutura dos Proveitos	74
Figura 19 – Comparação dos Proveitos (2017/2018).....	75
Figura 20 – Evolução dos resultados no quadriénio 2015-2018.....	76

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Contagem de trabalhadores segundo o nível de antiguidade	30
Quadro 2 – Distribuição dos colaboradores por género.....	31
Quadro 3 – Contagem de trabalhadores por vínculo contratual e género.....	31
Quadro 4 – Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira e género	32
Quadro 5 – Movimento de entrada de colaboradores, por modo de ocupação.....	33
Quadro 6 – Movimento de saída de colaboradores, segundo o motivo	34
Quadro 7 – Turnover (2018).....	35
Quadro 8 – Quadro resumo da evolução dos trabalhadores.....	35
Quadro 9 – Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo nível de escolaridade e género	36
Quadro 10 - Evolução da execução orçamental (2017-2018).....	37
Quadro 11 - Evolução do saldo global.....	38
Quadro 12 – Equilíbrio Orçamental	39
Quadro 13 - Resumo da conta de gerência de 2018.....	40
Quadro 14 - Evolução das Receitas (2015 - 2018).....	44
Quadro 15 - Execução da receita por classificação económica	46
Quadro 16 - Estrutura das Receitas Correntes.....	47
Quadro 17 – Evolução das receitas fiscais	50
Quadro 18 - Estrutura e execução das receitas de capital.....	52
Quadro 19 - Estrutura e execução orçamental da despesa	54
Quadro 20 - Evolução das despesas (2014 – 2018).....	57
Quadro 21 - Estrutura e execução orçamental da despesa corrente	58
Quadro 22 - Estrutura e execução orçamental da despesa de capital	60
Quadro 23 - Estrutura e execução do Plano Plurianual de Investimentos	62
Quadro 24 - Estrutura e evolução patrimonial da autarquia: Balanço sintético	66
Quadro 25 – Demonstração de Resultados por Natureza comparada	71
Quadro 26 - Indicadores dos Meios Humanos.....	89
Quadro 27 - Indicadores dos Meios Financeiros.....	90
Quadro 28 - Indicadores de Eficácia.....	92
Quadro 29 - Indicadores de Eficiência/Produtividade	93

1. BRAGA – CIDADE EUROPEIA (TAMBÉM DO DESPORTO)

O presente relatório de Gestão e Contas visa dar a conhecer as principais atividades desenvolvidas no ano de 2018 pelo Município de Braga, bem como a forma como os recursos humanos, organizacionais e financeiros foram aplicados, em alinhamento com o Orçamento e Grandes Opções do Plano da autarquia, que foram aprovados pela Assembleia Municipal em dezembro de 2017.

Para o efeito, tal como no exercício anterior, este documento encontra-se organizado através dos seguintes capítulos:

I – Braga - Cidade Europeia (também do Desporto)

II – Sumário Executivo

III – Recursos Humanos

IV – Execução Global do Orçamento

V – Processo Orçamenta da Receita e Despesa

VI – Desempenho Económico e Financeiro

VII – Análise da Dívida do Município

VIII – Indicadores

IX – Proposta de Aplicação de Resultados

X – Demonstrações Financeiras e Anexos

2018 foi um ano marcante sob várias perspetivas, desafiante em alguns domínios, exigente para o universo municipal e ao longo do qual se observou uma imprevisibilidade global crescente.

2018 foi um ano marcante ao nível do investimento autárquico, consubstanciado na concretização de diversos projetos estruturantes, alguns (nem todos) alavancados na correspondente participação comunitária, que certamente irão marcar a vida da comunidade nos próximos anos, a título de exemplo, a requalificação do antigo Parque de Exposições de Braga, a expansão e requalificação do Eixo Desportivo da Rodovia, a conclusão dos projetos e candidaturas para as obras dos Bairros Sociais

de Santa Tecla e Enguardas, a requalificação de equipamento e espaço público, a requalificação e modernização em termos tecnológicos do Parque Escolar.

2018 foi ainda um ano extremamente desafiante porque incorpora um conjunto de projetos, investimentos e objetivos, trabalhados, estruturados e clarificados ao longos dos últimos dois anos, alguns dos quais de complexidade elevada e, que, por vicissitudes várias, apenas no presente ano foi possível reunir as condições técnicas e legais tendentes ao início da sua concretização como a Requalificação do Mercado Municipal, Mobilidade Urbana, Parque das Sete Fontes, o Reforço da Promoção Turística, primeiros passos na candidatura à Capital Europeia da Cultura.

2018 foi também um ano exigente para todo o universo municipal, em que assistimos a um crescimento exponencial dos processos urbanísticos, concretizámos centenas de novos recrutamentos, continuamos a avançar com o projeto de modernização administrativa, materializamos um programa cultural abrangente, reformulamos as parcerias ao nível educativo assumindo ainda o desenvolvimento das atividades de enriquecimento curricular, concretizamos o resgate da concessão do estacionamento à superfície e transformamos Braga na Cidade Europeia do Desporto, com o sucesso que hoje unanimemente se reconhece, e cuja memória seguramente perdurará de forma duradoura, mas cujo êxito só foi possível graças ao envolvimento da estrutura municipal bem todos os Bracarenses.

Em cada uma das áreas e estruturas do Município, é equivalente o crescimento do volume de responsabilidades e a qualidade da resposta aos anseios dos Bracarenses, num desempenho que, não sendo isento de críticas, sentimos que gradualmente caminha para uma gestão mais inteligente e exigente com maior proximidade com o cidadão, uma nova abordagem aos processos de relação com o cidadão, colocando a tónica na valorização dos trabalhadores.

O percurso iniciado por este executivo em 2013 está a ser trilhado de forma responsável e coerente, pese embora haja a total consciência que ainda há muito para fazer e vários problemas para corrigir. Permanecem constrangimentos que dificultam a materialização de alguns projetos relevantes para a cidade, mas o compromisso deste executivo é trabalhar para os ultrapassar da melhor forma possível.

O ano de 2018 ficou indubitavelmente marcado pela inauguração do Altice Forum Braga, um equipamento de excelência que foi colocado não só ao serviço da cidade, mas também de toda a

região e que já está a posicionar Braga como um destino privilegiado de turismo e de negócios, com capacidade para atrair os principais eventos nacionais, captar eventos e espetáculos de dimensão internacional e reforçar as infraestruturas à disposição da cultura e do desporto. De destacar que desde que abriu ao público, o Altice Forum Braga já recebeu mais de 100 eventos, atingindo um número superior a 200 mil visitantes, e é já considerado o principal palco para eventos do Norte do país.

Um outro projeto estruturante para a dinamização económica da cidade, a requalificação do Mercado Municipal, teve o seu arranque em 2018, com o início dos arranjos exteriores que vão dotar o centro histórico de uma nova centralidade. Em 2019 irá iniciar a requalificação do Mercado.

Foi também efetuada uma revisão e atualização do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Económico de Braga 2014-2026, pois após quatro anos de execução das medidas previstas no Plano, e estando perante uma realidade bastante diferente da de então, impunha-se esta revisão. Os objetivos não mudaram: pretende-se que Braga seja cada vez mais reconhecida como uma cidade aberta ao mundo, a partir da sua história e património, caracterizada pela multiculturalidade e multilinguismo, com a educação e inovação no centro do seu ecossistema económico, e que está a evoluir no contexto do “lema” made in Braga para o invented/designed in Braga.

A captação de investimento externo, nomeadamente através InvestBraga, continuou a ser uma prioridade económica em 2018 e tem desempenhado um papel primordial na captação e acompanhamento do investimento no concelho. Foi um ano em que Braga viu crescer o investimento externo, aumentar o emprego e crescer nas exportações. Essa foi uma aposta ganha em 2014 e que continuará a dar frutos para Braga e Portugal.

Braga teve em 2018 o seu melhor ano no turismo, que culminou com a atribuição do prémio 2º melhor destino turístico europeu, atribuído já no início de 2019. E de facto a promoção turística foi uma aposta clara de Braga, com o lançamento de diversas iniciativas no sentido de promover o concelho. Em conjunto com a Associação Comercial de Braga, foi lançada em 2018 uma plataforma digital de promoção de oferta turística da cidade, “VisitBraga.travel”. Ao mesmo tempo, Braga apresentou-se de diversas feiras internacionais de turismo, com destaque para Paris, Barcelona e Madrid, no sentido de promover-se junto dos principais países que visitam Braga. Para discutir esta

temática, foi também realizado o I Fórum de Turismo de Braga. Foi também criado um Conselho Consultivo do Desenvolvimento Turístico, órgão para ajudar uma estratégia concertada entre entidades públicas e privadas para o desenvolvimento do sector.

A Cultura em Braga tem sido uma aposta consistente. No final do ano foi apresentada a estratégia 'Braga Cultura 2030' - um primeiro passo para a futura candidatura da cidade a Capital Europeia da Cultura em 2027. Ao mesmo tempo, foi lançada a plataforma digital colaborativa "bragacultura2030.pt", um espaço de partilha e de acompanhamento da evolução do processo, assim como a sua metodologia e calendário.

A grande conquista cultural do ano para o Município de Braga foi o anúncio que em 2020 Braga acolherá a Capital da Cultura do Eixo Atlântico, indo de encontro ao objetivo do presente quadriénio de afirmar-se continuamente como Capital de Cultura. Trata-se de um enorme desafio na afirmação de Braga na euro-região em que se insere, além de uma enorme oportunidade para promover os projetos culturais desenvolvidos pelas entidades sediadas no nosso concelho.

No ano de 2018 foi assinalado o Ano Europeu do Património Cultural com um conjunto de atividades centradas na promoção e valorização das diversas tipologias patrimoniais. Na qualidade de Cidade Criativa da UNESCO para as Media Arts, foi continuada a aposta neste setor, no sentido de potenciar o papel de Braga neste peculiar espectro da ação cultural. Neste ano foi também apresentado o projeto preliminar para a requalificação e ampliação do antigo cinema São Geraldo, uma intervenção que será fundamental para a oferta cultural no concelho. Por fim, e com o objetivo de promover a regeneração da Fábrica Confiança e devido à falta de financiamento externo, foi iniciado o processo de alienação a privados, o que deverá ser concluído durante o corrente ano.

As atividades para a área cultural foram desenvolvidas em redor dos três objetivos centrais elencados no plano para o ano de 2018: promoção da identidade, qualificação da oferta e capacitação dos agentes. As principais atividades do calendário, como a Braga Romana, as Festas de São João, a Feira do Livro, a Noite Branca ou a Braga Barroca, mantiveram a qualidade que já habituou os Bracarenses, havendo uma aposta renovada na programação destes eventos.

Será consensual afirmar que 2018 foi o ano do desporto em Braga. Com o título de melhor Cidade Europeia do Desporto de 2018, mas sobretudo pelo título de melhor Cidade Europeia do Desporto

de sempre, ambos atribuídos pela European Capitals and Cities of Sport Federation (ACES Europe), entidade europeia que superintende e avalia as várias cidades relacionadas com este projeto europeu, Braga Cidade Europeia do Desporto 2018 foi um enorme êxito.

Durante este ano, Braga foi palco de centenas de atividades desportivas, com mais de 612 eventos de 74 modalidades que abrangeram 131 mil praticantes, com competição profissionais e de recreação, mais de 315 mil espectadores num total de quatro mil e quinhentas horas de atividade. Estes são dados que contribuíram, decisivamente, para que Braga se destacasse das restantes 20 cidades que durante este ano ostentaram o título de Cidade Europeia do Desporto. Um dos aspetos mais relevantes, tornando-se uma das principais conquistas de Braga CED2018, relaciona-se com a participação de 169 entidades/associações bracarenses, que correspondem a 69% do volume total das entidades participantes na programação de Braga CED2018, que responderam afirmativamente a este projeto, dando corpo e dimensão ao mesmo.

Ainda ao nível desportivo, foi também durante este ano que foi inaugurado o renovado Parque Desportivo da Rodovia, um equipamento de referência para a prática desportiva e de lazer. Com um aumento do espaço em cerca de 50%, o Parque Desportivo apresenta agora novas valências, estando dotado de equipamentos para a prática de várias modalidades, novos balneários, parques de lazer e fitness, parque infantil e parque geriátrico. Este renovado parque representou um investimento de 3 milhões de euros.

Iniciaram-se também as obras de requalificação no Complexo das Piscinas da Rodovia, com um custo global de 950 mil euros, que irá dotar o complexo de novas valências, como a construção da cobertura de um Campo de Ténis e um de Padel e a edificação de uma estrutura de apoio ao Ténis.

Iniciou-se também a requalificação da Pousada da Juventude de Braga, um equipamento que agora está sob alçada municipal. Esta remodelação tem como principal objetivo aumentar a sua capacidade de alojamento para cumprir com as expectativas de atracção de Braga e cumprir com os critérios inerentes aos protocolos e funcionamento do Centro de Juventude.

No que se prende a Educação, foi dada continuidade aos trabalhos com vista à conclusão da Revisão da Carta Educativa, à materialização do Projeto Educativo Local, à consolidação de Braga enquanto Cidade Educadora no fortalecimento da rede de parcerias e participações em ações da RTPCE, à

conservação e incremento da estratégia inovadora em matéria da ação social escolar, à manutenção e apetrechamento do edificado escolar com particular realce para a implementação da plataforma SIGA Braga e trabalhos conducentes ao reconhecimento de Braga como Cidade Amiga das Crianças. Houve um incentivo no que aos projetos educativos de âmbito intermunicipal diz respeito; deu-se a implementação do novo modelo de funcionamento do Centro Qualifica Braga, com vista à assinatura da rede concelhia dos cinco centros Qualifica e, por último, mas não menos importante, a execução do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar - Saber Crescer e ETAE.

Foram ainda integradas ações com reconhecido valor para a comunidade educativa, tendo obrigado ao redireccionamento do plano de ação da estratégia municipal. Particular enfoque no retomar da efetivação e implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular nas escolas do concelho, para o ensino profissionalizante com a iniciativa Profissionaliza-te, para o ensaio de estratégias inovadoras de gestão de recursos humanos que, para além da formação, contemplou reforço da equipa dos colaboradores afetos à rede pública escolar de Braga, com a contratação de 134 assistentes operacionais para as escolas durante este ano. Este reforço continuará durante o ano de 2019. Ainda, no âmbito da gestão escolar, projetou-se um novo modelo de gestão protocolar em matérias como Refeições Escolares, Atividades de Animação de Apoio à Família e a uma reestruturação da Escola de Educação Rodoviária.

Braga está a caminho de se tornar uma cidade com mobilidade mais sustentável. Muito tem sido feito e muito mais há a fazer. Os Transportes Urbanos de Braga compraram em 2018 seis autocarros elétricos e foi iniciado o processo para a renovação de 30% da frota dos Transportes Urbanos de Braga, num investimento global de 10 milhões de euros na. O objetivo, a realizar até 2021, contempla a aquisição de 32 autocarros com superior eficiência e eco sustentabilidade, assegurando os melhores níveis de sustentabilidade e performance ambiental dos serviços prestados no transporte coletivo de passageiros em Braga.

Foi também em 2018 que o Município conseguiu terminar o resgate da concessão do estacionamento pago à superfície, terminando com o alargamento que tinha sido efetuado pelo anterior executivo. Ao mesmo tempo, foi também realizado um estudo sobre o estacionamento à superfície e preparada a passagem para os Transportes Urbanos de Braga a responsabilidade da fiscalização do estacionamento, o que será concretizado em 2019.

O projeto BUILD, financiado pelo Fundo Ambiental, iniciou-se em 2018 para criar um ambiente de inovação com suporte em parceiros científicos, como a Universidade do Minho ou o INL mas também com outras entidades, como os TUB, a AGERE ou as Juntas de Freguesia da cidade, para iniciar diversos projetos que promete revolucionar a mobilidade em Braga.

Outro projeto emblemático que foi iniciado neste ano foi o programa de mobilidade escolar ‘School BUS’, que visa reduzir o congestionamento automóvel no perímetro das escolas. O projeto apresenta-se como a medida com maior impacto na alteração de comportamentos de mobilidade, passando o objetivo por operacionalizar a existência do ‘School BUS’ para transportar, de forma segura, os alunos desde pontos centrais localizados à entrada da Cidade até às respetivas escolas. Este projeto, apesar de recente, recebeu o prémio ‘Município do Ano 2018’ na categoria Região Norte atribuído pela plataforma UM-Cidades, que visa reconhecer as boas práticas de projetos implementados pelos Municípios com impacto no território, na economia e na sociedade, promovendo o crescimento, a inclusão e a sustentabilidade.

Para resolver problemas relacionados com a mobilidade, o ‘Kiss and Go’ foi implementado nas imediações das escolas, reservando lugares de paragem de automóveis destinados unicamente à tomada e largada de crianças. Sendo que alguns problemas relacionados com a mobilidade na cidade, em horas de ponta, estão relacionados com o acesso às Escolas e com os horários das mesmas, estes projetos são fundamentais para combater esses problemas e melhorar a segurança, acessibilidade e mobilidade junto às zonas escolares.

Na área de valorização do património, destaque para o avanço em dois projetos fundamentais para os próximos anos: o Município de Braga e a Universidade do Minho assinaram um protocolo de cooperação que visa o desenvolvimento do projeto integrado de valorização, musealização e adequação à visita do conjunto arqueológico das Carvalheiras, classificado como Imóvel de Interesse Público. Por outro lado, uma equipa multidisciplinar contratada pelo município, elaborou durante o ano de 2018 a Estratégia Executória e Estudos Urbanísticos para o futuro parque das Sete Fontes. Este trabalho foi apresentado já no início de 2019.

Um concelho mais sustentável e amigo do ambiente foi também o mote para a AGERE ter modificado o sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos. Deste modo, iniciou-se em 2018 a instalação do

novo sistema, que representou um investimento de 6,2 milhões de euros, que permite realizar de uma forma mais eficaz e sustentável a recolha de resíduos urbanos. Este novo sistema, que está a ser concluído agora em 2019, traz benefícios para o meio ambiente e para a saúde pública, terminando com o flagelo do lixo colocado na rua.

Foi concluída também a rede exequível de saneamento a 100% no concelho de Braga, um investimento de 3 milhões de euros, financiado a 85% por fundos europeus, essencial para melhorar a qualidade de vida das populações de zonas mais periféricas que ainda não tinham acesso a estes serviços.

A gestão do espaço público foi em 2018 uma prioridade renovada na ação municipal no sentido de melhorar a qualidade de vida dos Bracarenses. Destaque para as intervenções de melhoria no espaço público e instalações municipais, diretamente realizadas pelos serviços municipais, que totalizaram 5052 intervenções durante este ano. Foram, ainda, adjudicadas a entidades externas 91 médias e grandes empreitadas no espaço público e em equipamentos municipais (num total de investimento de mais de 13 milhões de euros).

Este foi um ano em que o Município dedicou especiais esforços no combate à degradação natural do espaço público, ciente não só dos grandes desafios, mas também do enorme conjunto de pequenas ocorrências que, por vezes, se manifestam como enormes problemas para os munícipes.

Foi lançada este ano a aplicação “Braga Resolve”, uma plataforma de proximidade entre os serviços municipais e os munícipes, que permite a recolha e a partilha aberta de informação georreferenciada relativa a ocorrências no espaço público (app e website). Este sistema é hoje uma ferramenta essencial no trabalho diário do Município nesta área, uma vez que permite a qualquer cidadão reportar um problema ou situação relativa ao espaço público de forma simples, rápida e eficaz. Esta plataforma permite que seja monitorizado o estado de cada uma das ocorrências de forma integrada com os sistemas e plataformas já existentes no universo municipal, sendo certo que permite, também, que os munícipes tenham conhecimento direto e imediato acerca do estado do tratamento das diversas ocorrências através de plataforma aberta.

Outra das modificações importantes ocorridas foi alteração do regulamento do acesso às zonas pedonais do centro histórico, num processo enquadrado num conjunto de medidas que visam a

defesa do modo pedonal no Centro Histórico, que é já uma imagem de marca da Cidade, tornando-o mais cómodo, seguro, agradável, inclusivo, amigo do ambiente, com qualidade urbana e sustentável. Iniciou-se também um processo de regulamentação dos métodos de suspensão e de condicionamento ao acesso ou ao usufruto do espaço público por motivos de instalação de equipamentos, serviços, redes de circulação, de energia, de distribuição de bens ou de outros recursos. Este processo ficará concluído em 2019.

Este ano houve especial atenção à sinalização vertical e horizontal das diversas vias rodoviárias do concelho que estão sob a alçada do Município. Depois de realizado o levantamento de pontos críticos, o Município iniciou um processo de reformulação de dezenas de passadeiras, que passaram a estar melhor sinalizadas e enquadradas face aos condicionalismos que hoje as oneram. Durante este ano, procedeu-se, também à substituição de centenas de sinais de trânsito por outros mais modernos e que contribuem para uma maior segurança, quer dos condutores, quer dos peões.

Na defesa de uma Braga mais sustentável e amiga do ambiente, o Município obteve a aprovação para um projeto de arborização do Monte do Picoto que o tornará num Parque Urbano de floresta autóctone, o que representa um investimento global de cerca de 200 mil euros. Além dos diversos programas de educação ambiental, como o “A Minha Escola É Eficiente” ou “Florestar Braga”, foi efetuado investimento na aquisição de equipamentos elétricos destinados à manutenção de espaços verdes e na prestação de outros serviços ambientais.

Destacamos também os avanços na política animal, que durante este ano levaram à criação de diversas iniciativas, como na disponibilização do Cheque Veterinário a famílias carenciadas, a disponibilização de um guia para os cuidados a ter com os animais domésticos ou a implementação de um programa para implementação do Programa de Captura, Esterilização e Devolução para Gatos ou ainda a compra de uma viatura de emergência médico-veterinária.

A coesão social do concelho é uma prioridade para este executivo municipal. A Câmara Municipal de Braga foi distinguida, pelo quinto ano consecutivo, como o ‘Autarquia + Familiarmente Responsável’, um título atribuído pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis, que reconhece o esforço que o Município tem feito.

Em 2018 muito foi feito, na senda dos anos anteriores na implementação de diversas medidas e políticas sociais, a começar pela redução dos tarifários de água e saneamento; a política generalizada de oferta de manuais escolares, que em 2018 foi reforçada na componente dos materiais de apoio, depois do governo central oferecer os manuais aos alunos do ensino público; o reforço dos apoios conferidos aos alunos de escalão A e B; o alargamento dos apoios ao transporte escolar; o reforço do apoio nas refeições escolares; comparticipação da taxa de IRS para as famílias; o projeto Pimpolho de prevenção da ambliopia aos alunos do pré-escolar, o programa de apoio à vacinação; o programa Braga a Sorrir de saúde oral para os mais carenciados; os Cartões Sénior e Famílias Numerosas e o projeto 'Avóspedagem' foram outras das políticas implementadas.

De destacar também que durante o ano de 2018, ao abrigo do programa emblemático “Braga a Sorrir”, foram realizadas mais de seis mil consultas, com mais 450 novos beneficiários em relação ao anterior, sendo que este programa está a ganhar projeção internacional. No encontro anual de “Champion Mayors” para o Crescimento Inclusivo da OCDE, este programa foi alvo de destaque sendo que diversas cidades que fazem parte da rede pediram para receber mais informações para replicar o programa de acesso a cuidados de saúde oral para as famílias mais carenciadas.

Iniciaram-se em 2018 a requalificação dos bairros sociais das Enguardas e de Santa Tecla e foi acordada a aquisição dos terrenos do Bairro do Picoto, o que irá facilitar a regeneração do mesmo. Este esforço financeiro por parte do Município afigura-se essencial para recuperar a dignidade dos mesmos espaços e criar condições para as populações que neles residem o possam fazer em condições e com o conforto necessário. O projeto “(Re)escrever o meu bairro” tem sido também um forte apoio para algumas comunidades residentes nestes complexos habitacionais e que pretende ajudar a uma melhor integração das comunidades na nossa sociedade.

Em 2018 foi também preparado o projeto Human Power Hub– Centro de Inovação Social de Braga, que visa criar várias iniciativas empreendedoras de base social no âmbito de várias tendências de Inovação Social, permitindo experiências e prototipagem de projetos sociais, empoderamento social e apoio a pessoas em situações de dificuldade social, económica e geográfica.

A democracia participativa e promoção de uma cidadania ativa continuou a ser um dos grandes objetivos do Município de Braga, dotando os seus munícipes de um vasto conjunto de ferramentas

para a promoção do concelho e da procura do bem comum, tornando desta forma cada cidadão como um indivíduo atento na prossecução destas prioridades. Foi implementada ainda uma nova plataforma digital para os Orçamentos Participativos do Município, o “Portal Braga Participa” e lançado o programa “EUbraga, EUropa”, enquadrado na campanha ‘Cities4Europe – Europe for Citizens’ promovido pela EUROCITIES.

As relações institucionais do município tiveram um forte impulso nos últimos anos, com uma intensa atividade em diferentes domínios, desde a adesão a rede de cidades, novas geminações ou ainda ao reforço da intervenção nas instituições de que já fazia parte. O lema “de Braga para o mundo” tem sido também uma realidade na cooperação internacional.

No âmbito da diplomacia económica, e em conjunto com a InvestBraga, prosseguiu a organização de receções ao corpo diplomático em Portugal, no sentido destes visitarem Braga para conhecerem os atores económicos, científicos e culturais, potenciando o contacto com atores territoriais. Mas a estratégia de relacionamento com as embaixadas não se limitou à organização destas visitas, tendo sido organizados alguns eventos em conjunto com as embaixadas, como foi o caso da Seminário Económico Portugal-Tunísia ou o Fórum Económico Braga-China.

Ao nível da cooperação bilateral com outras cidades, Braga recebeu delegações das cidades de Shenyang (China), de Clermont-Ferrand (França), Saint Brieuc (França) de Manaus (Brasil), de Cluj-Napoca (Roménia) e de Ivano-Frankviski (Ucrânia). Durante este ano foi ainda preparada a geminação com Santiago de Compostela, a ser concluída em 2019. Foram ainda enviadas delegações à cidades de Shenyang e Cluj-Napoca, para cimentar as relações com estas cidades parceiras.

Ao nível das redes, a EUROCITIES, como rede que reúne as principais cidades europeias, ocupa o espaço de principal prioridade a nível internacional. Em março, o Município organizou pela primeira vez o Fórum de Desenvolvimento Económico da EUROCITIES sob o lema “O papel das cidades na economia do conhecimento” e ao longo deste ano, além de ter participado em diversas iniciativas da EUROCITIES, como no Fórum da Cultura, no Fórum dos Assuntos Sociais ou ainda no Fórum da Cooperação. Braga assumiu também a coordenação do Grupo de Trabalho sobre “Empreendedorismo e Pequenas e Médias Empresas” do Fórum de Desenvolvimento Económico e

foi umas das cidades mais ativas na campanha europeia “Cities 4 Europe – Citizens for Europe”, que decorreu na segunda metade do ano.

Em 2018 o município de Braga aderiu a duas redes de cidades: UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa) com o objetivo de participar numa rede de cooperação e também ao movimento internacional Global Parliament of Mayors, que reúne cidades dos cinco continentes.

Ao nível local, as Juntas de Freguesia são as parceiras mais relevantes da Câmara Municipal na prossecução dos desideratos de resolução dos problemas e da implementação de ações para o progresso de Braga. No ano de 2018, o Município continuou a desenvolver uma política de proximidade contínua com todas as Juntas de Freguesia, através de uma série de intervenções, por ação direta, através de delegação de competências e apoios financeiros.

Deu-se início ao processo de aumento das competências das Juntas de Freguesia, de forma generalizada para novas áreas de intervenção, com especial enfoque nas Freguesias do perímetro citadino, através da revisão e de novos acordos de delegação de competências. Foram ainda dinamizadas diversas ações de informação e formação para os autarcas do concelho dotando-os de mais conhecimentos e competências para melhor exercerem os seus mandatos, e realizaram-se várias reuniões de trabalho para articulação de estratégias no sentido da coesão territorial e do desenvolvimento do concelho.

A gestão financeira do Município

2018 foi um ano marcado por uma grande dose de imprevisibilidade, que muito condicionou e continuará a condicionar a gestão do município e o futuro da cidade de Braga. Desde logo, a sentença judicial que condenou o município a pagar mais de 4 milhões de euros ao consórcio responsável pela construção do estádio municipal de Braga em 2002 e 2003. Importa realçar, ainda neste âmbito, que em curso decorre, mais duas ações contra o município que poderá significar um encargo extraordinário a rondar os 7 milhões de euros.

Outro fator condicionante da gestão autárquica (mas próprio da vida democrática e de um Estado de direito), prende-se com as providencias cautelares intentadas no decorrer do exercício de 2018 contra atos administrativos praticados pelo município, com especial destaque para a providência

cautelar apresentada em Novembro de 2018, que pede a suspensão da venda da Fábrica Confiança pelo município a privados, bem como as várias ações judiciais com efeitos suspensivos, designadamente no âmbito de procedimentos concursais no domínio do regime jurídico da contratação pública, as quais contribuíram para os atrasos na execução de alguns projetos estruturante para o concelho e com prejuízo para o erário público.

Por fim, um outro aspeto relevante no que concerne à imprevisibilidade vazada para gestão de 2018, prende-se com a impossibilidade de o município efetivar a dissolução da SGEB-Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, uma parceria Público-Privada criada em 2009 para a construção e gestão de campos de futebol, piscinas e outras valências, por resistência do Ministério das Finanças em dar luz verde à operação aprovada pela Câmara Municipal em meados de 2017. A intransigência patenteada pelo ministério é somente sustentada na visão redutora de não aumentar a dívida pública, pois a concretização da operação significaria que a dívida passaria a estar “visível” nas demonstrações financeiras da autarquia ao invés de estar disfarçada como acontece atualmente, quando o fim da parceria significaria, na perspetiva de uma gestão responsável, transparente e comprometida com a causa pública, uma poupança para o erário público de cerca de 80 milhões de euros até ao fim da vigência da PPP.

As contas individuais de 2018 do Município de Braga, descritas neste relatório, espelham um reforço da sua solidez financeira, com uma estrutura de custos e proveitos equilibrada, como mostra o resultado líquido do exercício de 6,1 milhões de euros, bastante melhor que o resultado líquido de 2017 (3,6 milhões de euros).

Em termos económicos, num ano marcado, por um lado, por um forte investimento autárquico, e por outro, pela dinâmica imprimida ao nível cultural, desportivo, social e pela maior assunção de responsabilidade ao nível educativo, 2018 regista um aumento da dívida de curto prazo do município, sendo que para melhor interpretação da variação ocorrida apresenta-se alguns esclarecimentos que julgamos pertinentes:

(i) contabilização da decisão judicial que condenou o município, no âmbito da construção do estádio municipal, ao pagamento de cerca de 4,2 milhões de euros ao consórcio ASSOC, ACE e Soares da

Costa, SA. De sublinhar que do reconhecimento da dívida resultou a diminuição das provisões em 3,7 milhões de euros.

(ii) contabilização de seis contratos de arrendamento de equipamentos desportivos celebrados com a SGEB, sendo que, três dos quais não reconhecidos por ser do entendimento do município que os mesmos não tinham sido executados conforme estipulado no caderno de encargos, e os restantes aguardavam a internalização da atividade da SGEB no município que, por razões que ultrapassam a vontade do município, não ocorreu no período que o município tinha definido como ajustado para o efeito, e cujo valor em dívida ascende os 3 milhões de euros. Este reconhecimento da dívida foi compensado pela das provisões e de acréscimos de gastos, em igual montante.

Já no que alude à dívida de médio e longo prazo, esta diminuiu 14,4 milhões de euros, reflete, essencialmente, na ausência de contratação de novos financiamentos, o cumprimento do serviço da dívida.

Em termos de endividamento do grupo municipal, em 2018, assistimos a um aumento de 7 milhões de euros da dívida total do município, por comparação com o período homólogo, passando a totalizar 53 milhões de euros.

O Ativo Líquido apresenta em 2018 um valor de 576 milhões de euros. Comparando com o registado no final do exercício anterior (557 M€), verificamos que houve um aumento de 19,7 milhões de euros, que emblema o forte investimento executado no decorrer no exercício e preconizado no PPI.

Por fim, ainda no domínio económico, os Fundos Próprios, que totalizam 444 milhões de euros em 2018, aumentaram cerca de 4,8 milhões de euros, ou seja, 1,1% face a 2017.

No que à execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano diz respeito, a atividade municipal traduziu-se nos seguintes resultados:

1. O controlo orçamental da receita do ano 2018 evidencia uma receita cobrada bruta de 99,7 milhões de euros (uma taxa de execução de 81%). As receitas correntes cobradas ascenderam a 86,7 milhões de euros, apresentando uma taxa de execução de 90%. O total executado de receitas de capital foi 13 milhões de euros, o que corresponde a 48% de execução. Comparativamente com o ano anterior, estes valores significam um aumento da receita de 8,7 milhões de euros.

2. O controlo orçamental da despesa elaborado numa ótica económica, patenteia uma despesa paga de 99,7 milhões de euros o que significa um nível de execução de 81%. Do total da despesa corrente orçada, foram executados 66,8 milhões de euros, equivalente a uma execução de 85% despesa total orçada. No que respeita a despesas de capital, a taxa de execução foi de 74% e o total pago foi de 32,9 milhões de euros. Face ao ano anterior, assistimos a um aumento da despesa paga em cerca de 6,4 milhões de euros.

3. O Plano Plurianual de Investimentos apresenta um total executado de 18,3 milhões de euros e uma taxa de execução de 63%, o que significa que, foram executados (leia-se pagos) mais 8,9 milhões de euros face ao ano anterior.

2. SUMÁRIO EXECUTIVO

2.1. PROCESSO ORÇAMENTAL

- 1) O orçamento da receita alcançou, no ano de 2018, um montante de execução de **99,7 milhões de euros**, com uma **taxa de execução de 80,9%**. O orçamento corrigido é no montante de **123.327.425€**.

- 2) Principais fontes de receita:

	Valor	Peso
Receitas fiscais	50 836 871 €	58,6%
Transferências correntes	30 757 905 €	30,8%
Passivos financeiros	5 000 000 €	5,0%
Rendimentos de propriedade	2 795 477 €	2,8%

- 3) No ano de 2018, a despesa executada foi de **99,7 milhões de euros**, com uma taxa de execução de **80,8 %**. **A dotação corrigida** do orçamento ascendeu a **123.327.425€**.

- 4) Principais despesas realizadas:

	Valor	Peso
Despesas com pessoal	26 838 599 €	26,9%
Aquisição de bens e serviços	20 705 012 €	20,8%
Transferências correntes	16 221 251 €	16,3%
Passivos financeiros	11 349 418 €	11,4%
Aquisição de bens de investimento	18 349 464 €	18,4%

- 5) Nas operações de tesouraria os movimentos de entrada tiveram um resultado **6.163.367€** e os movimentos de saída totalizaram **5.930.989€**. Tendo sido o saldo transitado de 2017 de **2.738.549**, o saldo final de operações de tesouraria ronda os **2.970.926€**.

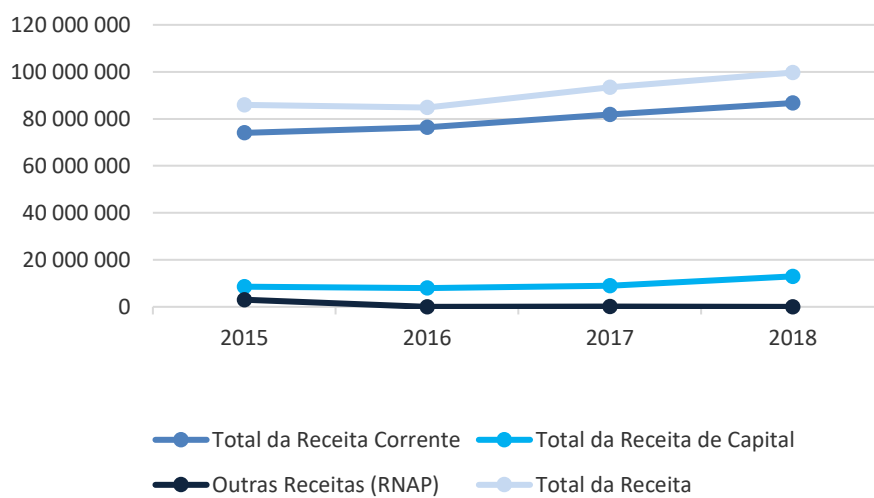
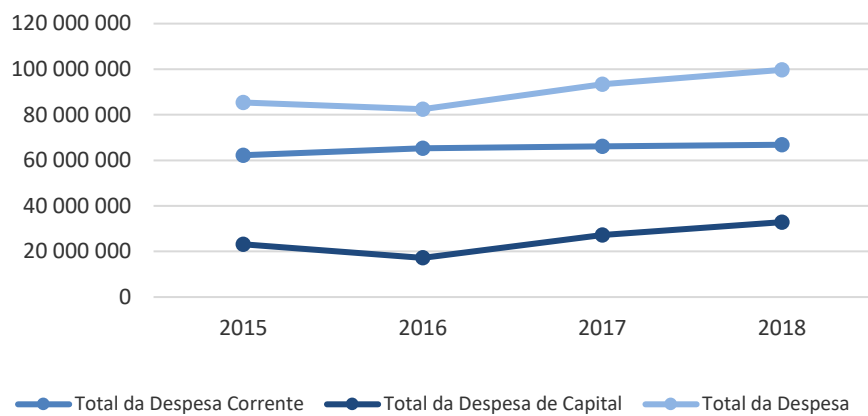
6) Saldo de gerência de 2018 para 2019:

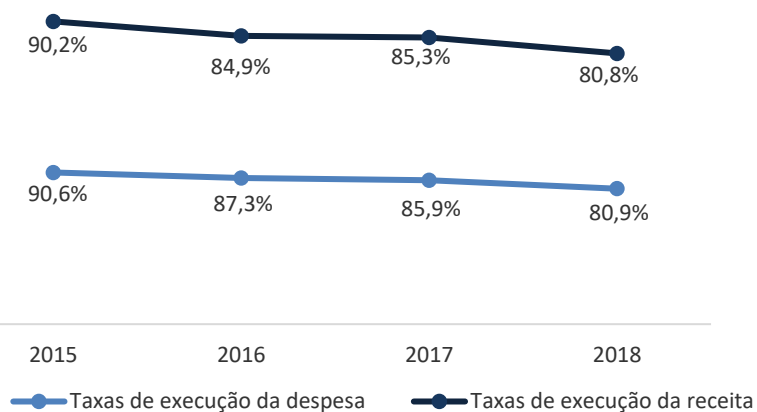
	Valor
Saldo da execução orçamental	24 156 €
Saldo das operações de tesouraria	2 970 926 €

7) Poupança corrente:

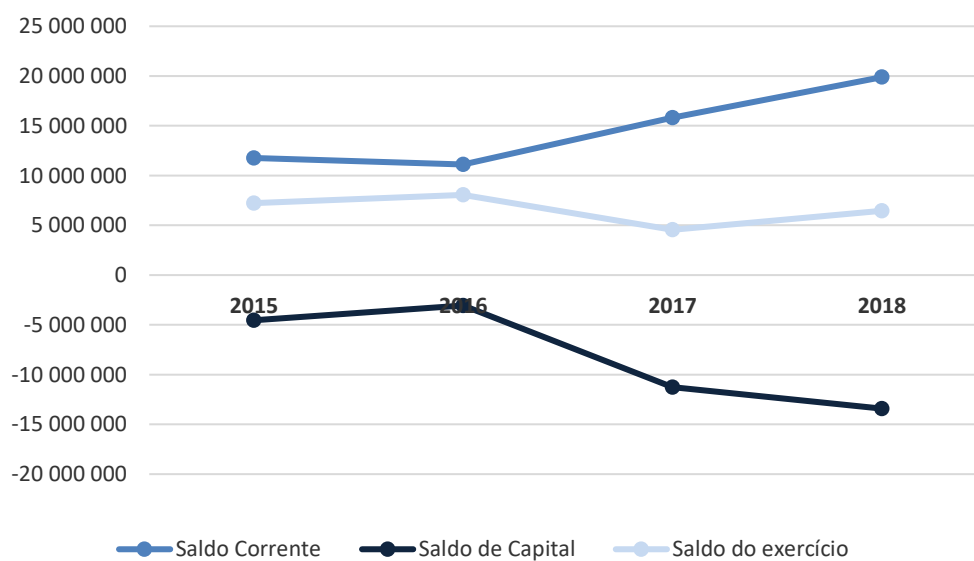
	Valor
Poupança corrente prevista	17 382 685 €
Poupança corrente executada	19 886 645 €

Evolução de alguns indicadores orçamentais:





*As taxas de execução da receita não incluem o saldo da gerência anterior.



2.2. DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

- 1) O **Balanço** exprime a relação existente entre Ativo, Passivo e Fundos Próprios e espelha, de forma adequada e substantiva, a situação patrimonial da autarquia em 31 de dezembro de 2018.

O balanço de 2018 evidenciou:

	2017	2018
Total do ativo líquido	556.643.815 €	576.355.868 €
Fundos próprios	439.561.099 €	444.369.718 €
Passivo	117.082.716 €	131.986.149 €
Resultado líquido	3.613.567 €	6.089.092 €

- 2) Por sua vez, a **Demonstração de Resultados** fornece uma visão sobre a capacidade do município gerar rendimentos capazes de suprir os gastos inerentes às suas atividades, durante o período de tempo considerado.

Demonstração de Resultados por Natureza:

	2017	2018
Resultados operacionais	-285.076 €	-837.830 €
Resultados financeiros	4.875.676 €	6.156.455 €
Resultados correntes	4.590.599 €	5.318.626 €
Resultado líquido	3.613.567 €	6.089.092 €

- 3) Movimentos nas rubricas do **Ativo Imobilizado**:

	2018
Aumento do imobilizado líquido	15.237.601 €
Amortizações do exercício	14.383.872 €

4) **Investimento** realizado no último biénio:

	2017	2018
Investimento	9.350.604€	18.349.464€

5) - Composição das **Dívidas a Terceiros – Médio e Longo Prazo**:

	2017	2018
Dívidas a Instituições de crédito	28.795.555 €	22.446.137 €
Outros credores	8.007.245 €	5.661.801 €
	36.802.800 €	28.107.938 €

6) Composição da **Dívida a Terceiros Curto Prazo**:

	2017	2018
Fornecedores, c/c	935.799 €	3.979.620 €
Fornecedores – Faturas em conferência	2.931.711 €	3.574.483 €
Clientes e utentes com cauções	597.205 €	586.366 €
Adiantamentos de clientes e utentes	1.381.176 €	0 €
Fornecedores de Imobilizado – Faturas em conferência	4.198.362 €	5.880.528 €
Fornecedores de Imobilizado, c/c	596.364 €	2.358.949 €
Fornecedores com garantias	1.676.136 €	1.658.882 €
Estado e Outros Entes Públicos	333.382 €	596.151 €
Outros credores	1.027.663 €	9.561.289 €
	13.677.797 €	28.196.268 €

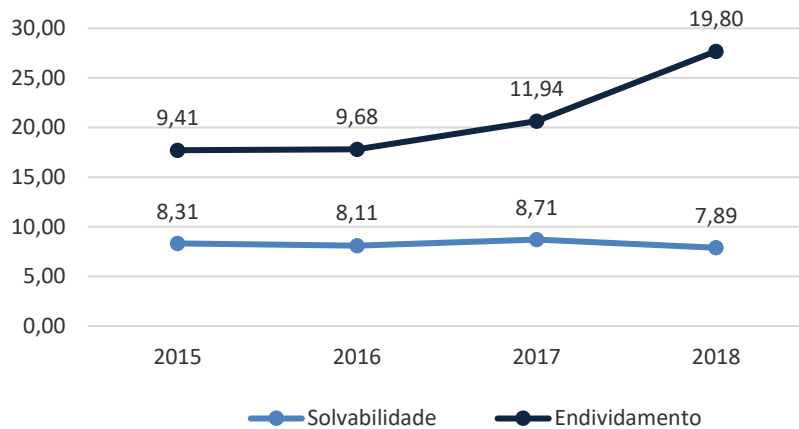
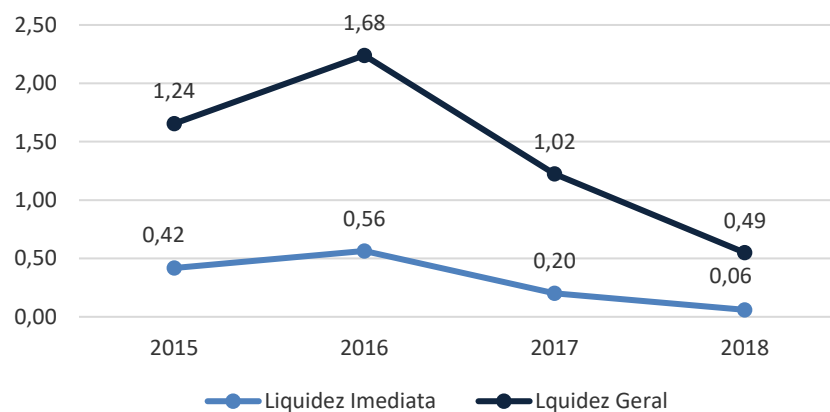
Resultados comparativos de gestão: 2014-2018

	2014	2015	2016	2017	2018
Resultado líquido	14 063 920	13 557 662	3 441 277	3 613 567	6 089 092
Ativo líquido	600 955 318	623 845 143	536 481 616	556 643 815	576 355 868
Fundo patrimonial	458 812 568	489 475 927	430 071 231	439 561 099	444 369 718
Dívidas a terceiros médio e longo prazo	56 495 827	52 017 862	44 429 697	36 802 800	28 107 938
Dívidas a terceiros curto prazo	13 533 033	6 906 369	8 589 852	13 677 797	28 196 269
Passivo	142 142 749	134 369 216	106 410 383	117 082 716	131 986 149
Número de colaboradores	1 417	1 400	1 432	1 442	1 506

Análise de alguns indicadores:

	Dívidas a terceiros médio e longo prazo	Dívidas a terceiros curto prazo	Fundo patrimonial
31/12/2014	56,5	13,5	458,8
2014-2018	Reduziu 28.39	Aumentou 14,66	Reduziu 14,44

Indicadores Financeiros:



3. RECURSOS HUMANOS

Este capítulo é dedicado à análise dos aspetos mais relevantes do Balanço Social de 2018.

3.1. VOLUME DE EMPREGO

Em 31 de dezembro de 2018, o volume de emprego na Câmara Municipal de Braga era de 1 506 unidades, referidas no quadro seguinte que, relativamente ao ano de 2017, representa um aumento de 64 colaboradores.

Anos de permanência no município	2017	2018
Até 5 anos	71	142
Entre 5 e 9 anos	150	140
Entre 10 e 14 anos	120	107
Entre 15 e 19 anos	308	267
Entre 20 e 24 anos	244	276
Entre 25 e 29 anos	165	159
Entre 30 e 34 anos	186	206
Entre 35 e 39 anos	174	175
Há 40 ou mais anos	24	34
Total	1442	1506

Quadro 1 – Contagem de trabalhadores segundo o nível de antiguidade

Quando analisamos a evolução no período 2015-2018, verificamos um aumento do número de colaboradores em 106.

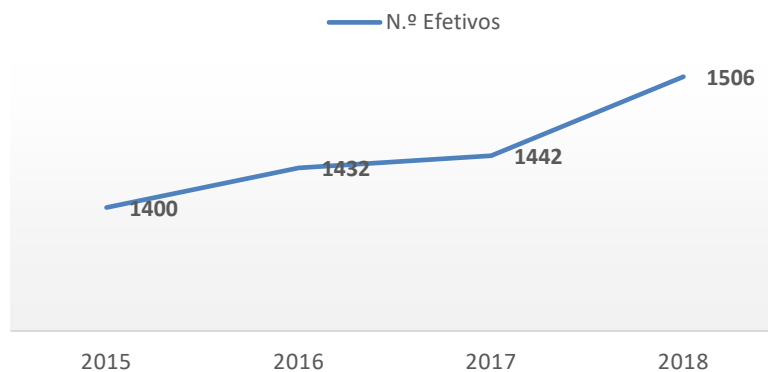


Figura 1 – Evolução do número de efetivos

A distribuição por género do aumento do número de colaboradores, em 2018, é apresentada no quadro seguinte, verificando-se um aumento do género feminino:

Distribuição por género	2017	2018	Variação
Sexo feminino	767	803	36
Sexo masculino	675	703	28
Total	1442	1506	64

Quadro 2 – Distribuição dos colaboradores por género

O quadro abaixo evidencia a distribuição dos colaboradores municipais por vínculo contratual e género, concluindo-se que o vínculo preponderante é o do trabalho por tempo indeterminado (1336 colaboradores abrangidos).

Distribuição por Vínculo Contratual	2017		2018	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Comissão de Serviço	30	18	30	18
Contrato por tempo indeterminado	577	675	595	741
Contrato a termo resolutivo certo	4	34	0	0
Contrato a termo resolutivo incerto	1	0	0	0
Mobilidade intercarreiras			38	17
Mobilidade (outros organismos)			1	5
Outra	63	40	39	22
Total	675	767	703	803

Quadro 3 – Contagem de trabalhadores por vínculo contratual e género

No que concerne à distribuição dos colaboradores por cargo/carreira, constatamos que a mais representativa é a de assistente operacional, com um total de 876 colaboradores (mais 18 colaboradores que no ano anterior). Segue-se a carreira de assistente técnico, com 258 colaboradores (mais 10 face a 2017). No quadro infra, verificamos que a carreira de técnico superior teve um acréscimo de 24 colaboradores em relação ao ano transato.

De sublinhar que relativamente à carreira de bombeiros sapadores municipais verificamos em 2018 um acréscimo de 9 efetivos, dos quais 2 do género feminino.

Distribuição por Cargo/Carreira	2017		2018	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Dirigentes Superior	2	1	2	1
Dirigente Intermédio	17	12	17	12
Comandante Bombeiros			1	
Técnico Superior	58	79	72	89
Assistente Técnico	91	157	94	164
Assistente Operacional	371	487	372	504
Bombeiros Sapadores Municipais	88	0	95	2
Informática	8	3	10	3
Polícia Municipal	23	18	22	18
Fiscal Municipal			5	
Chefe de Serviços administrativos escolar			1	5
Fiscal Serv. Higiene e Limpeza			1	
Outros	17	10	11	5
Total	675	767	703	803

Quadro 4 – Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira e género

2.2 - MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

No decorrer do exercício de 2018, verificou-se a entrada de 191 colaboradores, de acordo com a distribuição seguinte:

		Dirigentes Superiores	Dirigentes Intermédios	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Outros	Total
Procedimento concursal	M	0	0	11	1	12	11	2	0	37
	F	0	0	9	5	81	2	0	0	97
	Total	0	0	20	6	93	13	2	0	134
Comissão de serviço	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	Total	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Mobilidade interna	M	0	0	2	3	0	0	1	0	6
	F	0	0	6	1	0	0	0	0	7
	Total	0	0	8	4	0	0	1	0	13
Regresso de licença	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	1	0	0	0	1
	Total	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Comissão de serviço	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CEAGP/CEAGPA	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras situações	M	0	0	2	0	16	1	0	1	20
	F	0	0	1	6	14	0	0	1	22
	Total	0	0	3	6	30	1	0	2	42
Totais	M	0	0	15	4	28	12	3	1	63
	F	0	1	16	12	96	2	0	1	128
	Total	0	1	31	16	124	14	3	2	191

Quadro 5 – Movimento de entrada de colaboradores, por modo de ocupação

Tal como se pode verificar, os colaboradores admitidos e regressados ascendem a 191, sendo que o modo de ocupação do posto de trabalho com maior relevo incidiu no procedimento concursal, com especial ênfase na carreira de assistente operacional. Para o efeito contribuiu a concretização do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários, aprovado pela Assembleia Municipal.

Por sua vez, a saída de colaboradores que, no ano de 2018, atingiu o montante de 127, esteve relacionada, respetivamente, com situações “outras” (48), caducidades (52) e aposentação (21).

		Dirigentes Superiores	Dirigentes Intermédios	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Outros	Total
Caducidade	M	0	0	0	0	6	0	0	0	6
	F	0	0	0	0	46	0	0	0	46
	Total	0	0	0	0	52	0	0	0	52
Revogação	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fim da situação de mobilidade interna	M	0	0	0	0	0	0	1	0	1
	F	0	0	3	0	1	0	0	0	4
	Total	0	0	3	0	1	0	1	0	5
Resolução ou Exoneração por iniciativa do empregador	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resolução, Denúncia por iniciativa do trabalhador	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sanção disciplinar	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros (Ausências prolongadas/Licença sem vencimento/Morte)	M	0	0	1	0	15	1	0	1	18
	F	0	0	3	3	23	0	0	1	30
	Total	0	0	4	3	38	1	0	2	48
Reforma/aposentação	M	0	0	0	1	6	3	0	0	10
	F	0	0	0	2	9	0	0	0	11
	Total	0	0	0	3	15	3	0	0	21
Cessação da comissão de serviço	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	Total	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Outros	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Totais	M	0	0	1	1	27	4	1	1	35
	F	0	1	6	5	79	0	0	1	92
	Total	0	1	7	6	106	4	1	2	127

Quadro 6 – Movimento de saída de colaboradores, segundo o motivo

A taxa de rotação (*turnover*) foi de 10,6%, assim calculada:

Efetivos em 31.12.2018	1506
Admissões em 2018	191
Saídas em 2018	127
Taxa de Rotação = (admissões + saídas) : 2 : T x 100 =	10,6%

Quadro 7 – Turnover (2018)

Segue-se quadro resumo que caracteriza as movimentações processadas no ano de 2018.

Evolução dos Trabalhadores	2017	2018
Número de colaboradores em 1 de janeiro	1432	1442
Número de admissões	137	191
Número de cessações	127	127
Número de colaboradores a 31 de dezembro	1442	1506
Número médio de colaboradores em 31 de dezembro	1437	1474

Quadro 8 – Quadro resumo da evolução dos trabalhadores

Por fim, apresenta-se a distribuição do número de colaboradores por nível de escolaridade, género e carreira, sendo de referir que 756 colaboradores municipais têm escolaridade inferior ao 12.º ano, representativos de mais de 51% do universo de colaboradores.

		Dirigentes Superiores	Dirigentes Intermédios	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Menos de 4 anos de escolaridade	M	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
4 anos de escolaridade	M	0	0	0	0	140	2	0	0	2	144
	F	0	0	0	0	78	0	0	0	0	78
	Total	0	0	0	0	218	2	0	0	2	222
6 anos de escolaridade	M	0	0	0	1	101	16	0	0	0	118
	F	0	0	0	2	92	0	0	0	0	94
	Total	0	0	0	3	193	16	0	0	0	212
9º ano ou equivalente	M	0	0	0	14	74	35	0	4	4	131
	F	0	0	0	24	143	0	0	4	1	172
	Total	0	0	0	38	217	35	0	8	5	303
11º ano	M	0	0	0	4	0	0	0	0	2	6
	F	0	0	0	3	9	0	0	0	0	12
	Total	0	0	0	7	9	0	0	0	2	18
12º ano ou equivalente	M	0	0	0	68	51	37	4	17	0	177
	F	0	0	2	107	169	1	1	12	2	294
	Total	0	0	2	175	220	38	5	29	2	471
Bacharelato	M	0	0	4	0	0	0	0	0	0	4
	F	0	0	2	0	0	0	0	1	1	4
	Total	0	0	6	0	0	0	0	1	1	8
Licenciatura	M	2	16	59	6	5	5	4	1	7	105
	F	1	9	75	25	12	0	2	1	3	128
	Total	3	25	134	31	17	5	6	2	10	233
Mestrado	M	0	1	9	1	0	1	2	0	3	17
	F	0	3	9	3	1	1	0	0	3	20
	Total	0	4	18	4	1	2	2	0	6	37
Doutoramento	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	Total	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Totais	M	2	17	72	94	372	96	10	22	18	703
	F	1	12	89	164	504	2	3	18	10	803
	Total	3	29	161	258	876	98	13	40	28	1506

Quadro 9 – Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo nível de escolaridade e género

4. EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO

4.1. ANÁLISE SUMÁRIA DO ORÇAMENTO

A taxa de execução do orçamento da **receita** atingiu os 81%, com um total arrecadado de **99,7 milhões de euros**. As **receitas correntes** cobradas ascenderam a **86,7 milhões de euros**, apresentando uma taxa de execução de 90,3%. O total executado de **receitas de capital** foi de **12,9 milhões de euros**, o que corresponde a 47,6% de execução.

A **despesa** executada foi de **99,7 milhões de euros**, o que significa um nível de execução de 81%. Do total da **despesa corrente** orçada, foram executados **66,8 milhões de euros**, equivalente a uma execução de 85% da despesa total. No que respeita a **despesas de capital**, a taxa de execução foi de 73,6% e o total pago foi de **32,9 milhões de euros**.

(un.: euros)

	2017	2018	Variação	
			Valor	%
Receitas Cobradas	93 376 860	99 725 015	6 348 155	6,8%
Despesas Pagas	93 348 327	99 700 859	6 352 532	6,8%

Quadro 10 - Evolução da execução orçamental (2017-2018)

Como se pode analisar no quadro supra, em 2018, face ao ano anterior, assistimos a um aumento da receita cobrada e da despesa paga. As receitas cobradas e as despesas pagas registaram uma oscilação crescente de cerca de 6,35 milhões de euros.

Assim, o município de Braga apresentou, em 2018, um saldo global de 6,5 milhões de euros, que reflete a diferença entre as receitas efetivas – receitas totais subtraídas dos ativos e passivos financeiros – e as despesas efetivas – despesas totais menos os ativos e passivos financeiros. O que significa que estamos perante uma situação financeira superavitária, ou seja, o equilíbrio das contas não assenta na obtenção de financiamento externo, mas antes na capacidade de autofinanciamento do município.

DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO		VARIAÇÃO 17/18	
	2017	2018	Valor	%
Receita Corrente	81 900 776	86 721 327	4 820 551	5,9%
Receita de Capital (Efetiva)	4 055 953	7 886 932	3 830 979	94,5%
Outras Receitas	74 990	6 172	-68 818	0,0%
Receita Efetiva (1)	86 031 719	94 614 431	8 582 712	10,0%
Despesa Corrente	66 092 028	66 834 682	742 655	1,1%
Despesa de Capital (Efetiva)	15 389 336	21 308 072	5 918 736	38,5%
Despesa Efetiva (2)	81 481 363	88 142 754	6 661 391	8,2%
Saldo Corrente	15 808 748	19 886 645	4 077 897	25,8%
Saldo de Capital	-11 258 393	-13 414 968	-2 156 576	-19,2%
Saldo Global (1)-(2)	4 550 356	6 471 677	1 921 321	42,2%

Quadro 11 - Evolução do saldo global

4.2. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Descrição	Valor (€)
Receitas correntes cobradas brutas	86 721 327
Despesas correntes pagas	66 834 682
Saldo corrente	19 886 645
Amortização média dos EMLP	6 202 394
Excedente anual	13 684 251

Quadro 12 – Equilíbrio Orçamental

Sem prejuízo do princípio do equilíbrio orçamental considerado no POCAL, o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, publicado através da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, determina ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Em 2018, o excedente que resulta do regime financeiro mencionado é de 13,7 milhões de euros.

Para além do cumprimento do estabelecido no diploma legal supracitado, em 2018, o município de Braga evidencia, de igual modo, uma poupança corrente do exercício no valor de 19,9 milhões de euros, totalmente aplicada no financiamento das despesas de capital, cumprindo-se o princípio do equilíbrio orçamental e equidade intergeracional.

4.3. RESUMO DOS MOVIMENTOS FINANCEIROS

4.3.1. Movimentos da Conta de Gerência

Analisando os movimentos financeiros realizados na gerência de 2018, verificamos que as entradas de fundos ascenderam a **106 milhões de euros**, dos quais 99,7 milhões de euros têm origem em receitas orçamentais e 6,2 milhões de euros são provenientes de operações de tesouraria.

Considerando que a despesa global paga totalizou **99,7 milhões de euros** e a existência de um saldo inicial de **2,8 milhões de euros**, o saldo a transitar para a gerência seguinte será no valor de 2,99 milhões de euros. O saldo da gerência de 2018 decompõe-se em 24,2 mil euros como saldo de operações orçamentais e 2,97 milhões de euros como saldo de operações de tesouraria.

Descrição	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	TOTAL
Saldo transitado de 2017	28 533	2 738 549	2 767 082
Receitas cobradas	99 696 482	6 163 367	105 859 848
Despesas pagas	99 700 859	5 930 989	105 631 848
Saldo a transitar para 2019	24 156	2 970 926	2 995 082

Quadro 13 - Resumo da conta de gerência de 2018

5. PROCESSO ORÇAMENTAL

5.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

A análise da receita far-se-á comparando os valores previstos com os efetivamente cobrados, em 2018, bem como a sua evolução ao longo dos últimos quatro anos.

Pretende-se identificar as parcelas mais relevantes da estrutura da receita, assim como justificar as principais variações, através da análise comparativa dos valores executados com os orçamentalmente previstos, assim como das variações verificadas ao longo do quadriénio.

Serão analisadas a execução e a evolução da receita global e das suas componentes, corrente e de capital.

5.1.1. Evolução da Receita

Como se pode verificar da análise das figuras que se seguem, a receita total aumentou 9,5% relativamente ao ano de 2017, o que significa um acréscimo de 8,7 milhões de euros. Esta variação deve ser interpretada tendo em consideração as seguintes situações: 1) os impostos diretos terem aumentado em 2,7 milhões de euros (influenciado pelo aumento do Imposto Municipal sobre Imóveis e da Derrama em 1,2 e 1,1 milhões de euros, respetivamente); 2) os impostos indiretos registaram um acréscimo de 976 mil euros (por força da variação positiva da rubrica loteamento e obras e ocupação da via pública em 891 e 215 mil euros, respetivamente); 3) as transferências obtidas (capital e corrente) registaram um acréscimo na ordem dos 5,6 milhões de euros.

Comparativamente com o exercício anterior, em 2018, as receitas correntes aumentaram 4,8 milhões de euros (5,9%) e as receitas de capital registaram um acréscimo de 3,9 milhão de euros (43,5%).

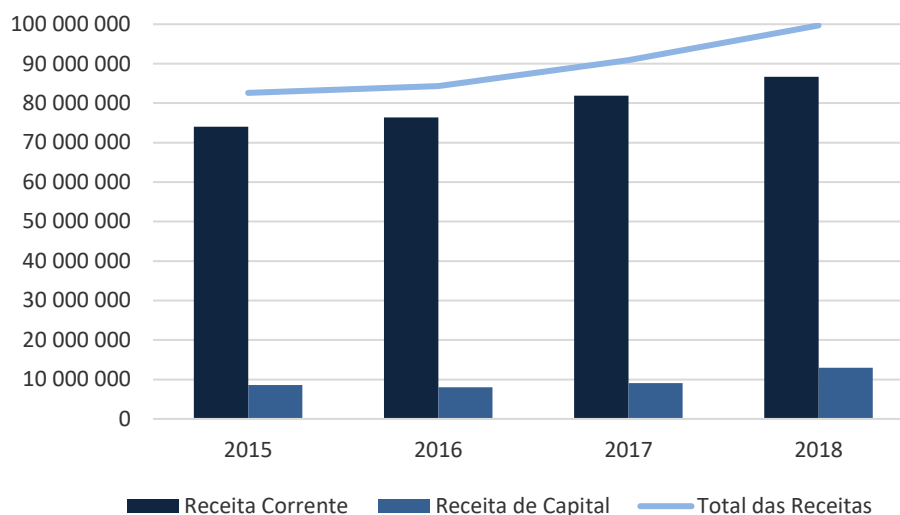


Figura 2 – Evolução da execução da receita (2015 - 2018)

Fazendo a análise estrutural da receita cobrada em 2018, constata-se que a componente corrente é superior à de capital em 73,8 milhões de euros. Em termos relativos, a receita corrente e a de capital representam 87% e 13% da receita total, respetivamente.

As **Receitas Fiscais** (50,8 M€) constituem a fonte de receita com maior peso relativo, 51% do total arrecadado, seguidas das **Transferências** (38,6 M€) que, em 2018, foram responsáveis por 38,7% da receita total do Município. Face ao ano anterior, verificamos um aumento do peso das receitas fiscais no orçamento municipal, em cerca de 2,3 milhões de euros. Assistimos, de igual modo, a um ligeiro reforço da dependência do município face às transferências obtidas, como se pode verificar na análise das figuras seguintes.

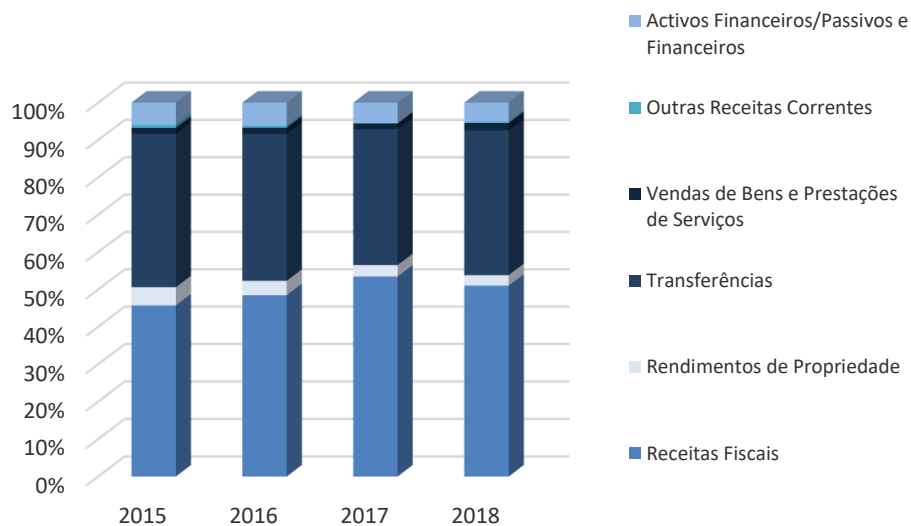


Figura 3 – Evolução do peso relativo das principais receita

DESIGNAÇÃO	2015		2016			2017			2018		
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Variação	Valor	Peso %	Variação	Valor	Peso %	Variação
Total da Receita Corrente	74 030 799	86,2%	76 372 247	90,0%	3,2%	81 900 776	87,7%	7,2%	86 721 327	87,0%	5,9%
Impostos Diretos	36 412 447	42,4%	39 335 756	46,4%	8,0%	43 236 022	46,3%	9,9%	45 892 009	46,0%	6,1%
Impostos Indiretos	1 401 507	1,6%	1 880 925	2,2%	34,2%	2 484 278	2,7%	32,1%	3 460 953	3,5%	39,3%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1 159 322	1,3%	1 515 010	1,8%	30,7%	2 862 159	3,1%	88,9%	1 483 910	1,5%	-48,2%
Rendimentos de Propriedade	3 883 253	4,5%	3 126 354	3,7%	-19,5%	2 769 144	3,0%	-11,4%	2 795 477	2,8%	1,0%
Transferências Correntes	29 246 625	34,1%	28 713 788	33,9%	-1,8%	29 053 592	31,1%	1,2%	30 757 905	30,8%	5,9%
Vendas de Bens e Prestações de Serviços	1 261 702	1,5%	1 328 755	1,6%	5,3%	1 404 278	1,5%	5,7%	1 961 835	2,0%	39,7%
Outras Receitas Correntes	665 942	0,8%	471 660	0,6%	-29,2%	91 303	0,1%	-80,6%	369 239	0,4%	304,4%
Total da Receita de Capital	8 577 248	10,0%	7 985 022	9,4%	-6,9%	9 038 003	9,7%	13,2%	12 968 982	13,0%	43,5%
Vendas de Bens de Investimento	45 325	0,1%	40 815	0,0%	-9,9%	14 972	0,0%	-63,3%	36 523	0,0%	143,9%
Transferências de Capital	3 466 476	4,0%	3 220 556	3,8%	-7,1%	4 002 496	4,3%	24,3%	7 850 409	7,9%	96,1%
Ativos Financeiros	65 447	0,1%	723 650	0,9%	1005,7%	82 050	0,1%	-88,7%	82 050	0,1%	0,0%
Passivos Financeiros	5 000 000	5,8%	4 000 000	4,7%	-20,0%	4 900 000	5,2%	22,5%	5 000 000	5,0%	2,0%
Outras Receitas de Capital	0	0,0%	0	0,0%	0,0%	38 485	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Total das Receitas s/ Reposições	82 608 046		84 357 269		2,1%	90 938 779		7,8%	99 690 309		9,6%
Reposições não abatidas nos pagamentos	3 038 015	3,5%	0	0,0%	-100,0%	74 990	0,1%	-	6 172	0,0%	-
Total das Receitas	85 646 061		84 357 269		-1,5%	91 013 769		7,9%	99 696 482		9,5%
Saldo da Gerência Anterior	241 845	0,3%	458 148	0,5%	89,4%	2 363 091	2,5%	415,8%	28 533	0,0%	-98,8%
TOTAL GERAL	85 887 906	100%	84 815 417	100%	-1,2%	93 376 860	100%	10,1%	99 725 015	100%	6,8%

Quadro 14 - Evolução das Receitas (2015 - 2018)

5.1.2. Grau de Execução da Receita

Quando comparamos a receita cobrada com a prevista, constatamos que a taxa de execução do orçamento inicial da receita, em 2018, foi de **80,9%**, tendo sido arrecadado o montante de **99,7** dos 123 milhões de euros orçamentados (total do orçamento sem o saldo da gerência anterior).

Analisando separadamente as componentes **corrente** e de **capital**, verificamos que se atingiram taxas de execução de **90,3%** e **47,6%**, respetivamente, correspondendo a um desvio de 9,3 M€ na receita corrente, tendo a de capital ficado aquém do orçamentado em 14,3 M€.

No que à **receita corrente** diz respeito, o desvio verificado deve-se essencialmente ao comportamento da rubrica de **rendimentos de propriedade**, a qual regista uma execução de 25,9% (em consequência do não recebimento dos dividendos resultantes da participação em 51% na empresa municipal Agere, EM). De fato, é importante sublinhar, que as restantes rubricas do orçamento da receita corrente, com especial ênfase nos **impostos diretos e indiretos, venda de bens e prestação de serviços e outras receitas correntes**, apresentam taxas de execução **superiores a 100%**, inclusive a rubrica das **transferências correntes** com uma taxa de execução na ordem dos **96%**, evidenciando desta feita os critérios de rigor utilizados aquando da elaboração dos instrumentos previsionais e devidamente explanados no documento de apoio ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para este exercício.

Já no concerne à componente de **capital**, a principal causa do desvio evidenciado prende-se essencialmente com uma execução abaixo do previsto das receitas provenientes da comparticipação comunitária de projetos cofinanciados, em resultado dos atrasos verificados na execução física de algumas empreitadas cofinanciadas, por via de vicissitudes várias ao nível processual/administrativo.

DESIGNAÇÃO	Orçamento		Liquidado		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	%		
RECEITA CORRENTE	96 039 774	77,9%	88 408 217	87,2%	86 721 327	87,0%	-9 318 447	90,3%
Impostos Diretos	46 306 000	37,5%	45 894 669	45,3%	45 892 009	46,0%	-413 991	99,1%
Impostos Indiretos	2 292 350	1,9%	3 769 590	3,7%	3 460 953	3,5%	1 168 603	151,0%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	2 336 000	1,9%	1 552 689	1,5%	1 483 910	1,5%	-852 090	63,5%
Rendimentos de Propriedade	10 791 354	8,8%	2 972 915	2,9%	2 795 477	2,8%	-7 995 877	25,9%
Transferências Correntes	32 215 220	26,1%	31 741 533	31,3%	30 757 905	30,8%	-1 457 315	95,5%
Vendas de Bens e Prestações de Serviços	1 734 850	1,4%	2 097 258	2,1%	1 961 835	2,0%	226 985	113,1%
Outras Receitas Correntes	364 000	0,3%	379 562	0,4%	369 239	0,4%	5 239	101,4%
RECEITA DE CAPITAL	27 259 118	22,1%	12 975 154	12,8%	12 975 154	13,0%	-14 283 964	47,6%
Vendas de Bens de Investimento	24 400	0,0%	36 523	0,0%	36 523	0,0%	12 123	149,7%
Transferências de Capital	22 102 668	17,9%	7 850 409	7,7%	7 850 409	7,9%	-14 252 259	35,5%
Ativos Financeiros	82 050	0,1%	82 050	0,1%	82 050	0,1%	0	100,0%
Passivos Financeiros	5 000 000	4,1%	5 000 000	4,9%	5 000 000	5,0%	0	100,0%
Outras Receitas Capital	40 000	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	-40 000	0,0%
Reposição não abatidas nos pagamentos	10 000	0,0%	6 172	0,0%	6 172	0,0%	-3 828	61,7%
Saldo da Gerência Anterior	28 533	0,0%	28 533	0,03%	28 533	0,03%	0	100,0%
TOTAL GERAL	123 327 425	100,0%	101 411 904	100,0%	99 725 015	100,0%	-23 602 410	80,9%

Quadro 15 - Execução da receita por classificação económica

5.1.3. Receita Corrente

5.1.3.1. Estrutura e Execução das Receitas Correntes

A observação dos quadros abaixo permite-nos analisar a estrutura e execução da receita corrente.

DESIGNAÇÃO	Orçamento		Liquidado		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	%		
RECEITA CORRENTE	96 039 774	100,0%	88 408 217	100,0%	86 721 327	100,0%	-9 318 447	90,3%
Impostos Diretos	46 306 000	48,2%	45 894 669	51,9%	45 892 009	52,9%	-413 991	99,1%
Impostos Indiretos	2 292 350	2,4%	3 769 590	4,3%	3 460 953	4,0%	1 168 603	151,0%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	2 336 000	2,4%	1 552 689	1,8%	1 483 910	1,7%	-852 090	63,5%
Rendimentos de Propriedade	10 791 354	11,2%	2 972 915	3,4%	2 795 477	3,2%	-7 995 877	25,9%
Transferências Correntes	32 215 220	33,5%	31 741 533	35,9%	30 757 905	35,5%	-1 457 315	95,5%
Vendas de Bens e Prestações de Serviços	1 734 850	1,8%	2 097 258	2,4%	1 961 835	2,3%	226 985	113,1%
Outras Receitas Correntes	364 000	0,4%	379 562	0,4%	369 239	0,4%	5 239	101,4%

Quadro 16 - Estrutura das Receitas Correntes

Os **Impostos Diretos** representam a maior parcela da receita corrente, com um peso relativo de **52,9%**, e totalizando **45,9 milhões de euros**. Destes, 24 M€ foram cobrados em sede de Imposto Municipal s/ Imóveis e 11,1 M€ respeitantes a Imposto Municipal s/ Transmissões de Imóveis, apresentando taxas de execução de 96,6% e 97,3%, respetivamente. Já os **Impostos Indiretos** geraram uma receita de **3,5 milhões de euros**, superior ao orçado em 1,2 milhões de euros.

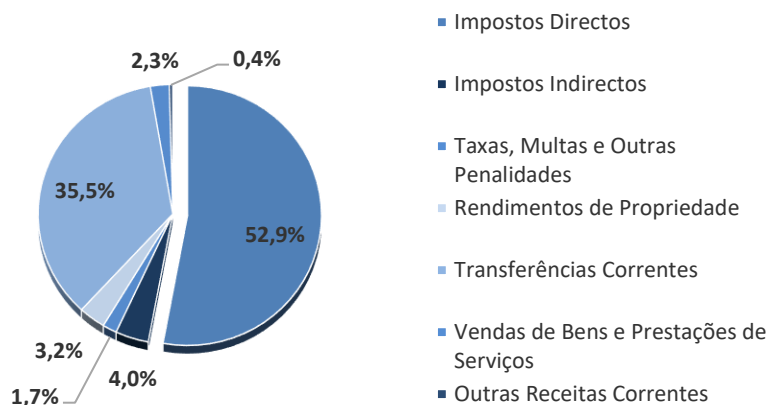


Figura 4 – Estrutura das receitas correntes

Confirmando o panorama também verificado em exercícios anteriores, podemos verificar pela observação da figura acima, que os **Impostos Diretos** e as **Transferências** representam 88,4% das receitas correntes do município.

Com uma cobrança total de 50,8 milhões de euros, em 2018, o agregado das Receitas Fiscais significa mais de metade das receitas correntes (58,6%).

Ao analisarmos a figura abaixo, constatamos a evolução dos principais grupos da receita corrente. Desta análise, destaca-se, por um lado, a evolução crescente dos Impostos Diretos, Indiretos e das Transferências Correntes. Por outro lado, a estagnação dos rendimentos de propriedade. Impõe-se, de igual modo, um pequeno comentário à evolução crescente da venda de bens e prestações de serviços, que deriva, por um lado, do resgate da concessão do estacionamento à superfície e, por outro, de uma maior dinamização dos equipamentos municipais.

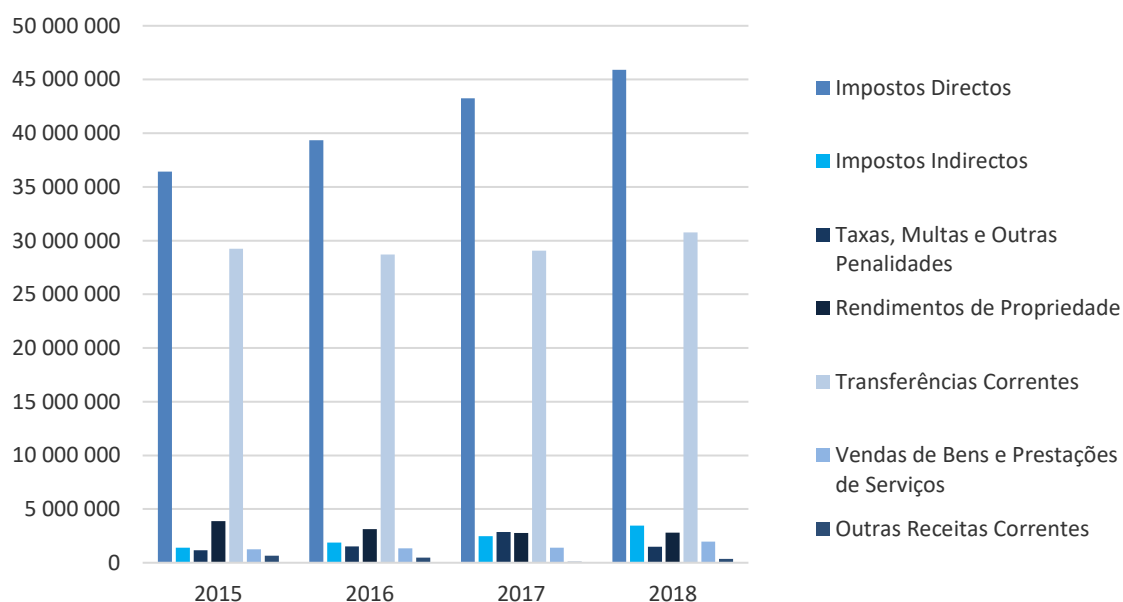


Figura 5 - Evolução da Receitas Correntes (2015 - 2018)

Podemos concluir que, em 2018, a receita corrente mantém-se como principal fonte de recursos municipais, revelando-se fundamental para a manutenção da capacidade de autofinanciamento

do município. O excedente desta receita foi totalmente aplicado no investimento municipal, conforme referido anteriormente no ponto sobre o equilíbrio orçamental.

5.1.3.2. Receitas Fiscais

As **receitas fiscais** que, como já se referiu anteriormente, representam 58,6% do total das receitas correntes, serão em seguida alvo de uma análise mais detalhada.

Descrição	2017		2018		Variação	
	Valor	%	Valor	%	valor	%
Impostos diretos	43 236 022	89,0%	45 892 009	90,3%	2 655 987	6,1%
Imposto municipal sobre imóveis	22 786 974	46,9%	23 958 484	47,1%	1 171 510	5,1%
Imposto único de circulação	4 444 654	9,1%	4 752 454	9,3%	307 800	6,9%
Imposto municipal s/transmissões imóveis	11 055 926	22,8%	11 111 315	21,9%	55 388	0,5%
Derrama	4 942 781	10,2%	6 069 756	11,9%	1 126 975	22,8%
Impostos abolidos	5 686	0,0%	0	0,0%	-5 686	-100,0%
Impostos indiretos	2 484 278	5,1%	3 460 953	6,8%	976 676	39,3%
Mercados e feiras	37 321	0,1%	31 890	0,1%	-5 431	-14,6%
Loteamentos e obras	1 149 403	2,4%	2 040 570	4,0%	891 167	77,5%
Ocupação da via pública	597 708	1,2%	812 861	1,6%	215 152	36,0%
Publicidade	289 238	0,6%	202 786	0,4%	-86 452	-29,9%
Utilização da rede viária municipal	0	0,0%	0	0,0%	0	-
Outros	410 607	0,8%	372 846	0,7%	-37 761	-9,2%
Taxas, multas e outras penalidades	2 862 159	5,9%	1 483 910	2,9%	-1 378 250	-48,2%
Mercados e feiras	120 731	0,2%	106 615	0,2%	-14 117	-11,7%
Loteamentos e obras	1 020 638	2,1%	948 973	1,9%	-71 664	-7,0%
Ocupação da via pública	95 825	0,2%	107 592	0,2%	11 767	12,3%
Outros	126 347	0,3%	157 126	0,3%	30 779	24,4%
Juros de mora	1 365 145	2,8%	63 331	0,1%	-1 301 813	-95,4%
Juros compensatórios	51 751	0,1%	35 274	0,1%	-16 476	-31,8%
Coimas e penalidades por contraordenação	81 723	0,2%	64 425	0,1%	-17 298	-21,2%
Multas e penalidades diversas	0	0,0%	572	0,0%	572	-
Total das receitas fiscais	48 582 459	100,0%	50 836 871	100,0%	2 254 413	4,6%

Quadro 17 – Evolução das receitas fiscais

Em 2018, o valor arrecadado das receitas fiscais, no montante de 50,8 milhões de euros, igualou as expectativas projetadas no orçamento inicial, que rondou os 50,9 milhões de euros, sendo que em algumas componentes específicas superou mesmo as melhores projeções, tal como explicado abaixo.

Os **Impostos Diretos** cobrados representam a maior parcela das receitas fiscais, com um peso relativo de **90,3%** e um total arrecadado de **45,9 milhões de euros**, o que significa um aumento de 2,7 milhões de euros relativamente ao ano anterior, resultado da variação positiva das cobranças da Derrama (+22,8%), de Imposto Municipal sobre Transmissões de Imóveis (+6,9%) e Imposto Municipal sobre Imóveis (+5,1%).

Desta feita, tal como se pode verificar, o aumento dos impostos diretos está relacionado com a dinamização registada no ano 2018 da atividade económica, nomeadamente associada ao setor do imobiliário.

As receitas provenientes dos **Impostos Indiretos** evoluíram positivamente quando comparadas com o ano anterior, aumentando 39,3%, enquanto as **Taxas, Multas e Outras Penalidades** diminuíram -48,2%. Esta diminuição prendeu-se com a situação extraordinária no ano transato, resultante do facto de o governo ter transferido para as câmaras municipais os juros de mora relativos ao pagamento de IMI e IMT dos últimos 12 anos.

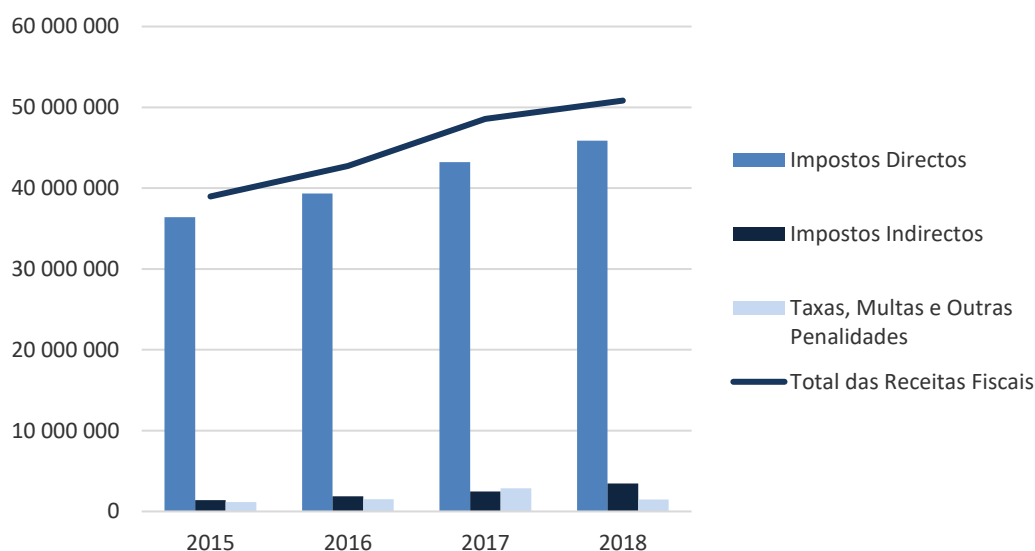


Figura 6 - Estrutura e evolução das receitas fiscais

5.1.4. Receita de Capital

A Receita de Capital totalizou **13 milhões de euros** em 2018, o que corresponde a **13%** da receita total.

O grau de realização das receitas de capital foi de 47,6%, apresentando um desvio negativo de 14,3 milhões de euros, para o qual contribui a arrecadação de menos 14,3 milhões de euros do que o previsto nas **Transferências de Capital**, com consequência do deslizamento temporal com a execução das obras realizadas no âmbito de fundos comunitários, nomeadamente o Mercado Municipal e Mobilidade.

As **Transferências de Capital** registam uma taxa de execução de 35,5%, o que significa em termos absolutos a arrecadação de 7,9 milhões de euros, dos quais 6,3 milhões de euros correspondem à comparticipação do quadro comunitário “Portugal 2020”.

No decorrer do exercício de 2018, e com o objetivo de minimizar as flutuações de tesouraria foi utilizado financiamento externo de curto prazo, no valor de 5 milhões de euros.

DESIGNAÇÃO	Orçamento		Liquidado		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	%		
Vendas de Bens de Investimento	24 400	0,1%	36 523	0,3%	36 523	0,3%	12 123	149,7%
Transferências de Capital	22 102 668	81,1%	7 850 409	60,5%	7 850 409	60,5%	-14 252 259	35,5%
Ativos Financeiros	82 050	0,3%	82 050	0,6%	82 050	0,6%	0	100,0%
Passivos Financeiros	5 000 000	18,3%	5 000 000	38,5%	5 000 000	38,5%	0	100,0%
Outras Receitas Capital	40 000	0,1%	0	0,0%	0	0,0%	-40 000	0,0%
Reposição não abatidas nos pagamentos	10 000	0,0%	6 172	0,0%	6 172	0,0%	-3 828	61,7%
TOTAL RECEITA DE CAPITAL	27 259 118	99,8%	12 975 154	100,0%	12 975 154	100,0%	-14 283 964	47,6%

Quadro 18 - Estrutura e execução das receitas de capital

5.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

Avançando na análise para a execução da despesa por económica, procederemos à comparação dos valores inscritos no orçamento final com a despesa paga, de forma a aferirmos os valores de execução das várias componentes da despesa.

Faremos também um estudo da evolução das despesas ao longo dos últimos quatro anos, bem como da sua estrutura. Por outro lado, será dado destaque às despesas afetas ao Plano Plurianual de Investimentos, analisando-as e relacionando-as com as atividades municipais.

5.2.1. Estrutura e Execução da Despesa

O total de despesa global paga em 2018 ascendeu a **99,7 milhões de euros**, apresentando uma taxa de execução de **80,8%**.

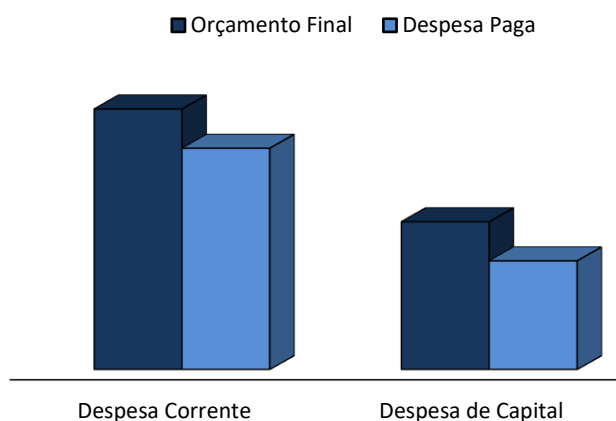


Figura 7 – Orçamento final versus Despesa paga

Comparando com 2017, a despesa global paga aumentou 6,8%, o que em termos absolutos significa um acréscimo de **6,4 milhões de euros**.

Quanto à estrutura do orçamento executado da despesa, verificamos que a **Despesa Corrente** tem um peso relativo de **67%**, totalizando **66,8 milhões de euros**, e a **Despesa de Capital**, com um total pago de **32,9 milhões de euros**, representa **33%** dos valores pagos.

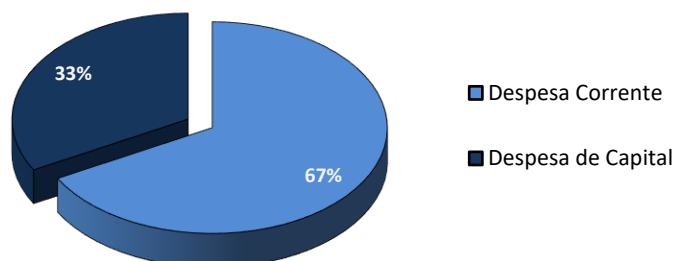


Figura 8 – Estrutura das despesas pagas

Relativamente ao nível de execução face ao orçamento final, verificamos uma taxa de execução das despesas correntes de 85%, enquanto as despesas de capital atingiram os 73,6%.

COD.	DESIGNAÇÃO	Orçamento Final		Despesa Paga		Desvio	Taxa de Execução
		Valor	%	Valor	%		
	DESPESA CORRENTE	78 657 089	63,8%	66 834 682	67,0%	-11 822 407	85,0%
01	Despesas com Pessoal	27 414 395	22,2%	26 838 599	26,9%	-575 797	97,9%
02	Aquisição de Bens e Serviços	29 547 950	24,0%	20 705 012	20,8%	-8 842 938	70,1%
03	Encargos Correntes da Dívida	78 480	0,1%	74 372	0,1%	-4 108	94,8%
04	Transferências Correntes	18 569 644	15,1%	16 221 251	16,3%	-2 348 393	87,4%
05	Subsídios	79 750	0,1%	35 603	0,0%	-44 147	44,6%
06	Outras Despesas Correntes	2 966 870	2,4%	2 959 846	3,0%	-7 024	99,8%
	DESPESA DE CAPITAL	44 670 336	36,2%	32 866 176	33,0%	-11 804 160	73,6%
07	Aquisição de Bens de Investimento	28 988 318	23,5%	18 349 464	18,4%	-10 638 854	63,3%
08	Transferências de Capital	3 674 015	3,0%	2 787 481	2,8%	-886 534	75,9%
09	Ativos Financeiros	487 353	0,4%	208 687	0,2%	-278 666	42,8%
10	Passivos Financeiros	11 349 500	9,2%	11 349 418	11,4%	-82	100,0%
11	Outras despesas de capital	171 150	0,1%	171 126	0,2%	-24	100,0%
	TOTAL GERAL	123 327 425	100,00%	99 700 859	100,00%	-23 626 567	80,84%

Quadro 19 - Estrutura e execução orçamental da despesa

5.2.2. Evolução da Despesa

Como já foi referido, a **despesa global paga** aumentou face ao último exercício em 6,4 milhões de euros (+6,8%), tendo a despesa corrente aumentado 743 mil euros (+1,1%) e a despesa de capital registado um significativo acréscimo de 5,6 milhões de euros (+20,6%).

Assim, do lado da **despesa corrente**, a variação deveu-se às seguintes rubricas:

1) **despesas com o pessoal**, que registam um aumento de 421 mil euros, ou seja, mais 1,6% que no período anterior, explicado pela regularização extraordinária dos precários, com a entrada de novos efetivos no município e com a atualização do salário mínimo nacional e respetivos encargos sociais;

2) **aquisições de bens e serviços**, com um ligeiro aumento de 136 mil euros, face ao ano anterior, em resultado das atividades e iniciativas municipais nos domínios desportivo, cultural e educativo, da dinamização de trabalhos de conservação e manutenção de infraestruturas e equipamentos municipais, bem como pelo desenvolvimento de estudos, pareceres, projetos, relacionados designadamente com projetos de arquitetura, especialidades, fiscalização, entre outros, e outros trabalhos especializados inerentes à manutenção das infraestruturas tecnológicas, estratégia de comunicação e divulgação, serviços culturais, desportivos e educativos especializados;

3) **outras despesas correntes**, que apresentam uma taxa de variação positiva de 59,7% (+1,1 M€), mais especificamente na rubrica outras restituições (+1,2 m€) resultante do pagamento do remanescente do adiantamento à ESSE, SA, no âmbito do resgate do estacionamento à superfície passando para a alçada/gestão do município.

As variações registadas nos números anteriores foram compensadas pela diminuição das seguintes rubricas:

4) **transferências correntes**, com uma diminuição de 813 mil euros, menos 4,8% do que o valor pago em 2017, distribuídos da seguinte forma: empresas públicas municipais (-91 m€); administração local (-148 m€); famílias (-92 m€); instituições em fins lucrativos (-665 m€);

5) **subsídios**, com uma variação negativa de 53,6 mil euros (-60,1%), respeitantes a subsídios pagos às empresas municipais;

No que concerne à **despesa de capital**, o aumento de 5,6 milhões de euros é essencialmente influenciado pelo acréscimo dos pagamentos ao nível das **aquisições de bens de capital** e pela diminuição das **transferências de capital**.

No que respeita à **aquisição de bens de capital**, este aumento de 9 milhões de euros resulta da maior execução do Plano Plurianual de Investimentos, nomeadamente com a concretização dos seguintes projetos: 1) Requalificação do Parque de Exposição de Braga (Fórum Braga); 2) construção dos diversos Centros Escolares e respetivo apetrechamento em termos de mobiliário e equipamento tecnológico; 3) Requalificação dos parques de acolhimento empresarial; 4) Reabilitação de algumas infraestruturas desportivas (piscinas municipais e Eixo Desportivo da Rodovia); 5) Reabilitação da Avenida Dr. Francisco Pires Gonçalves; 6) Repavimentação da EM 565 em Navarra e Prolongamento da Rua 25 de Abril e vias secundárias; 7) Projeto de arborização do Parque do Monte do Picoto; 8) renovação da frota municipal de viaturas; 9) renovação dos equipamentos e *softwares* tecnológicos; 10) manutenção dos diversos parques infantis e jardins; e, 11) requalificação de arruamentos urbanos.

A rubrica das **transferências de capital** regista, em 2018, uma diminuição de 3,3 milhões de euros, em consequência das reprogramações das obras no âmbito dos contratos interadministrativos de delegação de competências e apoios financeiros celebrados com as freguesias.

COD.	DESIGNAÇÃO	2014		2015			2016			2017			2018		
		Valor	Peso	Valor	Peso	Variação	Valor	Peso	Variação	Valor	Peso	Variação	Valor	Peso	Variação
	Total da Despesa Corrente	57 859 213	66,4%	62 248 926	72,9%	7,6%	65 258 538	79,1%	4,8%	66 092 028	70,8%	1,3%	66 834 682	67,0%	1,1%
01	Despesas com Pessoal	24 503 120	28,1%	23 723 998	27,8%	-3,2%	24 790 603	30,1%	4,5%	26 417 583	28,3%	6,6%	26 838 599	26,9%	1,6%
02	Aquisição de Bens e Serviços	17 076 189	19,6%	18 815 809	22,0%	10,2%	18 693 350	22,7%	-0,7%	20 569 398	22,0%	10,0%	20 705 012	20,8%	0,7%
03	Encargos Correntes da Dívida	470 494	0,5%	338 448	0,4%	-28,1%	179 737	0,2%	-46,9%	128 518	0,1%	-28,5%	74 372	0,1%	-42,1%
04	Transferências Correntes	13 407 406	15,4%	16 633 348	19,5%	24,1%	18 497 781	22,4%	11,2%	17 034 459	18,2%	-7,9%	16 221 251	16,3%	-4,8%
05	Subsídios	642 841	0,7%	597 248	0,7%	-7,1%	170 792	0,2%	-71,4%	89 174	0,1%	-47,8%	35 603	0,0%	-60,1%
06	Outras Despesas Correntes	1 759 164	2,0%	2 140 075	2,5%	21,7%	2 926 275	3,5%	36,7%	1 852 896	2,0%	-36,7%	2 959 846	3,0%	59,7%
	Total da Despesa de Capital	29 277 659	33,6%	23 180 833	27,1%	-20,8%	17 193 787	20,9%	-25,8%	27 256 299	29,2%	58,5%	32 866 176	32,8%	20,6%
07	Aquisição de Bens de Investimento	12 862 956	14,8%	7 883 078	9,2%	-38,7%	3 549 846	4,3%	-55,0%	9 350 604	10,0%	163,4%	18 349 464	18,4%	96,2%
08	Transferências de Capital	1 873 952	2,2%	3 453 047	4,0%	84,3%	2 768 001	3,4%	-19,8%	6 038 732	6,5%	118,2%	2 787 481	2,8%	-53,8%
09	Ativos Financeiros	100 000	0,1%	556 498	0,7%	456,5%	556 498	0,7%	0,0%	626 466	0,7%	12,6%	208 687	0,2%	-66,7%
10	Passivos Financeiros	14 440 751	16,6%	11 288 210	13,2%	-21,8%	10 319 443	12,5%	-8,6%	11 240 498	12,0%	8,9%	11 349 418	11,4%	1,0%
11	Outras despesas de capital	0	0,0%	0	0,0%	-	0	0,0%	-	0	0,0%	0,0%	171 126	0,2%	-
	TOTAL GERAL	87 136 871	100%	85 429 759	100%	-2,0%	82 452 326	100%	-3,5%	93 348 327	100%	13,2%	99 700 859	100%	6,8%

Quadro 20 - Evolução das despesas (2014 – 2018)

5.2.3. Despesa Corrente

Tal como mencionado anteriormente, a **Despesa Corrente** realizada ascendeu a 66,8 milhões de euros, apresentando um crescimento de 1,1%, ou seja, mais 0,7 milhões de euros do que em 2017.

O grau de execução do orçamento das despesas correntes foi de 85%, ficando 11,8 milhões de euros abaixo do orçamentado. Da análise do quadro infra, verificamos que as taxas de execução variam entre os 44% e os 99%.

COD.	DESIGNAÇÃO	Orçamento Final		Despesa Paga		Desvio	Taxa de Execução
		Valor	%	Valor	%		
DESPESA CORRENTE							
01	Despesas com Pessoal	27 414 395	34,9%	26 838 599	40,2%	-575 797	97,9%
02	Aquisição de Bens e Serviços	29 547 950	37,6%	20 705 012	31,0%	-8 842 938	70,1%
03	Encargos Correntes da Dívida	78 480	0,1%	74 372	0,1%	-4 108	94,8%
04	Transferências Correntes	18 569 644	23,6%	16 221 251	24,3%	-2 348 393	87,4%
05	Subsídios	79 750	0,1%	35 603	0,1%	-44 147	44,6%
06	Outras Despesas Correntes	2 966 870	3,8%	2 959 846	4,4%	-7 024	99,8%
TOTAL		78 657 089	100,0%	66 834 682	100%	-11 822 407	85,0%

Quadro 21 - Estrutura e execução orçamental da despesa corrente

As **Despesas com Pessoal** mantêm-se como a rubrica de despesa corrente com grande significado (40% das despesas correntes e 27% das despesas totais), apresentando um total pago de 26,8 milhões de euros, 1,6% acima do valor de 2017. Esta variação é justificada pelo aumento do número de colaboradores, resultado da regularização extraordinária dos precários, atualização do salário mínimo nacional e respetivos encargos sociais.

As despesas com **Aquisição de Bens e Serviços** ascenderam a 20,7 milhões de euros, representando 31% das despesas correntes e 21% do total das despesas, tendo aumentado 0,7% em relação ao ano anterior (+135 mil euros).

As **Transferências Correntes** ascenderam a 16,2 milhões de euros, distribuídos entre as empresas municipais, as freguesias e instituições sem fins lucrativos, representando 24,3% das despesas correntes e 16,3% do total das despesas. Encontram-se incluídas neste capítulo as transferências para as **Freguesias** (4,1M€) e para o **Setor Público Empresarial** (7,3M€), estas últimas justificadas pelo facto das referidas empresas desenvolverem atividades de natureza social, onde o preço formado é claramente inferior ao preço de custo, donde decorre, por força de lei, a necessidade de compensações financeiras que restabeleçam o equilíbrio e a viabilidade financeira das entidades.

De destacar ainda nesta rubrica o valor pago ao nível da rubrica “**Famílias**”, no valor de **630 mil euros**, respeitantes ao reembolso dos livros escolares, bem como ao programa “Regime de Apoio Direto ao Arrendamento” (RADA), que significou cerca de 421 mil euros, e por fim, ao nível dos Contratos de Emprego e Inserção.

Os **Encargos Correntes da Dívida** totalizaram **74 mil euros**, o que corresponde a um decréscimo de 42,1%, menos 54 mil euros do que no ano anterior.

A rubrica **Subsídios**, com uma despesa total paga de 35 mil euros, diminuiu 60,1% relativamente a 2017.

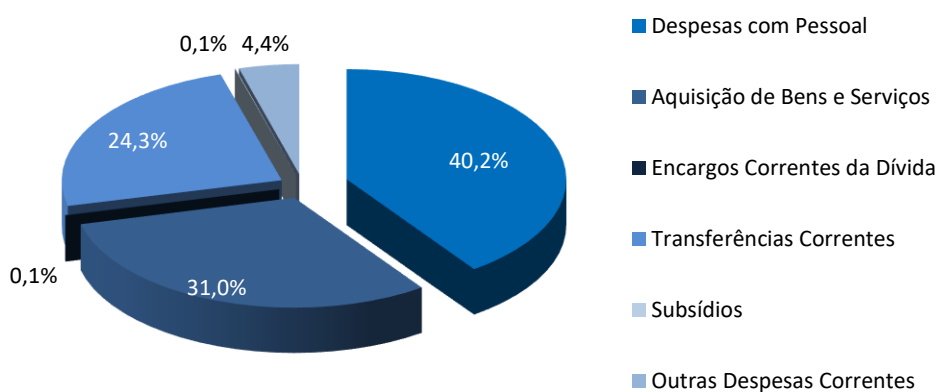


Figura 9 - Estrutura das despesas correntes

5.2.4. Despesa de Capital

A partir da análise do quadro que se segue, constatamos que as despesas de capital atingiram os **32,9 milhões de euros**, com uma taxa de execução de 73,6%.

DESIGNAÇÃO	Orçamento Final		Despesa Paga		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%		
Aquisição de Bens de Investimento	28 988 318	64,9%	18 349 464	55,8%	-10 638 854	63,3%
Transferências de Capital	3 674 015	8,2%	2 787 481	8,5%	-886 534	75,9%
Ativos Financeiros	487 353	1,1%	208 687	0,6%	-278 666	42,8%
Passivos Financeiros	11 349 500	25,4%	11 349 418	34,5%	-82	100,0%
Outras despesas de capital	171 150	0,4%	171 126	0,5%	-24	100,0%
Total das despesas capital	44 670 336	100%	32 866 176	99%	-11 804 136	73,57%

Quadro 22 - Estrutura e execução orçamental da despesa de capital

Numa análise mais detalhada verificamos que o capítulo de **Aquisição de Bens de Investimento** totaliza, em 2018, 18,3 milhões de euros, que significa, comparativamente com o exercício anterior, uma variação positiva de 9 milhões de euros. Este facto está relacionado com a realização de vários investimentos melhor detalhados no ponto da Execução do Plano Plurianual de Investimentos.

As **Transferências de Capital**, com uma execução de 75,9%, totalizam 2,8 milhões de euros, inteiramente relacionados com as obras e melhoramentos efetuados nas freguesias através dos contratos interadministrativos e apoios financeiros.

As despesas com **Passivos Financeiros**, no valor de 11,3 milhões de euros, correspondem à amortização de empréstimos de médio e longo prazo (6,3 M€) e de curto prazo (5 M€). Esta rubrica contribui com o maior peso das despesas de capital, representando 34,5% do seu total.

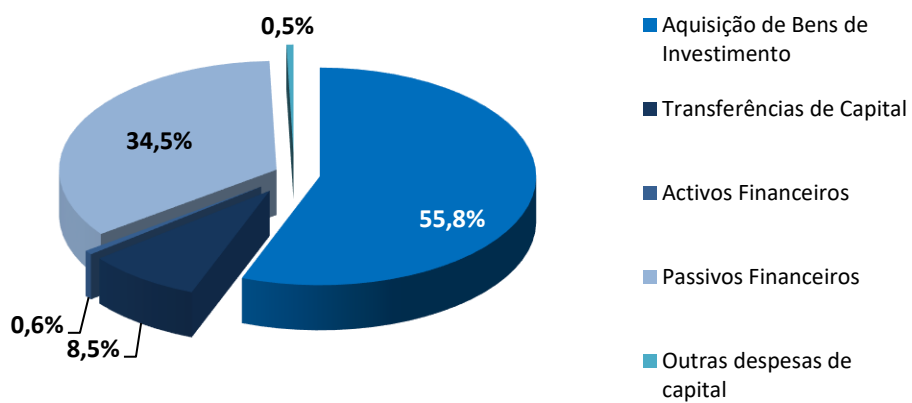


Figura 10 - Estrutura das despesas de capital

5.2.5. Grandes Opções do Plano

A estrutura e execução das Grandes Opções do Plano estão evidenciadas no quadro infra.

	Execução 2017			Execução 2018			Variação 2017/18		
	PPI	PAM	Total	PPI	PAM	Total	PPI	PAM	Total
1 - FUNÇÕES GERAIS	1 804 105	2 021 827	3 825 931	1 699 951	1 380 166	3 080 117	-5,8%	-	-
1.1 - Serviços Gerais de Admin. Pública	1 700 900	2 021 201	3 722 101	1 649 505	1 358 806	3 008 311	-3,0%	-33%	-19%
1.1.1 - Administração Geral	1 700 900	2 021 201	3 722 101	1 649 505	1 358 806	3 008 311	-3,0%	-33%	-19%
1.2 - Segurança e Ordem Públicas	103 204	626	103 831	50 446	21 361	71 806	-51,1%	3312 %	-31%
1.2.1 - Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	93 650	519	94 169	50 207	21 352	71 559	-46,4%	4014 %	-24%
1.2.2 - Polícia Municipal	9 555	107	9 662	239	9	247	-97,5%	-92%	-97%
2 - FUNÇÕES SOCIAIS	6 018 405	15 615 268	21 633 673	14 437 710	22 287 819	36 727 530	139,9%	42,7%	69,8%
2.1 - Educação	2 027 552	2 801 307	4 828 859	3 124 621	2 926 163	6 050 784	54,1%	4%	25%
2.1.1 - Ensino Não Superior	2 027 552	2 801 307	4 828 859	3 124 621	2 926 163	6 050 784	54,1%	4%	25%
2.2 - Saúde	0	170 052	170 052	0	134 243	134 243	0,0%	-21%	-21%
2.2.0 - Saúde	0	170 052	170 052	0	134 243	134 243	0,0%	-21%	-21%
2.3 - Segurança e Ação Sociais	0	1 585 561	1 585 561	0	6 352 989	6 352 989	0,0%	301%	301%
2.3.2 - Ação Social	0	1 585 561	1 585 561	0	6 352 989	6 352 989	0,0%	301%	301%
2.4 - Habitação e Serviços Coletivos	3 382 405	18 540	3 400 945	9 401 193	247 702	9 648 895	177,9%	1236 %	184%
2.4.2 - Ordenamento do Território	3 248 250	18 540	3 266 790	9 053 425	86 890	9 142 315	178,7%	379%	180%
2.4.6 - Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	134 154	0	134 154	347 768	158 811	506 580	159,2%	0%	278%
2.5 - Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	608 449	11 039 807	11 648 256	1 911 896	12 628 723	14 540 619	214,2%	14%	25%
2.5.1 - Cultura	0	3 572 681	3 572 681	64 715	3 598 309	3 663 024	0,0%	1%	3%
2.5.2 - Desporto, Recreio e Lazer	608 449	7 467 126	8 075 575	1 847 181	9 030 414	10 877 595	203,6%	21%	35%
3 - FUNÇÕES ECONÓMICAS	1 101 391	8 697 657	9 799 048	2 211 803	3 405 715	5 617 518	100,8%	-	-
3.3 - Transportes e Comunicações	1 101 391	8 697 657	9 799 048	2 211 803	3 405 715	5 617 518	100,8%	-61%	-43%
3.2.0 - Indústria e Energia	32 546	2 992 327	3 024 873	50 940	2 205 729	2 256 670	56,5%	-26%	-25%
3.3.1 - Transportes Rodoviários	1 068 845	5 159 251	6 228 096	2 071 127	0	2 071 127	93,8%	-100%	-67%
3.4.2 - Turismo	0	0	0	89 736	81 795	171 531	0,0%	0%	0%
3.5.0 - Outras Funções Económicas	0	546 079	546 079	0	1 118 191	1 118 191	0,0%	105%	105%
4 - Outras Funções	0	9 059 273	9 059 273	0	5 342 511	5 342 511	0,0%	-	-
4.1.0 - Operações da dívida autárquica	0	626 466	626 466	0	208 687	208 687	0,0%	-67%	-67%
4.2.0 - Transferências entre administrações	0	8 432 808	8 432 808	0	5 133 824	5 133 824	0,0%	-39%	-39%
TOTAL DO PPI	8 923 901	35 394 026	44 317 926	18 349 464	32 416 212	50 765 677	105,6%	-8,4%	14,5%

Quadro 23 - Estrutura e execução do Plano Plurianual de Investimentos

No ano 2018, as Grandes Opções do Plano apresentam um total executado de **50,8 milhões de euros** e uma **taxa de execução de 74%**, ficando acima da execução do ano anterior em cerca de 6,4 milhões de euros. Deste valor, **18,3 milhões de euros (36%)** foram canalizados para a execução do Plano Plurianual de Investimentos, e **32,4 milhões de euros (64%)** foram despendidos ao nível das Atividades Mais Relevantes.

Relativamente ao **Plano Plurianual de Investimentos**, verificamos que o valor investido em 2018, 18,3 milhões de euros, é **superior em 9,4 milhões de euros face ao ano anterior**.

Esta variação resulta da concretização de diversos investimentos estruturantes para o desenvolvimento do concelho, tais como: Requalificação do Parque de Exposição de Braga, construção dos diversos Centros Escolares e respetivo apetrechamento em termos de mobiliário e equipamento tecnológico, Reabilitação do Eixo Desportivo da Rodovia e arruamentos urbanos diversos.

No que concerne às **Atividades Mais Relevantes**, o valor despendido em 2018 é **inferior em 2,9 milhões de euros** quando comparado com o anterior período homólogo, derivado, essencialmente, da diminuição das transferências de capital para as freguesias.

Avançando para uma análise mais refinada ao nível das Grandes Opções do Plano, constatamos que as **Funções Gerais** representam 6,1% do total despendido, com um total executado de 3,1 milhões de euros. Em comparação com o ano transato, podemos verificar que este agregado funcional apresentou uma execução ligeiramente inferior, cerca de 746 mil euros. Este agrupamento inclui essencialmente investimentos tendentes à concretização da modernização administrativa e funcional da administração autárquica, tais como conservação dos edifícios municipais, *hardware*, *software*, equipamento básico, administrativo e de transporte, bem como ao nível da Proteção Civil e Polícia Municipal.

As **Funções Sociais** têm um montante executado de **36,7 milhões de euros**, encontrando-se aqui concentrada a maior fatia dos investimentos do município, já que representam 72,3% das GOP, com especial destaque para a concretização dos seguintes objetivos:

- **Educação**, com um investimento total de 6 milhões de euros contabiliza um acréscimo, em relação ao ano anterior, de 1,2 milhões de euros, fruto da concretização dos projetos de construção de diversos centros escolares (Esporões, Gualtar, Merelim S. Pedro e S. Lázaro) e obras de melhoramento do parque escolar existente, em cerca de 400 mil euros, e respetivo apetrechamento em termos de mobiliário e equipamento tecnológico. Para além destes investimentos, é importante sublinhar a despesa associada ao desenvolvimento da atividade educativa, tais como: refeições escolares (2,2M€), outras atividades educativas (670 mil euros).
- **Ação Social**, compreende um valor despendido na ordem dos 6,4 milhões de euros e engloba as seguintes iniciativas: 1) Regime de Apoio ao Arrendamento (423 mil euros); 2) Manuais e materiais escolares (124 mil euros); 3) Transferências para instituições de caráter social (161 mil euros); 4) Contrato Programa com as empresas municipais TUB, EM e Bragahabit, EM que totaliza 5,6 milhões de euros.

- **Habitação e Serviços Coletivos**, responsável por 51,2% do valor das GOP's, foram executados 9,6 milhões de euros, onde se incluem projetos como requalificação do PEB (7,4 milhões de euros), Projeto de arborização do Parque do monte do Picoto (206 mil euros), acesso ao Parque Industrial de Sobreposta (110 mil euros) e estabilização de emergência após incêndios (160 mil euros). Face ano anterior, regista neste objetivo setorial um aumento de 6,2 milhões de euros.

- **Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos (compreende Cultura e Desporto)**, que apresentam uma execução de 10,4%, incorpora investimentos que totalizam 14,5 milhões de euros, que compreende:

- Ao nível do investimento, a execução dos seguintes projetos: manutenção de equipamentos desportivos (115 mil euros), reabilitação do Eixo Desportivo da Rodovia (1,4 milhões de euros), beneficiação e conservação das piscinas municipais (269 mil euros) e infraestruturas do edifício GNRation (23 mil euros).

- Ao nível funcional, a concretização das seguintes atividades: 1) **concretização do programa cultural**, no montante de 3,6 milhões de euros, 2) concretização do **programa de desenvolvimento desportivo** (que incluiu as atividades associadas à Cidade Europeia do Desporto) e que totalizou cerca de 9 milhões de euros.

Este programa setorial, inclui ainda cerca de 6,2 milhões de euros relacionados com os arrendamentos dos vários equipamentos desportivos no âmbito da parceria estabelecida com a SGEB.

As **Funções Económicas**, no exercício de 2018, totalizam 5,6 milhões de euros, representando cerca de 11% das GOP's, sustentado nos seguintes objetivos:

- **Indústria e Energia** que compreende um montante de 2,3 milhões de euros (iluminação pública).

- **Transportes Rodoviários**, no valor de 2,1 milhões de euros, com especial destaque para o prolongamento da Rua 25 de Abril e vias secundárias (287 mil euros), a reabilitação da Rua Nova de Santa Cruz (84 mil euros), requalificação de arruamentos urbanos (956 mil euros), avenida Dr. Francisco Pires Gonçalves (396 mil euros) e repavimentação da EM 565 – Navarra (136 mil euros), entre outros investimentos menos relevantes financeiramente.

- **Outras Funções Económicas**, que inclui o programa de dinamização e promoção da atividade económica (contrato programa com a empresa municipal IB, EM.) e o programa de dinamização do comércio local, que em conjunto totalizam um gasto de 1,1 milhões de euros.

Por fim, o objetivo **Outras Funções**, que compreende as transferências entre administrações/freguesias, no exercício de 2018, totalizam 5,3 milhões de euros, representando cerca de 10,5% das GOP's.

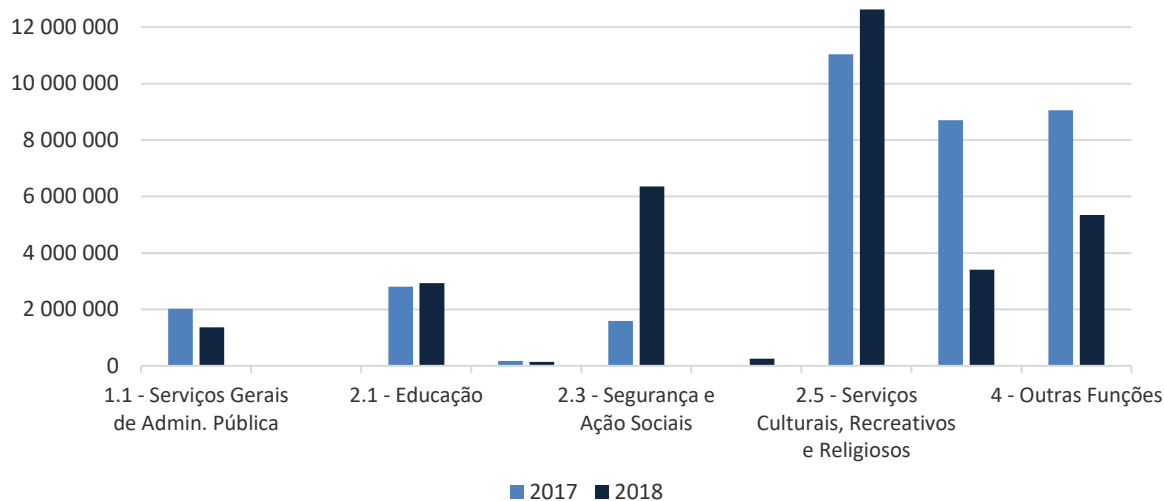


Figura 11 – Evolução da execução das Atividade Mais Relevantes

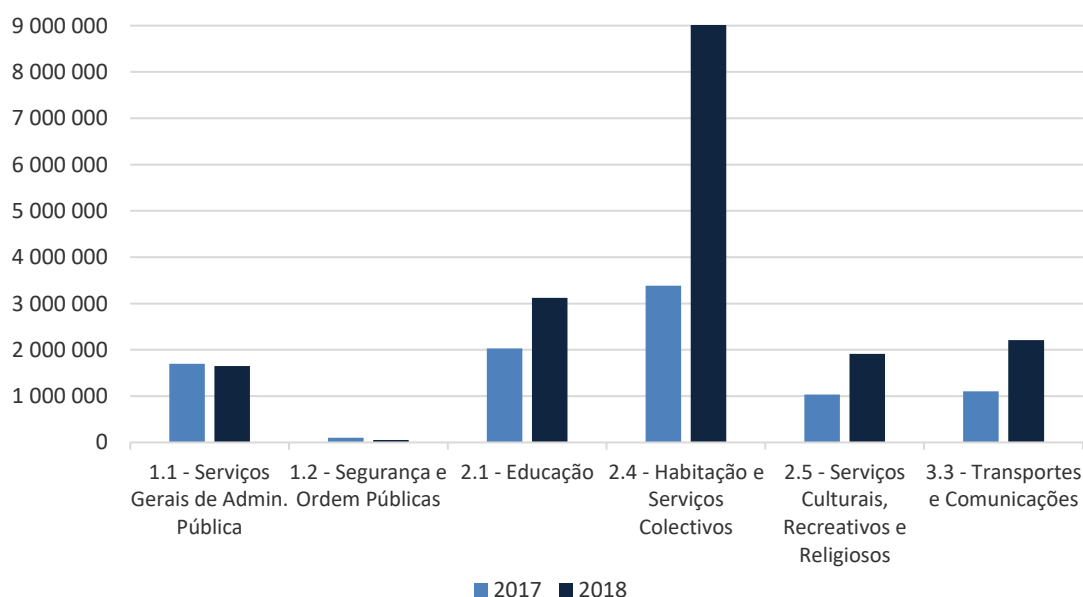


Figura 12– Evolução da execução do Plano Plurianual de Investimentos

6. DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

6.1. ANÁLISE DA ESTRUTURA DO BALANÇO

Através da análise do balanço é possível aferir sobre a situação financeira do município a 31 de dezembro de 2018, conforme determina o Plano Oficial das Autarquias Locais (POCAL). Assim, o quadro abaixo reflete a estrutura e a evolução patrimonial deste município nos exercícios de 2017 e 2018.

O **Ativo Líquido** apresenta um valor de 576 milhões de euros no final de 2018. Comparando com o registado no final do exercício anterior (557 M€), verificamos que houve um aumento de 19,7 milhões de euros, ou seja, de 4 pontos percentuais.

Neste âmbito, realça-se o comportamento do **imobilizado** que apresenta uma variação positiva de **15,2 milhões de euros**, fruto das seguintes ordens de razão: 1) forte investimento executado no decorrer no exercício e preconizado no PPI e melhor evidenciado no ponto anterior deste relatório; 2) contabilização do reconhecimento de imóveis que passaram para a esfera da gestão municipal, designadamente a Estação Central de Camionagem de Braga (2 M€), sede da antiga junta de freguesia de Celeirós, pavilhão gimnodesportivo de Mire de Tibães; 3) reconhecimento de imóveis cedidos ao domínio público e privado municipais, por via de processos de loteamento e obras particulares. Refira-se também o crescimento da rubrica de **dívidas de terceiros** em **2,3 milhões de euros**, que reflete sobretudo a contabilização da distribuição dos dividendos da participação na empresa municipal Agere, EM.

Descrição	2017		2018		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imobilizado	509 283 324	91%	524 520 926	91,0%	15 237 601	3%
Existências	522 938	0,1%	512 872	0,1%	-10 066	-2%
Dívidas de terceiros	10 685 201	2%	13 005 809	2,3%	2 320 608	22%
Disponibilidades	2 767 082	0,5%	2 995 082	0,5%	228 000	8%
Acréscimos e diferimentos	33 385 270	6%	35 321 180	6,1%	1 935 909	6%
ACTIVO	556 643 815	100%	576 355 868	100%	19 712 052	4%
Património	191 459 843	44%	191 586 081	43,1%	126 238	0%
Ajustamentos em partes de capital	10 319 699	2%	14 496 055	3,3%	4 176 356	40%
Reservas	35 646 006	8%	38 444 541	8,7%	2 798 535	8%
Resultados transitados	198 521 984	45%	193 753 950	43,6%	-4 768 034	-2%
Resultado líquido do exercício	3 613 567	1%	6 089 092	1,4%	2 475 525	69%
FUNDOS PRÓPRIOS	439 561 099	100%	444 369 718	100%	4 808 619	1%
Provisões para riscos e encargos	12 130 845	10,36%	7 542 132	5,71%	-4 588 713	-38%
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	36 802 800	31%	22 446 137	17%	-14 356 662	-39%
Dívidas a terceiros - curto prazo	13 677 797	12%	33 858 070	26%	20 180 273	148%
Acréscimos e diferimentos	54 471 275	47%	68 139 810	52%	13 668 534	25%
PASSIVO	117 082 716	100%	131 986 149	100%	14 903 433	12,73%

Quadro 24 - Estrutura e evolução patrimonial da autarquia: Balanço sintético

O **Passivo**, no valor de 132 milhões de euros, aumentou 12,7% face a 2017, ou seja, 14,9 milhões de euros. Para tal, contribui o acréscimo nas dívidas a terceiros de curto prazo e dos acréscimos e diferimentos, justificado na rubrica 2745 - proveitos diferidos - com o aumento nos subsídios aos investimentos em 12,5 milhões de euros (note-se que apesar de a natureza desta conta ser refletida no passivo, não constitui dívida, uma vez que o saldo apresentado simboliza o valor recebido de subsídios ao investimento ainda não refletido como proveito, isto é, não gerará exfluxos monetários futuros).

Relativamente às **dívidas a terceiros de curto prazo** e, para melhor interpretação das variações ocorridas apresenta-se as seguintes justificações:

- contabilização da decisão judicial, que condenou o município, no âmbito da construção do estádio municipal, ao pagamento de cerca de 4,2 milhões de euros ao consórcio ASSOC, ACE e Soares da Costa, SA. De sublinhar que do reconhecimento da dívida resultou a diminuição das provisões em 3,7 milhões de euros.
- contabilização de seis contratos de arrendamento de equipamentos desportivos celebrados com a SGEB, SA, ascendendo a 3 milhões de euros, anteriormente não reconhecidos por divergência de execução das obras que, no entender do município, não reuniam as condições protocoladas para o uso dos equipamentos, sendo que esta assunção de dívida significou a redução de provisões e de acréscimos de gastos, em igual montante.
- aumento da dívida comercial em 7,1 milhões de euros, em que 3,7 milhões de euros estão relacionados com fornecedores c/c e 3,4 milhões de euros com fornecedores de imobilizado, como consequência quer do crescimento da atividade e iniciativa municipais (entre outras, Cidade Europeia do Desporto), quer do investimento encetado no exercício e refletido no PPI, conforme explicado no ponto anterior.



Figura 12 – Dívidas a terceiros – curto prazo

Já no que concerne à **dívida de médio e longo prazo**, cuja variação negativa ascende a 14,4 milhões de euros, reflete, essencialmente, na ausência de contratação de novos financiamentos, o cumprimento do serviço da dívida.

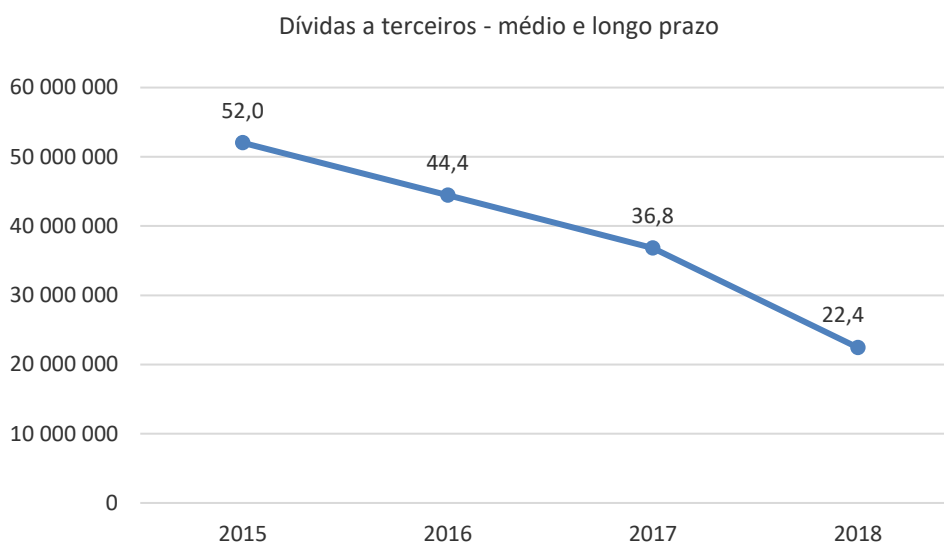


Figura 13 – Dívidas a terceiros – médio e longo prazo

Na análise a efetuar ao passivo total, é importante ter em consideração que o valor das **provisões para riscos e encargos** teve uma diminuição de 4,6 milhões de euros, justificada nos pontos anteriores, na análise das dívidas a terceiros.

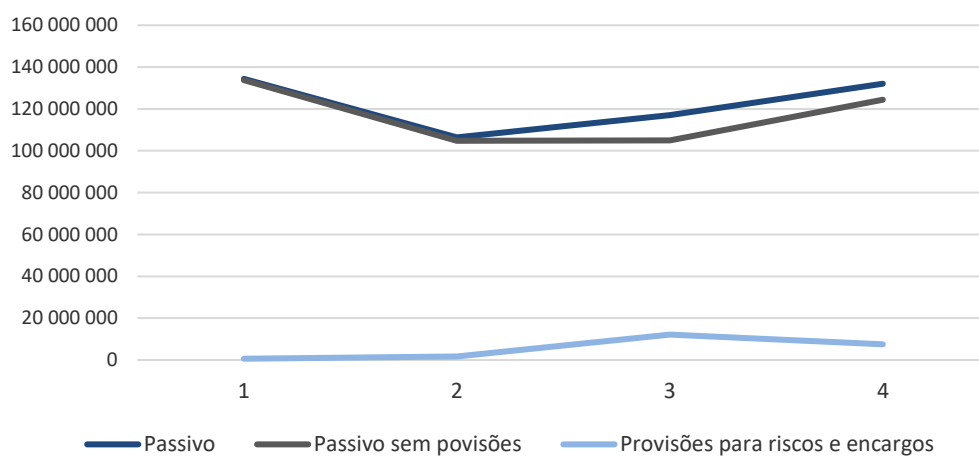


Figura 14 – Evolução do passivo com e sem provisões para riscos e encargos

Os **Fundos Próprios**, que totalizam 444 milhões de euros em 2018, aumentaram cerca de 4,8 milhões de euros, ou seja, 1,1% face a 2017. Este facto resulta da variação positiva ao nível dos ajustamentos de partes de capital nas empresas, fruto do método da equivalência patrimonial e nas Reservas/Doações em 2,6 milhões de euros.

O **Resultado Líquido do Exercício** foi de 6,1 milhões de euros, superior em cerca de 2,5 milhões de euros ao valor alcançado no ano anterior.

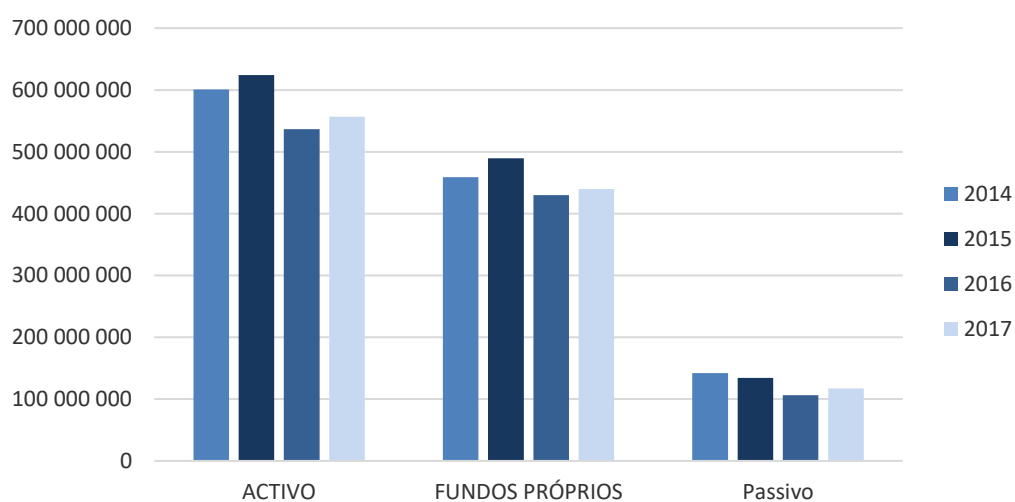


Figura 15 – Componentes do balanço

6.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Neste ponto do relatório pretende-se analisar e evidenciar os resultados obtidos na atividade municipal desenvolvida durante o ano de 2018, bem como proceder ao comparativo com o exercício anterior, destacando e fundamentando as principais flutuações.

Descrição	2017		2018		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos e Perdas						
CMVMC	397 175,13	0%	482 353	0,0%	85 178	0,0%
FSE	23 205 210	27%	25 024 608	28,1%	1 819 398	8%
Pessoal	25 958 158	30%	27 074 345	30,4%	1 116 186	4%
Transferências e subsídios	17 258 351	20%	17 302 925	19,5%	44 574	0%
Amortizações do exercício	13 151 877	15%	14 383 872	16,2%	1 231 995	9%
Provisões	1 178 650	1%	1 996 567	2,2%	817 917	69%
Outros custos operacionais	103 057	0%	163 978	0,2%	60 921	59%
Custos Financeiros	1 449 829	2%	216 017	0,2%	-1 233 812	-85%
Custos extraordinários	3 303 188	4%	2 283 017	2,6%	-1 020 171	-31%
TOTAL DE CUSTOS E PERDAS	86 005 496	100%	88 927 681	100%	2 922 186	3%
Proveitos e Ganhos						
Vendas e prestações de serviços	2 019 277	2%	1 986 852	2,1%	-32 426	-2%
Impostos e taxas	48 536 874	54%	51 663 857	54,4%	3 126 982	6%
Trabalhos para a própria entidade	37 976	0%	141 512	0,1%	103 536	273%
Proveitos Suplementares	21410,77	0%	18 186	0,0%	-3224,28	0%
Transferências e subsídios correntes obtidos	30 270 111	34%	31 486 693	33,1%	1 216 582	4%
Outros proveitos e ganhos operacionais	81 753	0%	293 718	0,3%	211 965	259%
Proveitos financeiros	6 325 505	7%	6 372 472	6,7%	46 967	1%
Proveitos e ganhos extraordinários	2 326 156	3%	3 053 483	3,2%	727 327	31%
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	89 619 063	100%	95 016 773	100%	5 397 710	6%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3 613 567		6 089 092		2 475 525	69%

Quadro 25 – Demonstração de Resultados por Natureza comparada

Em termos globais, da atividade do município no exercício de 2018, resultam em 89 milhões de euros de custos e perdas, 95 milhões de euros de proveitos e ganhos e, como efeito, um resultado líquido de 6,1 milhões de euros.

6.2.1. Custos e Perdas

Ao nível dos **custos e perdas** do exercício assistimos, em 2018, comparativamente com o período anterior, a um aumento em cerca de 2,9 milhões de euros. Esta variação é explicada pelo aumento das seguintes naturezas de custos:

- **fornecimentos e serviços externos** (+ 1,8M€): esta variação justifica-se pelo aumento das rubricas de seguros, conservação e reparação, outros trabalhos especializados e outros fornecimentos e serviços (que compreende designadamente os custos e perdas associados ao desenvolvimento das atividades culturais, desportivas e educativas);
- **custos com o pessoal** (+ 1,11M€): este crescimento é justificado pelo aumento do número de colaboradores resultante da regularização extraordinária de precários, pela atualização do salário mínimo municipal e respetivos encargos sociais;
- **provisões** (+ 0,8M€): a variação identificada resulta da necessidade de fazer face a processos judiciais em curso, bem como, para clientes de cobrança duvidosa (50% da dívida vencida a 30/06/2018 e 100% até 31/12/2017), de forma a cumprir o preceituado no normativo contabilístico aplicável.

Em sentido oposto,

- **custos extraordinários** (-1M€): justificado pela diminuição das transferências de capital para freguesias, assim como as perdas em imobilizações (abates ao património municipal).
- **custos financeiros** (- 1,2M€): resultado da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial que, no exercício de 2018, nenhuma empresa participada com relevância para este apuramento apresenta resultados negativos.

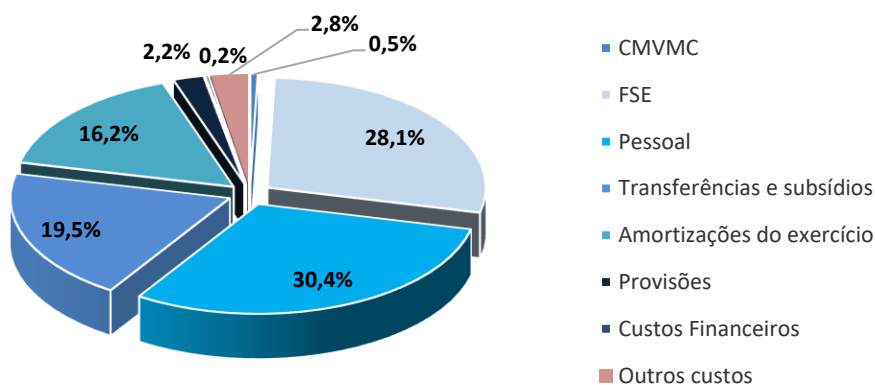


Figura 16 – Estrutura dos custos

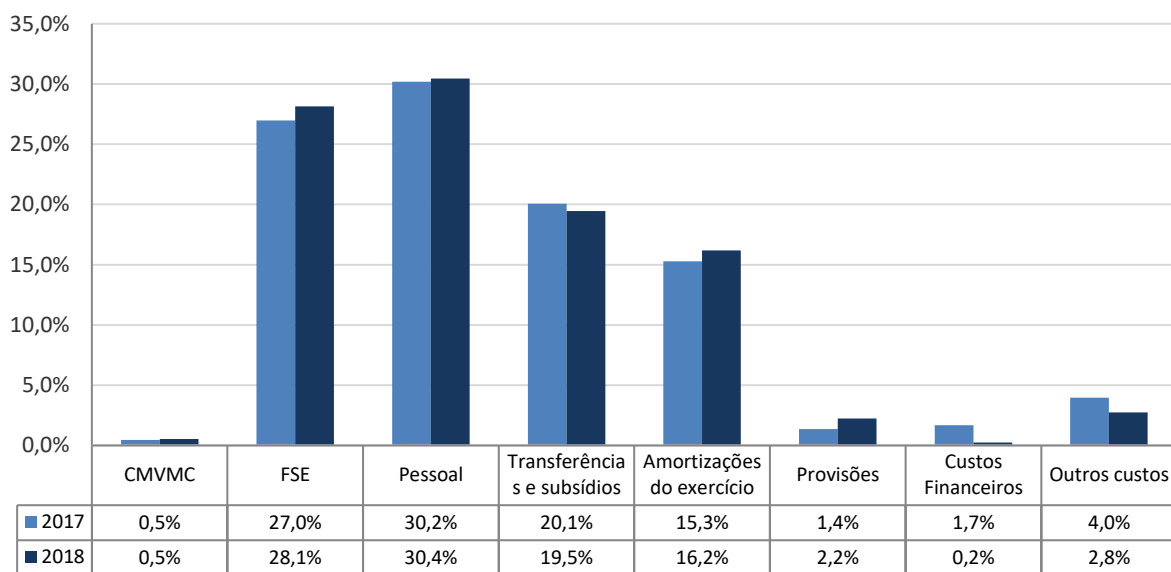


Figura 17 – Comparação dos custos (2017/2018)

6.2.2. Proveitos e Ganhos

Evoluindo para a análise dos **Proveitos do Exercício**, que totalizam em 2018, **95 milhões de euros** (+5,4 milhões de euros que no período anterior), verificamos que a variação contabilizada é sustentada na evolução favorável das rubricas de impostos e taxas (+3,1M€), transferências e subsídios obtidos (+1,2M€) e proveitos e ganhos extraordinários (+0,7M€).

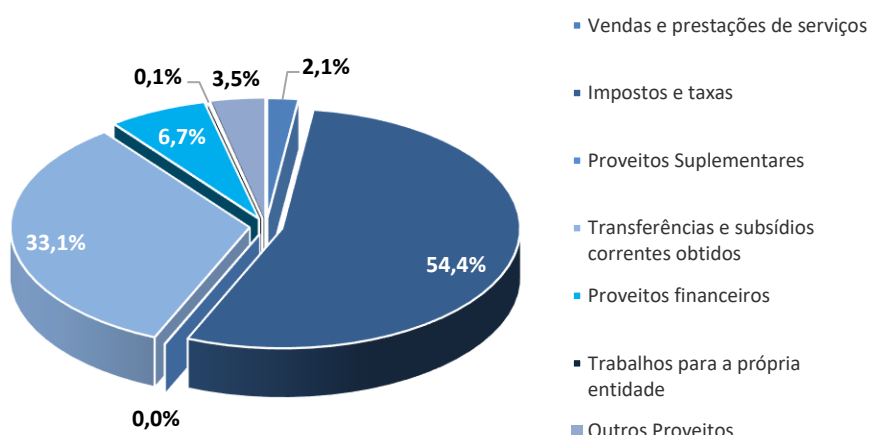


Figura 18 – Estrutura dos Proveitos

Relativamente ao aumento na rubrica de **impostos e taxas**, na proporção de 3,1 milhões de euros, verifica-se um aumento dos proveitos ao nível da derrama (+1,1 milhões de euros) e IMI (+1,2 milhões de euros), bem como dos impostos indiretos (+ 976 mil euros), designadamente nas rubricas de loteamentos e obras e ocupação da via pública, associadas às variações da atividade económica, tendo sido verificada em 2018 um melhoramento global.

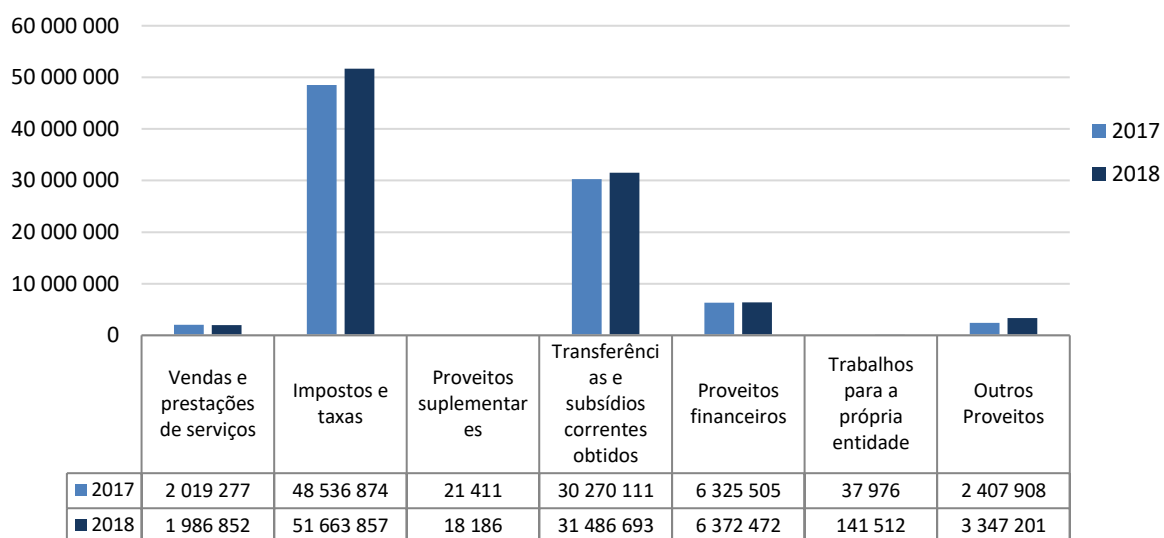


Figura 19 – Comparação dos Proveitos (2017/2018)

Na rubrica dos **trabalhos para a própria entidade**, a variação positiva em relação ao ano transato deve-se à capitalização dos trabalhos realizados para a própria entidade e explicado no anexo às demonstrações financeiras.

Por fim, verificamos que as **Transferências e Subsídios Correntes Obtidos** registam em 2018, face a igual período de 2017, um aumento na ordem dos 1,2 milhões de euros, explicada pelo aumento das transferências obtidas ao nível do orçamento de estado, designadamente, as relacionadas com a delegação de competências das atividades escolares (+500 mil euros), e das transferências correntes no âmbito de projetos cofinanciados (+500 mil euros).

A figura a seguir apresentada evidencia a evolução dos resultados no quadriénio 2015-2018.

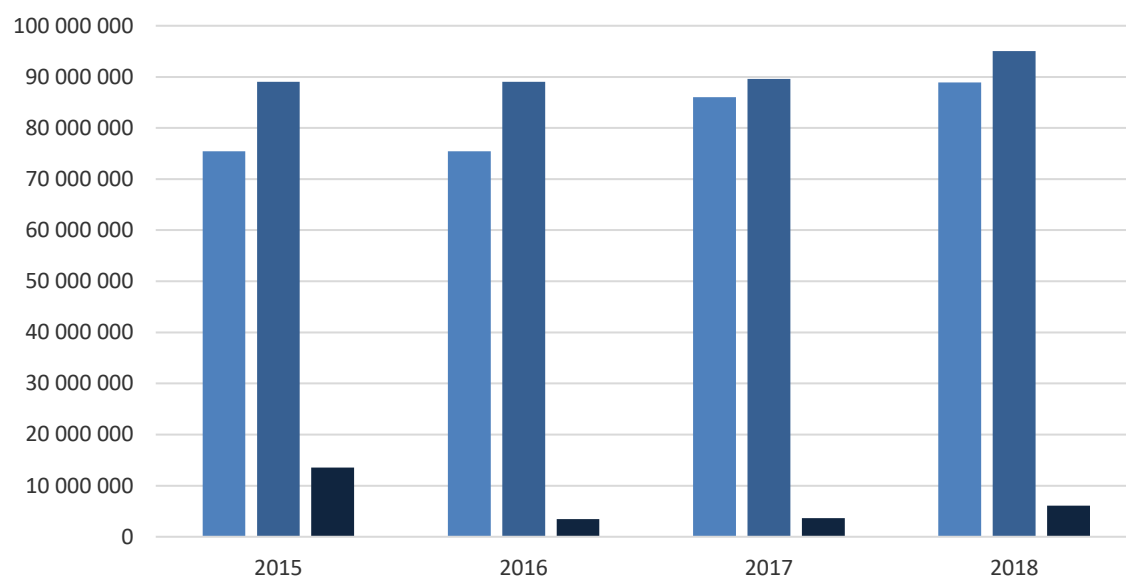


Figura 20 – Evolução dos resultados no quadriénio 2015-2018

7. ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

7.1. NOTA INTRODUTÓRIA

A 3 de setembro de 2013, foi publicada a nova Lei das Finanças Locais, Lei n.º 73/2013, com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2014, e publicada a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico das transferências de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, com entrada em vigor a 29 de setembro de 2013.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, introduz um novo conceito de dívida. Deixa de existir o trinómio endividamento líquido, de médio e longo prazo e de curto prazo, circunscrevendo-se apenas a um limite, o de dívida total.

No seu n.º 1, do artigo 52º, é apresentada a fórmula de cálculo do limite da dívida total. A 31 de dezembro de cada exercício económico, as dívidas de operações orçamentais do município, acrescidas das entidades previstas no art.º 54º, não pode ultrapassar 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. O n.º 2 do citado artigo refere que a dívida total de operações orçamentais engloba:

- os empréstimos, tal como definidos no nº 1 do artigo 49º;
- os contratos de locação financeira;
- quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios (ou outras entidades relevantes) junto de instituições financeiras; e,
- todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

A sua tradução matemática poderá fazer-se na seguinte fórmula:

$$1,5 * MRCLC_{(n-3, n-2 \text{ e } n-1)} \geq DOOM_{31 \text{ dez}/n} + DER_{31 \text{ dez}/n}$$

Legenda:

MRCLC – média da receita corrente líquida cobrada nos exercícios anteriores

DOOM – dívida das operações orçamentais do município, nos termos definidos acima, a 31 de dezembro de n

DER – dívida das entidades relevantes, nos termos do art.º 54, da nova lei das finanças locais, a 31 de dezembro de n

Com a nova Lei das Finanças Locais, as anteriores exceções ao endividamento desaparecem, admitindo-se, porém, que o limite possa ser ultrapassado em caso de calamidade pública. De referir, no entanto, que, no caso de um município cumprir o limite de endividamento na data de entrada em vigor da presente Relatório de Gestão e Contas 2018

lei, mas que passe a registar uma dívida total superior aos limites previstos no artigo 52.º, por força da existência de dívidas excecionadas, constituídas em data anterior à entrada em vigor da presente lei, não deve ser sujeito a sanções, tal como previsto no artigo 84.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Consideram-se, para o efeito, dívidas excecionadas:

- os empréstimos e os encargos com empréstimos anteriormente contraídos ao abrigo de disposições legais que os excecionavam dos limites de endividamento;
- os empréstimos e os encargos com empréstimos contraídos para a conclusão dos programas especiais de realojamento (PER), cujos acordos de adesão tenham sido celebrados até ao ano de 1995; e,
- as dívidas dos municípios às empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, consolidadas até 31 de dezembro de 1988.

A acrescentar a isto, uma das novidades deste regime jurídico prende-se com a trajetória de crescimento/ajustamento que um município deve ter, quer cumpra com os limites ou não. A antiga lei das Finanças Locais apenas previa uma trajetória de ajustamento no caso de incumprimento do limite. Passando a explicar, sempre que um município não cumpra o limite, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo, do previsto na secção III, que se refere ao alerta precoce e recuperação financeira. Cumprindo o limite, só pode aumentar, em cada exercício económico, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

7.2. POSICIONAMENTO DA DÍVIDA MUNICIPAL, A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

A situação da dívida total do grupo municipal à data de 31 de dezembro de 2017 apresenta-se no quadro seguinte:

Código das contas POCAL	Endividamento Municipal	Valores em 31/dez/2017
Total do passivo - 29 "provisões" - 27 "acréscimos e diferimentos"		
2312	Dívida a terceiros - médio e longo prazo: Dívidas a instituições de crédito	28 795 554,88
	Total - dívidas mlp	28 795 554,88
	Dívida a terceiros - curto prazo*:	
2321	Convertíveis	0,00
2322	Não convertíveis	0,00
233	Empréstimos por títulos de participação	0,00
2311	Dívidas a instituições de crédito	0,00
269	Adiantamentos por conta das vendas	0,00
221	Fornecedores, c/c	935 798,54
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	2 931 710,95
252	Credores pela execução do orçamento	0,00
217	Clientes e utentes com cauções	597 205,46
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1 381 176,12
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	596 363,85
2618	Fornecedores de imobilizado - faturas em receção e conferência	4 198 361,69
24	Estado e outros entes públicos	333 381,71
262 + 263 + + 267 + 268	Outros credores	10 711 043,25
	Total - dívidas cp	21 685 041,57
	Total - dívidas a 3.ºs do município	50 480 596,45
Saldo das operações não orçamentais (resumo diário de tesouraria e mapa de operações de tesouraria)		2 738 548,71
Fundo de Apoio Municipal - saldo credor da 268126 mlp - art.º 55.º, n.º5, Lei 7-A/2016, de 30 de março		2 225 991,69
Dívida total do município		45 516 056,05
Entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total		532 436,04
DÍVIDA TOTAL *		46 048 492,09

***O valor da dívida a 31 de dezembro de 2017 é o do último reporte na aplicação SIAL, da DGAL, conforme ficha do município de 2017 e relatório de aferição da dívida total, após as devidas atualizações durante o exercício de 2018, cuja informação não se encontrava disponível aquando da elaboração destes mapas de fecho de contas de 2017.

No orçamento de Estado para 2015, refere no seu artigo 98º n.º 8 que o montante referente à contribuição de cada Município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, pelo que, por analogia, e não tendo sido uma despesa realizada pelo Município, mas sim imposta por lei, não será incluída para efeitos de

endividamento, no ano de 2015 e seguintes, apesar de devidamente divulgada na conta #268 “Outros credores”, no balanço do município.

Uma vez determinada a dívida total do município, é possível dizer-se que o município de braga, a 31 de dezembro de 2017, não só cumpriu o disposto no n.º 1, do art.º 52, da nova lei das finanças locais, como apresenta uma margem disponível de 69,8 milhões €, face ao limite, senão vejamos:

Limite máximo da dívida total do grupo municipal a 31/12/2017***	110 820 075
Dívida total a 31 de dezembro de 2017	46 048 492
Margem face ao limite	64 771 583

***Informação validada pela DGAL: valor correspondente a 1,5 x média da receita corrente cobrada nos últimos três exercícios.

Note-se que o limite apresentado é o limite total previsto no artigo supra citado. No entanto, e dado que o município de braga se posicionou abaixo do valor de dívida total a 31 de dezembro de 2015, a margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ou seja, “só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios”.

Deste modo, e tendo em consideração a dívida do grupo municipal a 31 de dezembro de 2017, e o limite máximo apurado, o cumprimento da possibilidade de crescimento pelo município de braga afere-se no quadro apresentado abaixo:

Dívida total a 31 de dezembro de 2016	48 063 621
Margem disponível	62 756 455
Possibilidade de crescimento (20% da margem)	12 551 291
Limite máximo a 31 de dezembro de 2017	60 614 912
Dívida total a 31 de dezembro de 2017	46 048 492

O município de braga posiciona-se abaixo do limite da dívida total apurado para o exercício de 2017, bem como o anteriormente descrito na alínea b), do n.º 3, do art.º 52 da RFALEI.

7.4. LIMITES PARA 2018

Para o ano de 2018, e tendo em consideração o disposto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, abaixo se apresenta o limite máximo para o ano de 2018.

DESIGNAÇÃO	2015 Valor	2016 Valor	2017 Valor
Total da Receita Corrente	74 030 799	76 372 247	81 298 615
Impostos Diretos	36 412 447	39 335 756	42 777 506
Impostos Indiretos	1 401 507	1 880 925	2 465 089
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1 159 322	1 515 010	2 739 062
Rendimentos de Propriedade	3 883 253	3 126 354	2 769 144
Transferências Correntes	29 246 625	28 713 788	29 053 592
Vendas de Bens e Prestações de Serviços	1 261 702	1 328 755	1 403 077
Outras Receitas Correntes	665 942	471 660	91 145
Média aritmética da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores			77 233 887,11
Limite da dívida total (1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores)			115 850 830,66

Note-se que o limite apresentado é o limite total previsto no artigo supra citado. Uma vez mais, dado que o município de braga se posicionou abaixo do valor de dívida total a 31 de dezembro de 2017, a margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ou seja, “(...) 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios”.

Deste modo, e tendo em consideração a dívida do grupo municipal a 31 de dezembro de 2017, e o limite máximo apurado, a margem de endividamento se afere no quadro seguinte:

Dívida total a 31 de dezembro de 2017	46 048 492
Margem disponível	69 802 339
Possibilidade de crescimento (20% a margem disponível)	13 960 468
Limite máximo a 31/12/2018	60 008 960

7.5. ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS DA DÍVIDA, A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para além de alterar a fórmula de cálculo para o limite da dívida total, altera significativamente o perímetro das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total, alargando o perímetro do universo municipal, aos serviços municipalizados e intermunicipalizados, às entidades intermunicipais e associativas municipais, às empresas locais, exceto se forem empresas

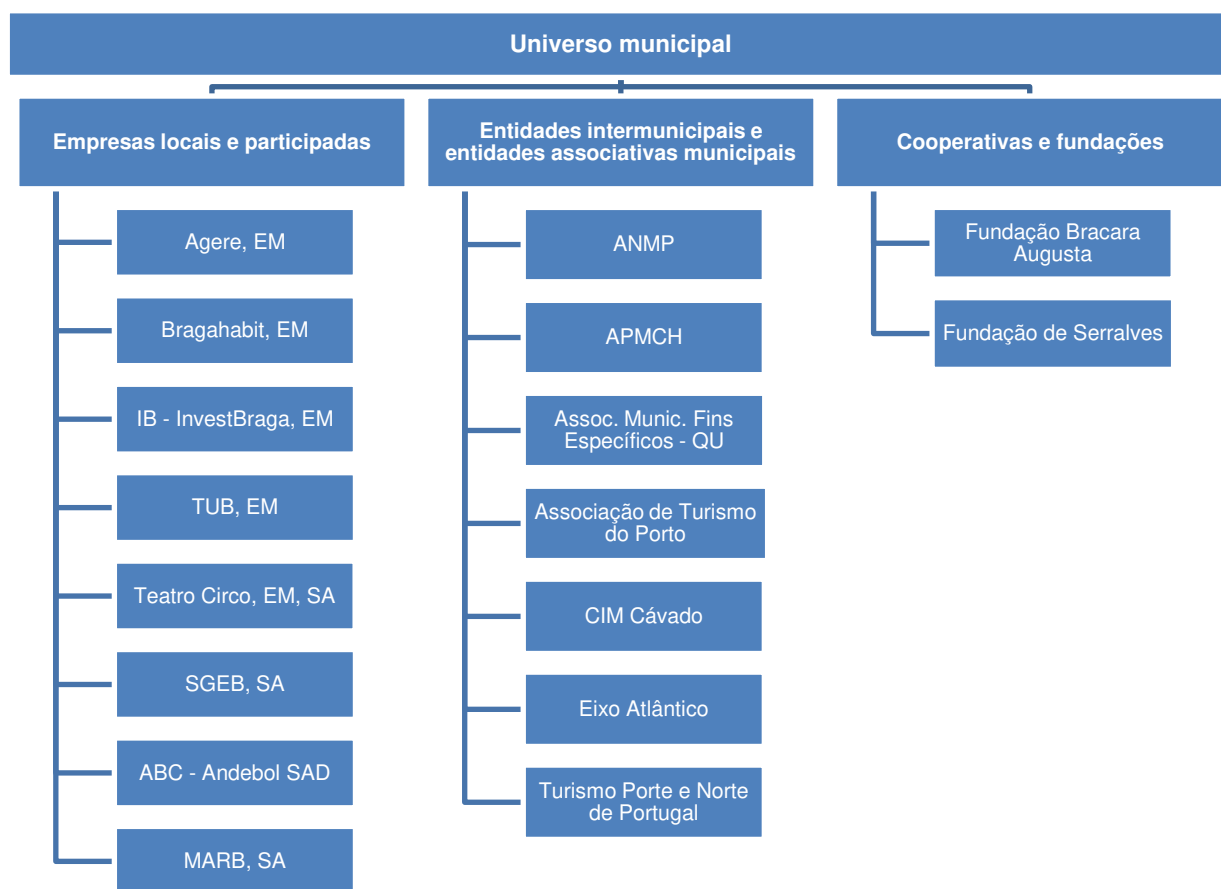
abrangidas pelo sector empresarial do estado ou regional, às cooperativas e fundações e, por fim, às entidades de outra natureza nas quais se verifique um controlo ou presunção de controlo por parte do município.

Em termos práticos este novo regime jurídico vem impor e reforçar a ideia que, em regra, todas as entidades constituídas e participadas por capitais dos municípios relevam para efeitos de endividamento municipal, alargando assim de forma significativa o perímetro de entidades a considerar.

De acordo com o artigo n.º 54 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, as entidades participadas pelo município que relevam para o apuramento da dívida total de operações orçamentais, nos seguintes termos:

- a) os **serviços municipalizados e intermunicipalizados**, neste último caso, de acordo, com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- b) as **entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais**, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, **de forma proporcional à quota de cada Município para as suas despesas de funcionamento**;
- c) as **empresas locais e participadas** de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, **proporcional à participação**, direta ou indireta, do Município no seu capital social, **em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas** previstas no artigo 40.º daquela lei.
- d) as **cooperativas e as fundações, proporcional à participação**, direta ou indireta, do Município; e,
- e) as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do Município, pelo montante total.

Para dar cumprimento ao disposto no art.º 54.º da nova lei das finanças locais, procede-se à definição do perímetro do grupo municipal, para o exercício de 2018.



*Situação à data de elaboração dos documentos de prestação de contas de 2018.

Feita a delimitação do grupo autárquico, de acordo com a disposição legal do artigo 54º da Lei n.º 73/2013, importa definir as entidades relevantes para efeitos de apuramento da dívida, no presente exercício económico.

Universo municipal	% part.	RAI (Resultado antes de imposto)	Releva para efeitos da dívida	Observações
1. Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (alínea b) do art.º 54º)				
ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses		Não aplicável	535,50€	
APMCH – Assoc. Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico		Não aplicável	9,93€	
Associação de Municípios de Fins Específicos – Quadrilátero Urbano		Não aplicável	8 127,35€	
CIM – Comunidade Intermunicipal do Cávado		Não aplicável	237,98€	
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular		Não aplicável	3 379,36€	
Turismo Porte e Norte de Portugal, ER		Não aplicável	-	Não releva (ofício de Julho de 2014)
Associação de Turismo do Porto		Não aplicável	22 911,60€	
2. Empresas locais e participadas (alínea c) do art. 54.º)				
AGERE - Empresa de Águas Efluentes e Resíduos de Braga, EM	51%	8.323.865,96€	-	Não releva – contas equilibradas
BRAGAHABIT - Empresa Municipal de Habitação, EM	100%	166.261,31€	-	Não releva – contas equilibradas
IB - Agência para a Dinamização Económica, EM	100%	21.150,98€	-	Não releva – contas equilibradas
Teatro Circo de Braga, EM, SA	100%	24.246,95€	-	Não releva – contas equilibradas
TUB - Empresa Transportes Urbanos de Braga, EM	100%	43.835,95€	-	Não releva – contas equilibradas
SGEB - Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, SA	49%	7.479,97€	-	Não releva – contas equilibradas
ABC de Braga - Andebol SAD	40%	(9.387,18€)	235 216,15€	
MARB - Mercado Abastecedor da Região de Braga, SA	1%	593.384,43€	-	Não releva – contas equilibradas
3. Cooperativas e fundações (alínea d) do art. 54.º)				
Fundação Bracara Augusta	25%	Não aplicável	11 733,49€	
Fundação de Serralves	0,55%	Não aplicável	10 807,67€	Situação à data de 31/12/2017

*Situação à data de elaboração dos documentos de prestação de contas de 2018, de acordo com a informação disponível.

De referir que as entidades intermunicipais e as entidades associativas relevam sempre para o endividamento na percentagem da sua quota para as despesas de funcionamento da entidade. Quanto às cooperativas e fundações relevam sempre na percentagem da sua quota, enquanto, as outras

entidades, relevam pelo montante total, sempre que se verifique a disposição legal do n.º 4 do artigo 75º., ou seja, o controlo ou presunção de controlo por parte do Município.

Merecem particular destaque as entidades de natureza empresarial participadas pelo município, que apenas relevam para efeitos da dívida municipal caso não apresentem resultados anuais equilibrados. O enquadramento legal define-o como sendo o caso dos resultados líquidos antes de impostos se apresentarem negativos, da apreciação das suas contas anuais.

Relativamente ao exercício de 2018, da verificação da regra de equilíbrio anual de contas às empresas participadas pelo município de Braga, verificámos que apenas o ABC, Andebol SAD apresenta desequilíbrio, à luz da legislação vigente, pelo que apenas estas participações contribuirão para a dívida total, na proporção da participação financeira detida (40%).

Delineado o perímetro das entidades que, no exercício de 2018, relevam para o apuramento da dívida total de operações orçamentais de todo o grupo municipal, procedemos ao cálculo, conforme apresentado abaixo. As dívidas orçamentais estão refletidas nos balanços das diversas entidades, às quais temos que deduzir as operações de tesouraria, que são as cobranças e/ou as retenções a entidades externas, bem como o valor correspondente a cauções/garantias. No caso do município, este resultado obtém-se recorrendo ao balanço e ao resumo diário de tesouraria, reportados a 31/12/2018, através da fórmula que se segue:

$$\begin{array}{r} \text{Saldo credor de operações orçamentais} \\ = \\ \text{Passivo Total} \\ - \\ \text{Provisões (conta 29)} \\ - \\ \text{Acréscimos e Diferimentos (contas 273 e 274)} \\ - \\ \text{Saldo de dotações não orçamentais do resumo diário de tesouraria} \end{array}$$

7.6. POSICIONAMENTO DA DÍVIDA MUNICIPAL, A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Código das contas POICAL	Endividamento Municipal	Valores em 31/dez/2018
Total do passivo - 29 "provisões" - 27 "acréscimos e diferimentos"		
2312	Dívida a terceiros - médio e longo prazo: Dívidas a instituições de crédito	22 446 137,32
	Total - dívidas mlp	22 446 137,32
	Dívida a terceiros - curto prazo*:	
2321	Convertíveis	0,00
2322	Não convertíveis	0,00
233	Empréstimos por títulos de participação	0,00
2311	Dívidas a instituições de crédito	0,00
269	Adiantamentos por conta das vendas	0,00
221	Fornecedores, c/c	3 979 620,37
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	3 574 483,31
252	Credores pela execução do orçamento	0,00
217	Clientes e utentes com cauções	586 366,19
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	2 358 949,17
2618	Fornecedores de imobilizado - faturas em receção e conferência	5 880 528,20
24	Estado e outros entes públicos	596 151,29
262 + 263 + + 267 + 268	Outros credores	16 881 971,73
	Total - dívidas cp	33 858 070,26
	Total - dívidas a 3.ºs do município	56 304 207,58
Saldo das operações não orçamentais (resumo diário de tesouraria e mapa de operações de tesouraria)		2 970 925,76
Fundo de Apoio Municipal - saldo credor da 268126 mlp - art.º 55.º, n.º5, Lei 7-A/2016, de 30 de março		626 060,25
Dívida total do município		52 707 221,57
Entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total:		Valores em 31/dez/2017
1. Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (alínea b) do art.º 54.º)		
ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses		535,50
APMCH – Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico		9,93
Associação de Municípios de Fins Específicos – Quadrilátero Urbano		8 127,35
CIM – Comunidade Intermunicipal do Cávado		237,98
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular		3 379,36
Associação de Turismo do Porto		22 911,60
2. Empresas locais e participadas (alínea c) do art. 54.º)		
ABC de Braga - Andebol Sad		235 216,15
3. Cooperativas e fundações (alínea d) do art. 54.º)		
Fundação Bracara Augusta		11 733,49
Fundação de Serralves*		10 807,67
DÍVIDA TOTAL*		53 000 180,59

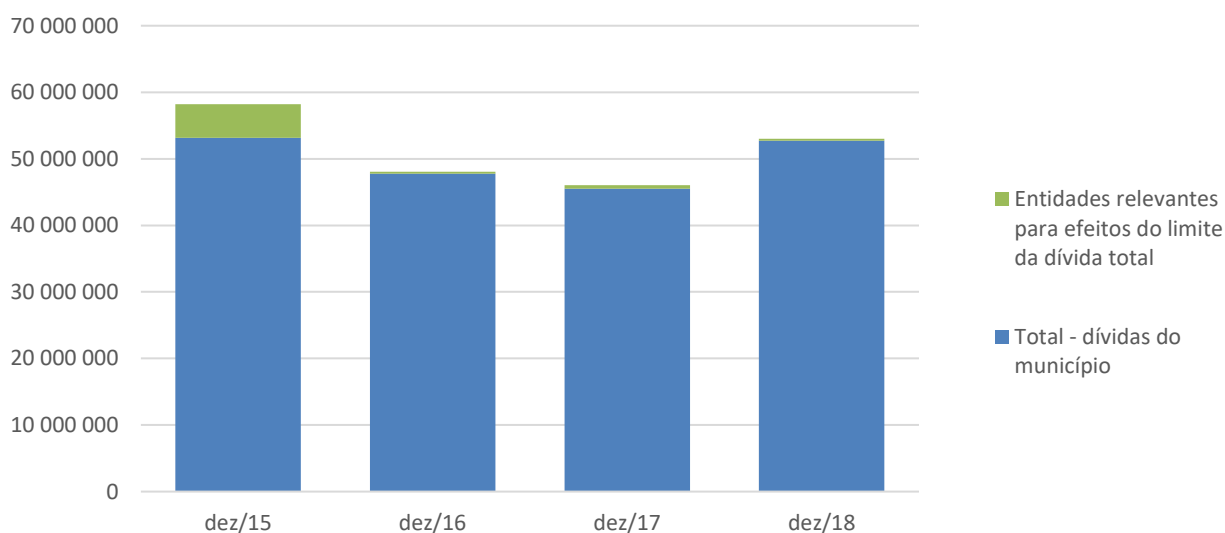
*Situação à data de elaboração dos documentos de prestação de contas de 2017.

Importa agora fazer-se uma análise comparativa do quadriénio:

Endividamento Municipal	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18	Var. 17/18 (%)	Var. absoluta 17/18
Total - dívidas do município	53 163 474	47 752 987	45 516 056	52 707 222	15,8%	7 191 166
Entidades relevantes para efeitos do limite da dívida total	5 045 878	322 969	529 689	292 959	-44,7%	-236 730
Dívida total do município	58 209 352	48 075 956	46 045 745	53 000 181	15,1%	6 954 436

Saliente-se que no quadriénio de 2015-2018 o município de braga reduziu a sua dívida total em 5,2 milhões de euros, passando de 58,2 milhões em 2015, para 53 milhões de euros em 2018. Explicando, a dívida relevante do município assume uma diminuição de 0,5 milhões e o contributo das entidades que concorrem para a dívida total decresce 4,8 milhões de euros.

A tendência do quadriénio é interrompida no exercício de 2018, no qual assistimos a um aumento de 7 milhões de euros da dívida total do município, por comparação com o período homólogo, em decurso do reconhecimento da dívida inerente ao processo judicial em curso com a ASSOC, ACE e Soares da Costa.



Face aos valores apresentados, o Município, não se encontra sujeito às sanções previstas no dispositivo legal Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, artigo 52.º, n.º 4, uma vez que não aumentou o seu endividamento mais do que o permitido.

7.7. LIMITES PARA 2019

Tendo em consideração o disposto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se abaixo o limite máximo para o ano de 2019.

DESIGNAÇÃO	2016 Valor	2017 Valor	2018 Valor
Total da Receita Corrente	76 372 247	81 298 615	86 278 697
Impostos Diretos	39 335 756	42 777 506	45 469 295
Impostos Indiretos	1 880 925	2 465 089	3 457 021
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1 515 010	2 739 062	1 478 989
Rendimentos de Propriedade	3 126 354	2 769 144	2 795 477
Transferências Correntes	28 713 788	29 053 592	30 757 905
Vendas de Bens e Prestações de Serviços	1 328 755	1 403 077	1 950 772
Outras Receitas Correntes	471 660	91 145	369 239
Média aritmética da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores			81 316 519,84
Limite da dívida total (1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores)			121 974 779,76

Note-se que o limite apresentado é o limite total previsto no artigo supra citado. Uma vez mais, dado que o município de Braga se posicionou abaixo do valor de dívida total a 31 de dezembro de 2017, a margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ou seja, "(...) 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios".

Deste modo, e tendo em consideração a dívida do grupo municipal a 31 de dezembro de 2018, e o limite máximo apurado, a margem de endividamento se afere no quadro seguinte:

Dívida total a 31 de dezembro de 2018	53 000 181
Margem disponível	68 974 599
Possibilidade de crescimento (20% a margem disponível)	13 794 920
Limite máximo a 31/12/2019	66 795 100

8. INDICADORES

De forma a possibilitar uma visão mais objetiva da atividade desenvolvida pelo município de Braga durante o ano de 2018, bem como da respetiva evolução no período de 2015 a 2018, apresentamos no presente capítulo alguns indicadores económico-financeiros.

8.1. INDICADORES GLOBAIS

8.1.1. Meios Humanos

	Indicadores	2015	2016	2017	2018
1	$\frac{\text{Despesas Com Pessoal}}{\text{População de Braga}}$	130 €	136 €	145 €	147 €
2	$\frac{\text{Despesas c/pessoal Mensal}}{\text{Trabalhadores do Município}}$	1 412 €	1 237 €	1 309 €	1 273 €
3	$\frac{\text{População de Braga}}{\text{Trabalhadores do Município}}$	130	127	126	121

Quadro 26 - Indicadores dos Meios Humanos

1 - Despesa com Pessoal/munícipe

O indicador Despesas com Pessoal por munícipe visa analisar o valor gasto com despesas de pessoal por cada habitante do concelho de Braga. Este indicador mantém um comportamento ligeiro de crescimento nos últimos dois anos, que resulta do aumento do salário mínimo nacional e respetivo encargos sociais bem como do aumento do número de colaboradores, tal como sublinho no ponto relativo à análise dos custos com o pessoal.

2 - Encargo Médio Mensal com Pessoal/trabalhador municipal

O encargo médio mensal por trabalhador diminui em 2018 em relação ao ano anterior em 36€. Cada trabalhador representa um custo médio para o município de 1.273€.

3 - Número de Munícipes/trabalhador municipal

Em 2018, existia 1 trabalhador por cada 121 habitantes de Braga.

8.1.2. Meios Financeiros

	Indicadores	2015	2016	2017	2018
4	Aq. De Bens e serviços População de Braga	103	103	113	114
5	Investimento População de Braga	43	20	51	101
6	Despesas Obrigatórias População de Braga	246	255	268	277
7	Δ Receita Total Receita total do ano anterior	-4%	2%	10%	7%
8	Δ Despesa Total Despesa total do ano anterior	-2%	-3%	13%	7%
9	Juros pagos Capital em dívida	0,7%	0,5%	0,4%	0,3%

Quadro 27 - Indicadores dos Meios Financeiros

4 - Bens e Serviços Providos/munícipe

O encargo médio por munícipe com a Aquisição de Bens e Serviços Municipais, em 2018, foi de 114€, registando-se um aumento insignificativo face ao ano transato.

5 - Investimento Realizado/munícipe

A aquisição de bens de investimento por munícipe, em 2018, é de 101€, acima dos 50€ de 2017, fruto do incremento no investimento total.

6 - Despesas de Funcionamento/munícipe

As despesas de funcionamento por habitante ascendem a 277€, aumentando 9€ relativamente a 2017.

7 - Evolução da Receita Total

A Receita Total apresenta uma taxa de crescimento positiva de 7%, em 2018, diminuído 3 pontos percentuais, em relação ao ano anterior.

8 - Evolução da Despesa Total

O rácio da evolução das despesas municipais é positivo em 7%, o que se deve em grande parte ao acréscimo do investimento face ao ano de 2017.

9 - Custo Médio dos Empréstimos Contraídos

O custo médio dos empréstimos contraídos diminuiu 0,1 pontos percentuais, passando para 0,3% em 2018 e mantendo-se abaixo de 1%.

8.2. INDICADORES DE EFICÁCIA

	Indicadores	2015	2016	2017	2018
10	Receita total cobrada Receita final orçada	91%	87%	86%	81%
11	Despesa executada Despesa final orçada	90%	85%	86%	81%
12	Investimento realizado Investimento final previsto	77%	33%	60%	64%

Quadro 28 - Indicadores de Eficácia

10 - Taxa de Execução da Receita

A taxa de execução da receita foi de 81%, em 2018, diminuindo 5 pontos percentuais em relação a 2017, ficando abaixo do estabelecido no diploma que regula o regime financeiro das autarquias locais.

11 - Taxa de Execução da Despesa

Em 2018, a taxa de execução da despesa diminuindo 5 pontos percentuais face ao ano transato ficando nos 81%.

12 - Taxa de Execução das Despesas de Investimento

A execução das despesas de investimento atingiu os 64%, em 2018, aumentado ligeiramente face ao ano transato, em 4 pontos percentuais.

8.3. INDICADORES DE EFICIÊNCIA/PRODUTIVIDADE

	Indicadores	2015	2016	2017	2018
13	Investimento Empréstimos utilizados	-	-	-	-
14	Investimento Despesas de funcionamento	18%	8%	19%	36%
15	Investimento Trabalhadores do Município	5631	2479	6484	12184
16	Receita Total Trabalhadores do Município	60442	58909	64755	66218

Quadro 29 - Indicadores de Eficiência/Produtividade

13 - Investimento Realizado/unidade gasta em funcionamento

A percentagem de investimento realizado por unidade gasta em funcionamento, em 2018, foi de 36%.

14 - Despesa de Investimento Realizada/trabalhador

Foram investidos no concelho de Braga 12.184 € por cada trabalhador do município, em 2018.

15 - Receita Total Arrecadada/trabalhador

A receita arrecadada por cada trabalhador do município é de 66.218€ em 2018, verificando-se neste rácio um aumento de 2% relativamente ao ano anterior.

9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do disposto no ponto 2.7.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício, no montante de 6 089 091,51 €, seja distribuído por:

Reservas Legais – 304 454,58 €

Resultados Transitados – 5 784 636,93 €

Braga, _____ de abril de 2019

O Presidente do Órgão Executivo,

10. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

10.1. BALANÇO

(Unidade: €)

Código das contas POCAL	ACTIVO	Exercícios			
		2018			2017
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público:				
451	Terrenos e recursos naturais	26 988 932,75	(1 036 895,11)	25 952 037,64	25 988 899,13
452	Edifícios	4 020 254,49	(1 413 427,34)	2 606 827,15	2 621 276,14
453	Outras construções e infraestruturas	247 117 453,22	(165 999 445,84)	81 118 007,38	84 948 834,93
455	Bens do património histórico artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizações em curso	5 767 864,75	0,00	5 767 864,75	5 489 019,04
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		283 894 505,21	(168 449 768,29)	115 444 736,92	119 048 029,24
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação.....	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta das imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	83 257 029,22	(455,45)	83 256 573,77	83 153 658,91
422	Edifícios e outras construções	299 301 507,22	(45 112 663,90)	254 188 843,32	219 067 831,29
423	Equipamento básico	13 576 667,79	(10 076 042,03)	3 500 625,76	2 405 774,50
424	Equipamento de transporte	3 437 495,40	(2 537 207,35)	900 288,05	744 118,44
425	Ferramentas e utensílios	542 951,87	(387 002,35)	155 949,52	128 323,96
426	Equipamento administrativo	8 139 767,13	(7 382 387,82)	757 379,31	786 861,84
427	Taras e vasilhames	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	2 090 069,43	(1 696 940,88)	393 128,55	504 859,59
442	Imobilizações em curso	7 426 380,15	0,00	7 426 380,15	28 304 857,54
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		417 771 868,21	(67 192 699,78)	350 579 168,43	335 096 286,07
	Investimentos financeiros:				
411	Partes de capital	55 965 904,22	0,00	55 965 904,22	51 216 648,48
412	Obrigações e títulos de participação	2 504 241,00	0,00	2 504 241,00	3 895 485,69
414	Investimentos em imóveis	26 874,95	0,00	26 874,95	26 874,95
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta dos investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		58 497 020,17	0,00	58 497 020,17	55 139 009,12
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	512 871,51	0,00	512 871,51	522 937,91
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00

34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta das compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		512 871,51	0,00	512 871,51	522 937,91
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:				
268	Outros devedores	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos				0,00
211	Clientes c/c	14 309,01	0,00	14 309,01	61 137,86
212	Contribuintes c/c	137 337,85	0,00	137 337,85	44 039,08
213	Utentes c/c	0,00	0,00	0,00	0,00
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	2 026 689,43	(1 886 767,45)	139 921,98	107 022,47
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00	38 080,63
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	12 714 240,11	0,00	12 714 240,11	10 434 920,74
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
		14 892 576,40	(-1 886 767,45)	13 005 808,95	10 685 200,78
	Títulos negociáveis:				
151	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos bancários e caixa:				
12 + 13 + 14	Depósitos bancários	2 979 147,99	0,00	2 979 147,99	2 736 484,92
11	Caixa	15 933,97	0,00	15 933,97	30 596,89
		2 995 081,96	0,00	2 995 081,96	2 767 081,81
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	33 159 063,25	0,00	33 159 063,25	31 242 429,95
272	Custos diferidos	2 162 116,40	0,00	2 162 116,40	2 142 840,26
		35 321 179,65	0,00	35 321 179,65	33 385 270,21
	Total de amortizações	813 885 103,11	(237 529 235,52)	576 355 867,59	556 643 815,14
	Total de provisões		0,00	0,00	0,00
	Total do ativo	813 885 103,11	(237 529 235,52)	576 355 867,59	556 643 815,14

Código das contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2018	2017
	Fundos próprios:		
51	Património	191 586 081,05	191 459 843,20
55	Ajustamentos de partes de capital em empresas	14 496 054,58	10 319 698,67
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
	Reservas:		
571	Reservas legais	8 549 479,98	8 368 801,63
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00

573	Reservas contratuais	0,00	0,00
574 + 575 + 576 + 577	Outras reservas	29 895 060,91	27 277 204,12
59	Resultados transitados	193 753 950,12	198 521 984,13
	Subtotal	438 280 626,64	435 947 531,75
88	Resultado líquido do exercício	6 089 091,51	3 613 566,91
	Total dos fundos próprios	444 369 718,15	439 561 098,66
	Passivo:		
	Provisões para riscos e encargos:		
291	Provisões para cobranças duvidosas		
292	Provisões para riscos e encargos	7 542 132,19	12 130 844,85
		7 542 132,19	12 130 844,85
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
2312	Dívidas a instituições de crédito	22 446 137,32	28 795 554,88
268	Outros credores	5 661 800,77	8 007 244,69
264	Administração autárquica		
	Outros credores		
	Total de dívidas a 3ºs - Médio e longo prazo	28 107 938,09	36 802 799,57
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
	Empréstimos por obrigações:		
2321	Convertíveis	0,00	0,00
2322	Não convertíveis	0,00	0,00
233	Empréstimos por títulos de participação	0,00	0,00
2311	Dívidas a instituições de crédito	0,00	0,00
269	Adiantamentos por conta das vendas	0,00	0,00
221	Fornecedores, c/c	3 979 620,37	935 798,54
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	3 574 483,31	2 931 710,95
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
213+217	Clientes e utentes com cauções.....	586 366,19	597 205,46
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	1 381 176,12
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	2 358 949,17	596 363,85
2618	Fornecedores de imobilizado - Faturas em receção e conferência	5 880 528,20	4 198 361,69
24	Estado e outros entes públicos	596 151,29	333 381,71
262 + 263 + + 267 + 268	Outros credores	11 220 170,96	2 703 798,56
	Total de dívidas a 3ºs - Curto prazo	28 196 269,49	13 677 796,88
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	6 514 061,44	5 272 127,47
274	Proveitos diferidos	61 625 748,23	49 199 147,71
	Total dos acréscimos e diferimentos	68 139 809,67	54 471 275,18
	Total do passivo	131 986 149,44	117 082 716,48
	Total dos fundos próprios e do passivo	576 355 867,59	556 643 815,14

10.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(Unidade: €)

Código das contas POBAL		Exercícios			
		2018		2017	
	Custos e perdas				
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
612	Mercadorias	0,00		0,00	
616	Matérias	482 352,85	482 352,85	397 175,13	397 175,13
62	Fornecimentos e serviços externos	25 024 607,91	25 024 607,91		23 205 210,20
	Custos com pessoal:				
641+642	Remunerações.....	21 125 880,72	21 125 880,72	20 395 057,90	20 395 057,90
	Encargos sociais:				
643+644	Pensões.....			0,00	
645+646+647+648	Outros.....	5 948 463,80		5 563 100,37	
	Total encargos sociais		5 948 463,80		5 563 100,37
66	Amortizações do exercício	14 383 871,96			13 151 876,67
67	Provisões do exercício	1 996 566,72	16 380 438,68		1 178 650,19
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prest.soc.	17 302 925,07	17 302 925,07		17 258 350,63
65	Outros custos e perdas operacionais	163 978,23	163 978,23		103 057,16
	(A) Custos e perdas operacionais		86 428 647,26		81 252 478,25
683+684	Amortizações e provisões de aplicações e inv. financeiros				
	Juros e custos similares:				
681+682+685+686+687+688	Outros custos financeiros	216 017,20	216 017,20		1 449 829,46
	(C) Custos e perdas correntes		86 644 664,46		82 702 307,71
69	Custos e perdas extraordinários	2 283 016,96	2 283 016,96		3 303 188,03
	(E) Custos e perdas do exercício		88 927 681,42		86 005 495,74
88	Resultado líquido do exercício	6 089 091,51	6 089 091,51		3 613 566,91
	Total grupo		95 016 772,93		89 619 062,65
	Proveitos e ganhos				
71	Vendas e prestações de serviços:				
7111+7112+7113+7119	Mercadorias e outros	111 989,37		103 509,40	
712+713	Prestações de serviços	1 874 862,20	1 986 851,57	1 915 767,69	2 019 277,09
72	Impostos e taxas	51 663 856,56			48 536 874,27
75	Trabalhos para a própria entidade	141 511,95			37 975,97
73	Proveitos suplementares	18 186,49			21 410,77
74	Transferências e subsídios obtidos	31 486 693,12			30 270 111,07
76	Outros proveitos e ganhos operacionais.....	293 717,98	83 603 966,10		81 752,67
	(B) Proveitos e ganhos operacionais		85 590 817,67		80 967 401,84
784	Rendimentos de participações de capital:				
784	Relativos a outras empresas.....				
	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras apl. finan.:				
781	Juros obtidos.....				

782 + 783 + 785 + 786 + 787 + 788 + 789	Outros juros e proveitos similares:				
	Outros proveitos e ganhos financeiros	6 372 472,35	6 372 472,35		6 325 505,18
	(D) Proveitos e ganhos financeiros		91 963 290,02		87 292 907,02
79	Proveitos e ganhos extraordinários.....	3 053 482,91	3 053 482,91		2 326 155,63
	(F) Proveitos totais		95 016 772,93		89 619 062,65

RESUMO

	(B) - (A) = Resultados Operacionais		-837 829,59		-285 076,41
	[(D) - (B)] - [(C) - (A)] = Resultados Financeiros		6 156 455,15		4 875 675,72
	(D) - (C) = Resultados Correntes		5 318 625,56		4 590 599,31
	(F) - (E) = Resultado Líquido do Exercício		6 089 091,51		3 613 566,91

Órgão Executivo

Em ____ de Abril de 2019

Órgão Deliberativo

Em ____ de Abril de 2019

10.3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA INTRODUTÓRIA

Conforme define o Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as devidas alterações posteriormente introduzidas, os anexos às demonstrações financeiras visam facultar aos órgãos autárquicos a informação necessária ao exercício das suas competências, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial prevista no ponto n.º 8 do citado Decreto-Lei. As notas não mencionadas não são aplicáveis ou respeitam a factos ou situações que se considera não existir informação relevante à sua divulgação, mantendo-se, contudo, a referida ordenação.

ANEXO I

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1. Identificação

Município de Braga

Praça Municipal

4704-514 Braga

Número de identificação fiscal: 506 901 173

Regime financeiro: Autonomia administrativa e financeira

O concelho de Braga é constituído por 37 freguesias com uma população aproximada de 182 110 habitantes e com 159 313 eleitores.

8.1.2. Legislação

As demonstrações financeiras foram elaboradas em harmonia com os critérios e princípios contabilísticos geralmente aceites e preconizados no POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro e Lei 60-A/2005, de 30 de dezembro.

8.1.3. Estrutura organizacional efetiva

O Município de Braga é composto por três direções municipais, seis departamentos e por vinte e quatro divisões.

8.1.4. Descrição sumária das atividades

Exerce a sua atividade de acordo com as atribuições que lhe estão legalmente conferidas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do exercício das competências descritas na Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as respetivas alterações.

8.1.5. Recursos Humanos

O Órgão Executivo Municipal é composto, à data de 31 de dezembro de 2018:

Presidente	Ricardo Rio
Vice-Presidente	Firmino Marques
Vereador	Altino Bessa
Vereadora	Sameiro Araújo
Vereador	Miguel Bandeira
Vereadora	Lídia Dias
Vereador	João Rodrigues
Vereador	Jorge Miguel Corais
Vereador	Artur Feio
Vereadora	Liliana Pereira
Vereador	Alberto Carlos Almeida

8.1.6. Organização Contabilística

Todas as operações e registos contabilísticos são efetuados num único sistema de contabilidade, que integra a Contabilidade Orçamental e a Contabilidade Patrimonial.

O sistema informático que a autarquia utiliza é o ERP AIRC, desenvolvido pela AIRC - Associação de Informática da Região Centro. Grande parte das aplicações está interligada entre si, contribuindo de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

ANEXO II

NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

As demonstrações financeiras foram elaboradas na base da continuidade das operações do município, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites da entidade contabilística, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

A informação contida no Balanço e na Demonstração de Resultados reflete a imagem verdadeira e apropriada do Ativo, do Passivo, dos Fundos Próprios e dos Resultados do Município de Braga.

As notas que não sejam aplicáveis ao município não serão incluídas no presente anexo.

8.2.1 – Derrogação das disposições do POICAL

Um dos objetivos do POICAL é a prática de uma contabilidade pública que incorpore a integração consistente do trinómio contabilidade orçamental, patrimonial e de custos, de modo a que as autarquias disponham de um instrumento de apoio à gestão ajustado ao carácter específico da sua atividade.

A contabilidade de custos, reconhecida como ferramenta fundamental de gestão financeira ao permitir o apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas de bens e serviços, facilitadora de um melhor controlo e gestão dos mesmos, envolve as mais variadas áreas de atuação do município, as quais têm sido objeto de uma melhoria contínua tendo em vista a sua implementação.

É, no entanto, de referir, que a ausência deste sistema contabilístico não tem efeitos sobre o Balanço e a Demonstração de Resultados, pelo que estes documentos refletem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo, dos fundos próprios e dos resultados deste município.

8.2.2 – Comparabilidade

A comparabilidade das contas do balanço e da demonstração de resultados aplica-se à generalidade das rubricas que constituem as demonstrações financeiras, mantendo-se as metodologias de contabilização do exercício anterior, com exceção das seguintes:

- **56 – Doações** – no ano de 2018, em resultado das mudanças efetuadas com a implementação do novo ERP financeiro e consequente novo sistema de gestão de património foi possível aprofundar os critérios de contabilização dos bens cedidos ao domínio público ou privado no âmbito dos processos de loteamento e obras particulares. Desta feita, em 2018, os bens relacionados com esta temática passaram a ser contabilizados na conta de imobilizado correspondente por contrapartida da conta Fundos Próprios – Reservas - Doações, ao invés do que sucedia em anos anteriores cuja contrapartida correspondia a uma conta de resultados.

8.2.3 – Critérios Valorimétricos

Neste ponto procede-se à divulgação dos critérios valorimétricos de contabilização das rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes a ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

1. Investimentos financeiros

Do ponto de vista do enquadramento legal, no ano de 2014 foram alterados os critérios de valorimetria utilizados em anos anteriores, no que diz respeito à aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (MEP) às participações detidas pelo Município.

Este método está previsto no Plano Oficial de Contabilidade (POC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 410/89 de 21 de Novembro, bem como no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho de 2009, que entretanto veio substituir os vários planos de contabilidade, e pode definir-se como um método de contabilização pelo qual o investimento financeiro é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado em função das alterações verificadas, após aquisição, na quota-parte do investidor nos ativos líquidos da investida ou da entidade conjuntamente controlada.

Assim, o investimento financeiro corresponde, em cada momento, exatamente ao valor que cabe em percentagem à entidade-mãe nos capitais próprios da associada e o valor do investimento é, em cada balanço, alterado, tendo em conta as variações verificadas nos capitais próprios da participada, pelo que a sua aplicação proporciona uma informação mais apropriada dos ativos e dos rendimentos líquidos da entidade participante.

O município vem assim a aplicar o Método de Equivalência Patrimonial (MEP) a todas as partes de capital, cuja percentagem de participação é superior a 20%. As restantes participações estão valorizadas ao custo de aquisição.

2. Acréscimos e Diferimentos

Os custos e os proveitos são reconhecidos contabilisticamente à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização do exercício ou do acréscimo.

3. Imobilizado

Todo o imobilizado adquirido no decorrer do ano de 2018, foi valorizado ao custo de aquisição, de acordo com o estabelecido no ponto 4.1.1 – Imobilizado do POCAL. Para os ativos desta natureza obtidos a título gratuito foi considerado o valor resultante de avaliação ou do valor patrimonial definido

nos termos legais ou, no caso de não existir disposição aplicável, o valor resultante da avaliação seguindo critérios técnicos que se adequem à natureza dos bens.

4. Amortizações

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, tendo sido aplicadas as taxas previstas no CIBE (Classificador Geral Integrado no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.

5. Trabalhos para a própria entidade

Para efeitos de capitalização dos custos dos trabalhos para a própria entidade, deverão ser cumpridos, cumulativamente, os seguintes requisitos: o somatório das várias intervenções por imóvel deverá ser superior a 10 mil euros; e, o somatório das várias intervenções deverá ser superior a 10% do valor atual do bem.

8.2.7. – Movimentos do Ativo Imobilizado

(Unidade: €)

Cód.	RUBRICAS	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustamento	Aumentos	Alienações	Abates	Transferências	Saldo Final
	De bens de domínio público:							
451	Terrenos e recursos naturais	26 848 219,17 €	- €	116 281,15 €	- €		24 432,43 €	26 988 932,75 €
452	Edifícios	3 848 833,65 €	- €	- €	- €		171 420,84 €	4 020 254,49 €
453	Outras construções e infraestruturas	242 568 030,77 €	-9 436,32 €	481 685,02 €	- €		4 077 173,75 €	247 117 453,22 €
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €		- €	- €
459	Outros bens de domínio público	- €	- €	- €	- €		- €	- €
445	Imobilizações em curso	5 489 019,04 €	- €	3 945 955,70 €	- €		-3 667 109,99 €	5 767 864,75 €
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	- €	- €	- €	- €		- €	- €
	Total dos bens de domínio público	278 754 102,63	-9 436,32	4 543 921,87	0,00	0,00	605 917,03	283 894 505,21
	De imobilizações incorpóreas:							
431	Despesas de instalação	- €	- €	- €	- €		- €	- €
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	- €	- €	- €	- €		- €	- €
433	Propriedade industrial e outros direitos	- €	- €	- €	- €		- €	- €
443	Imobilizações em curso	- €	- €	- €	- €		- €	- €
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	- €	- €	€	- €		- €	- €
	Total das imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	De imobilizações corpóreas:							
421	Terrenos e recursos naturais	83 154 101,07 €	- €	106 791,88 €	3 863,73 €			83 257 029,22 €
422	Edifícios e outras construções	258 723 895,00 €	20 279 689,22 €	4 286 356,82 €	- €	100,00 €	16 011 666,18 €	299 301 507,22 €
423	Equipamento básico	11 316 339,38 €	- €	1 936 174,29 €	- €	480,62 €	326 634,74 €	13 576 667,79 €
424	Equipamento de transporte	3 252 093,73 €	- €	311 974,09 €	109 072,42 €	500,00 €	- €	3 437 495,40 €
425	Ferramentas e utensílios	472 642,63 €	- €	71 482,76 €	- €	173,52 €	- €	542 951,87 €
426	Equipamento administrativo	7 960 963,99 €	- €	257 573,99 €	- €	440,42 €	1 669,57 €	8 139 767,13 €
427	Taras e vasilhame	- €	- €	- €	- €		- €	- €
429	Outras imobilizações corpóreas	2 129 366,00 €	- 35 692,44 €	677,73 €	- €	281,86 €	- €	2 090 069,43 €
442	Imobilizações em curso	28 304 857,54 €	-20 048 337,81 €	16 115 747,94 €	- €		-16 945 887,52 €	7 426 380,15 €
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	- €	- €	- €	- €			- €
	Total das imobilizações corpóreas	395 314 259,34	195 658,97	23 086 779,50	112 936,15	105 976,42	-605 917,03	417 771 868,21
	De investimentos financeiros:							
411	Partes de capital	51 216 648,48 €	4 749 255,74 €	€	- €		- €	55 965 904,22 €
412	Obrigações e títulos de participação	3 895 485,69 €	-1 391 244,69 €	€	- €		- €	2 504 241,00 €
414	Investimentos em imóveis	26 874,95 €	- €	€	- €		- €	26 874,95 €
441	Imobilizações em curso	- €	- €	€	- €		- €	- €
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	- €	- €	€	- €		- €	- €
	Total dos investimentos financeiros	55 139 009,12	3 358 011,05	0,00	0,00	0,00	0,00	58 497 020,17
	Total do ativo bruto	729 207 371,09	3 544 233,70	27 630 701,37	112 936,15	105 976,42	0,00	760 163 393,59

Através do mapa supra, verificamos os movimentos ocorridos no ativo imobilizado no ano 2018, ficando com um saldo final bruto de 760 milhões de euros.

Para melhor interpretação do quadro anterior, e ao nível da coluna de ajustamentos, os movimentos apresentados refletem os seguintes acontecimentos patrimoniais:

- O ano 2016, com repercussões para o ano 2017 e seguintes, ficou marcado pela finalização do exaustivo trabalho técnico desenvolvido no sentido de, finalmente, terminar com a eternização da manutenção de valores contabilísticos, bastante significativos, nas contas de imobilizado em curso (conta 44), tal como evidenciado e explicado no relatório de gestão daquele exercício.

Esta situação ficou a dever-se, por um lado, pela não existência de um procedimento regular instituído pelo Município que detalhe os montantes incluídos naquela rubrica, designadamente o desdobramento das contas por obra/empreitada, e por outro lado, pela não comunicação aos serviços de contabilidade dos autos de receção provisória das empreitadas, o que possibilitaria aferir quais os ativos que já se encontram em funcionamento e para os quais o Município já deveria ter procedido ao registo contabilístico de regularização de transferência de imobilizado em curso para imobilizado firme nas respetivas rubricas de imobilizado, dando assim, início à respetiva amortização e imputação de subsídios a rendimentos (caso de participações). Assim, os valores incluídos nas contas de imobilizado em curso estavam sem amortizar e os respetivos subsídios por especializar, originando que as demonstrações financeiras não refletissem a verdadeira realidade financeira do Município.

Desta feita, com o trabalho realizado, concluiu-se mais uma etapa no processo de melhoria da qualidade da informação contabilística, de forma a dar, não só, cumprimento às recomendações efetuadas pelo Tribunal de Contas ao longo dos últimos anos, mas também, cumprimento das normas estabelecidas no POICAL.

Por outro lado, em 2017, foi dada continuidade ao trabalho anteriormente encetado no processo de melhoria da qualidade da informação contabilística e, designadamente ao nível do inventário. Desta feita, no decorrer do exercício 2017, foi concluído o projeto de implementação do novo ERP financeiro, cujo objetivo estratégico visa assegurar a integridade, confiabilidade e acessibilidade em tempo real dos dados e informações orçamentais e financeiras relevantes para o município. Pretende-se, de igual modo, evitar retrabalho, redundâncias e inconsistências de dados e processos; melhorar a eficiência, produtividade e racionalizar as operações de

conferência e controlo do processo de despesa e receita. Assim, procedeu-se, especificamente ao nível do inventário, à implementação e correspondente integração dos seguintes módulos de apoio à gestão autárquica:

- Gestão do património (permitiu melhorar o sistema de informação e controlo do património municipal aumentando o nível de informação disponível e maximizando as integrações com o sistema de contabilidade autárquica)

Desta feita, durante o ano de 2017, logrou-se alcançar maior sustentabilidade na aplicação de princípios fundamentais ao nível do sistema contabilístico da autarquia – princípios da entidade contabilística, da continuidade, da consistência, da especialização do exercício, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação – e, por conseguinte, a construção de uma imagem mais verdadeira e apropriada da situação financeira, dos resultados e da execução orçamental da Câmara de Braga.

Assim, da análise efetuada ao imobilizado em curso, não foi possível, no decorrer do exercício 2016, 2017 e 2018, encontrar evidências físicas (documentação de suporte de despesa) que permitisse sustentar como imobilizado firme cerca de 20,1 milhões de euros. Desta feita, em face de estes montantes não reunirem as condições necessárias para serem considerados imobilizado, face ao cumprimento dos princípios e regras contabilísticas definidas pelo POCAL, foi decidido proceder à respetiva regularização, por contrapartida da conta 59 – Resultados transitados, não inviabilizando que, o trabalho de análise e apuramento da informação possa ser continuado, e que, por conseguinte, esta contabilização no futuro possa ser revertida.

- Por outro lado, o aumento de 20,3 milhões de euros na rubrica de edifícios e outras construções, deve-se ao registo do imóvel relativo ao Teatro Circo, e contabiliza os encargos suportados pelo município.
- A variação ao nível dos investimentos financeiros refletem essencialmente os efeitos do Método de Equivalência Patrimonial e a amortização do Fundo de Apoio Municipal

(Unidade: €)

Cód.	RUBRICAS	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
	De bens de domínio público:				
4851	Terrenos e recursos naturais	859 320,04 €	177 575,07 €	- €	1 036 895,11 €
4852	Edifícios	1 227 557,51 €	185 869,83 €	- €	1 413 427,34 €
4853	Outras construções e infraestruturas	157 619 195,84 €	8 381 003,47 €	753,47 €	165 999 445,84 €
4855	Bens do património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €
4859	Outros bens de domínio público	- €	- €	- €	- €
	Total dos Bens de Domínio Público	159 706 073,39	8 744 448,37	753,47	168 449 768,29
	De imobilizações incorpóreas:				
4831	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
4832	Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
4833	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total das Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
	De imobilizações corpóreas:				
4821	Terrenos e recursos naturais	442,16 €	13,29 €	- €	455,45 €
4822	Edifícios e outras construções	39 656 063,71 €	3 906 356,13 €	- 1 550 244,06 €	45 112 663,90 €
4823	Equipamento básico	8 910 564,88 €	1 167 957,77 €	2 480,62 €	10 076 042,03 €
4824	Equipamento de transporte	2 507 975,29 €	155 804,48 €	126 572,42 €	2 537 207,35 €
4825	Ferramentas e utensílios	344 318,67 €	43 857,20 €	1 173,52 €	387 002,35 €
4826	Equipamento administrativo	7 174 102,15 €	288 718,39 €	80 432,72 €	7 382 387,82 €
4827	Taras e vasilhame	- €	- €	- €	- €
4829	Outras imobilizações corpóreas	1 624 506,41 €	76 716,33 €	4 281,86 €	1 696 940,88 €
	Total das Imobilizações Corpóreas	60 217 973,27	5 639 423,59	-1 335 302,92	67 192 699,78
	Total do Ativo Bruto	219 924 046,66	14 383 871,96	-1 334 549,45	235 642 468,07

8.2.8. – Movimentos Desagregados do Ativo Imobilizado

Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do Balanço, encontram-se refletidos no Mapa do Ativo Bruto e no Mapa das Amortizações e Provisões, apresentados acima.

8.2.12. – Imobilizações Corpóreas e em Curso em poder de Terceiro

Freguesia de S. Vitor				
Proc. n.º	Designação do imóvel	Data da deliberação	Escritura CDS	Nome do Adquirente
51-001DS	- Cedência de Direito de Superfície de parcela com a área de 4.958 m2, por um período de 50 anos, sito na Urb. Mun. Santa Tecla Lotes 3.1, 3.2 e 3.7 – São Vítor	10.03.1978	03.10.1985	Sérgio Machado dos Santos (Universidade do Minho)
51-004DS	- Cedência de Direito de Superfície de parcela pelo prazo de 50 anos, com a área de 39.890 m2. Nota: Em anexo processo de uma parcela com a área de 6.472 m2 para proceder á justificação notarial	30.11.06	17.01.08	Estado Português (Instituto Internacional de Nanotecnologia)

União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cidade				
Proc. n.º	Designação do imóvel	Data da deliberação	Escritura CDS	Nome do Adquirente
52-001DS	- Cedência de Direito de Superfície de parcela com a área de 570,00 m2, por um período de 50 anos, sito na Quinta das Parretas - Sé	12.06.81	15.07.81	Associação São José

Freguesia de Gualtar				
Proc. n.º	Designação do imóvel	Data da deliberação	Escritura CDS	Nome do Adquirente
19-001DS	- Cedência de Direito de Superfície de parcela com a área de 1.724,00 m2, por um período de 50 anos, sito no Lugar do Assento ou Igreja – Gualtar	03.09.98	22.07.99	Administração Regional do Norte
19-002DS	- Cedência de Direito de Superfície de parcela com a área de 41.580,00 m2, sita no Lugar da Crespa, Igreja ou Nogueira, Ex Quinta do Amorim – Gualtar – Pelo prazo de 50 anos	18.07.2016	27.09.2017	APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações

Proc. n.º	Designação do imóvel	Data da deliberação	Escritura CDS	Nome do Adquirente
28-001DS	- Constituição de Direito de Superfície de parcela de terreno com a área de 7.974,10 m2, para construção de um Pavilhão por um período de 50 anos, sito no Lugar do Cruzeiro - Nogueira	28.05.09	25.11.09	Centro Cultural e Social de Santo Adrião
28-002DS	- Constituição de Direito de Superfície de parcela de terreno com a área de 5.200 m2, para construção de um Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário por um período de 50 anos, sito na Rua Artur Garibaldi - Nogueira	12.09.13	14.10.15	Associação Portuguesa dos Veteranos de Guerra

União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe

Proc. n.º	Designação do imóvel	Data da deliberação	Escritura CDS	Nome do Adquirente
10-001DS	Cedência de Direito de Superfície a título gratuito, por parte da Fábrica da Igreja de São Martinho de Dume ao Município de Braga o adro da Capela de São Martinho de Dume incluindo Edifício do Tumulo de São Martinho abrangendo a área de 300,62 m2, por um período de 25 anos		13.02.14	Município de Braga

União de Freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto

Proc. n.º	Designação do imóvel	Data da deliberação	Escritura CDS	Nome do Adquirente
42-001DS	- Constituição de Direito de Superfície de parcela de terreno com a área de 4.430 m2, para construção de uma Creche, Jardim de Infância, campo de Ténis com Bar de apoio e piscinas sita na Rua das Forças Armadas, com o prazo de 50 anos	29.02.2016	18.05.2016	Centro Cultural de Santo Adrião
42-002DS	- Constituição de Direito de Superfície de parcela de terreno com a área de 14.366 m2, destinada a implantação de um Parque Aventura, com o prazo de 25 anos.	19.03.2018	11.04.2018	Mirra & Norte – Atividades Desportivas e de Lazer, Lda.

Freguesia de São Vicente

Proc. n.º	Designação do imóvel	Data da deliberação	Escritura CDS	Nome do Adquirente
-----------	----------------------	---------------------	---------------	--------------------

49-001DS	- Constituição de Direito de Superfície de uma parcela de terreno com a área de 3.801,70 m ² , destinada a um estacionamento subterrâneo por um período de 50 anos sito na Praça da Galiza – São Vicente	21.10.2004	24.10.2007	Bragaparcos – Estacionamentos, S.A.
----------	---	------------	------------	-------------------------------------

União de Freguesias de Lomar e Arcos				
Proc. n.º	Designação do imóvel	Data da deliberação	Escritura CDS	Nome do Adquirente
23-001DS	- Constituição de Direito de Superfície de parcela de terreno com a área de 1.861 m ² , para construção de um Centro de Dia e Lar sito no Lugar do Ventoso, freguesia de Lomar, com o prazo de 50 anos		15.03.2017	APRILB – Associação de Pensionistas e reformados e Idosos de Lomar

Freguesia de Palmeira				
Proc. n.º	Designação do imóvel	Data da deliberação	Escritura CDS	Nome do Adquirente
31-001DS	- Cedência de Direito de Superfície de parcela com a área de 90.000 m ² , por um período de 50 anos, sito no Lugar da Póvoa - Palmeira	15.05.97	31.12.97	KIB – Karting Investimentos de Braga, S.A
31-002DS	- Cedência de Direito de Superfície de parcela com a área de 32.770,50 m ² , por um período de 50 anos, sito no Lugar de Santo Estevão - Palmeira	16.10.97	30.10.97	Centro Hípico de Braga
31-003DS	- Cedência de Direito de Superfície de parcela com a área de 4.244,99 m ² , por um período de 44 anos, sito no Lugar da Aldeia - Palmeira	13.05.2004	22.09.04	KIB – karting Investimentos de Braga S.A
31-005DS	- Cedência de Direito de Superfície de parcela com a área de 750 m ² , sito no Lugar da Aldeia – Palmeira – Lote 2	14.11.96	23.03.15 Escritura em nome de Gabriela & José, S.A.	Joaquim Haase Em reunião de 06.10.05 foi atribuída esta parcela a José Ferreira Correia Em reunião de 26.09.13 foi averbada esta parcela em nome de Gabriela & José, S.A.
31-007DS	Hangar adquirido pelos Srs. Fernando Alves da Costa e Júlio Martins faria Mendes no âmbito de um processo de falência de Albert Castex			Lote nº3 - Câmara Municipal de Braga
31-008DS	Lote Nº1			Associação de Paraquedistas do Minho
31-009DS	Hangar propriedade da Câmara			Através do comodato o município cedeu ao Aeroclube de Braga (Procº17 pasta dos Comodatos)

Freguesia de Sequeira				
Proc. n.º	Designação do imóvel	Data da deliberação	Escritura CDS	Nome do Adquirente
54-001DS	- Cedência de Direito de Superfície de um prédio urbano, com a área coberta de 210 m ² e descoberta de 1900 m ² , destina à construção de uma unidade de prestação de saúde pelo prazo de 30 anos	06.11.17	04.07.18	Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.

Proc.º	Entidades	Data do Início do Comodato
1	Junta de Freguesia de Padim da Graça (Parcela de terreno 50 m ²)	02.05.2007
2	Académico Basket Clube (Pavilhão Flávio Sá Leite)	02.07.2007
3	Associação de Solidariedade de Gualtar (Escola EB1 Gualtar)	15.01.2009
4	Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de Este S. Pedro (Escola EB1da Bela Vista – Este S. Pedro)	25.08.2009
5	Junta de Freguesia de Maximinos (frações A e B)	10.08.2010
6	Associação Comunitária de Apoio e Reabilitação de Braga	12.05.2011
7	Associação Solidariedade Social Cultural e Recreativa de Stª Maria de Br (Comissão Instaladora)	
8	Centro Social e Paroquial de Sobreposta (Escola EB1 – Sobreposta)	11.11.2011
9	ASRMSP – Asso. de Sol. dos Refor., Pens. e Idosos de Merelim São Pedro - (Escola EB1 – Merelim São Pedro)	04.05.2012
10	AIA- Associação para Inclusão e Apoio ao Autista (Escola EB1 – Merelim São Pedro)	22.05.2012
11	Associação Grupo Desportivo de Penso Santo Estêvão (Escola EB1)	18.07.2013
12	Junta de Freguesia de Gondizalves (Escola de Cide)	01.06.2013
13	Associação Casa do Areal Prédio Misto – São Victor)	03.06.2013
14	Grupo Desportivo e Recreativo de Santa Tecla (Escola EB1 Rua Jaime Sotto Mayor – São Victor	03.06.2013
15	Aero Clube de Braga (Terminal do Aeródromo de Palmeira)	01.06.2004
16	Junta de Freguesia de Cabreiros (1 piso do edifício escolar – Cabreiros)	18.07.2013
17	Aero Clube de Braga (Hangar nº2 do Aeródromo de Palmeira)	10.03.2014
18	União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cidade Parcela de terreno Horta Comunitária – Maximinos	09.04.2014
19	União de Freguesias de Merelim S. Pedro e Frossos (Escola EB1 de Merelim S. Pedro)	08.09.2014
20	Liga de Aeromodelismo do Cávado (Parcela de terreno – Dume)	
21	CERCI – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidade (Edifício EB1/JI em Navarra)	10.09.2014

22	Cruz Vermelha Portuguesa (Sub-Cave Fração A sita na Travessa Dr. Francisco Machado Owen) – Proc.º enviado para a Dr.ª Isabel Costa em 21.12.16	15.10.2014
23	Idite Minho – Instituto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica do Minho Parcela de terreno – Junto à Av.ª Francisco Pires Gonçalves	25.11.2014
24	AGERE – Empresa de Águas Efluentes e Resíduos de Braga, EM	Não está assinado
25	Freguesia de Santa Lucrécia de Algeriz (Escola EB1 sita no lugar da Escola)	12.03.2015
26	Universidade do Minho (Convento de São Francisco)	28.09.2015
27	União de Freguesias de Vilaça e Fradelos (Escola EB1 sita na Rua da Escola, Freguesia de Vilaça)	29.01.2016
28	Freguesia de Palmeira (Antigas instalações do Jardim de Infância da Póvoa, Palmeira)	22.04.2016
29	Freguesia de Tadim (Prédio urbano e rústico)	29.04.2016
30	União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe (Escola EB1 sita em Semelhe)	23.06.2016
31	Corpo Nacional de Escutas (Parcela de terreno)	10.10.2016
32	Associação Socioprofissional dos Bombeiros Sapadores de Braga (Cedência do Bar refeitório no Interior do Quartel dos Bombeiros Sapadores)	Não está assinado
33	Associação cultural e recreativa “ Os Bravos da Boa luz ” prédio sito na Avenida São Miguel O Anjo Nº11 e 17	Não está assinado
34	Clube de Golfe de Braga (Parcela de terreno com a área de 18.926 m2 sita em Palmeira)	Não está assinado
35	União de Freguesias de S. José de S. Lázaro e de S. João do Souto (instalação da sede de junta)	31.10.2018
36	Associação Maconde (prédio sito no lugar de souto Chão, Maximinos)	20.07.2018
37	Freguesia de Ruilhe (rés-do-chão da EB1 de Ruilhe para desenvolver atividades livres e extracurriculares das crianças que frequenta a EB1 de Ruilhe)	31.10.2018
38	SYAJ – Associação Juvenil Synergia (Polidesportivo da quinta da capela e Anfiteatro da praça Dr. Francisco Araújo Malheiro, para o desenvolvimento das atividades desportivas, culturais e sociais)	13.04.2018

Direitos de superfície da SGEB				
Freguesia	Designação	Área	Escritura do CDS	Valor do Direito de Superfície
Arcos São Paio	Campo de futebol	5.520,00 m2	07.04.09	€ 34 500,00
Arentim	Campo de futebol	12.000,00 m2	20.04.09	€ 75 000,00
Aveleda	Campo de futebol	7.220,00 m2	07.04.09	€ 45 125,00
Cabreiros	Campo de futebol	11.100,00 m2	30.09.10	€ 69 375,00
Celeirós	Campo de futebol	10.380,00 m2	09.04.09	€ 64 875,00

Crespos	Campo de futebol	10.500,00 m2	09.04.09	€ 65 625,00
Cunha	Campo de futebol	7.191,62 m2	20.02.11	€ 44 947,63
Dume (B. Misericórdia)	Campo de futebol	10.213,00 m2	20.04.09	€ 63 831,25
Espinho	Campo de futebol	11.190,00 m2	11.02.14	€ 69 938,00
Figueiredo	Campo de futebol	11.924,00 m2	30.09.10	€ 77 416,88
Frossos	Campo de futebol	7.806,00 m2	20.04.09	€ 48 787,50
Gondizalves	Campo de futebol	12.466,00 m2	02.02.11	€ 77 912,50
Gualtar (Novo)	Campo de futebol	20.000,00 m2	09.04.09	€ 125 000,00
Guisande	Campo de futebol	11.920,00 m2	07.04.09	€ 74 500,00
Lomar -	Campo de futebol	10.192,00 m2	24.03.11	€ 63 700,00
Maximinos	Campo de futebol	9.276,00 m2	03.10.11	€ 57 975,00
Mire de Tibães - Esc.de Retificação	Campo de futebol	7.890,00 m2	24.03.11	€ 49 310,00
Morreira	Campo de futebol	4.557,00 m2	27.07.16	€ 46 125,00
Navarra	Campo de futebol	8.545,00 m2	20.06.13	€ 53 406,25
Nogueira - Esc.de Retificação	Campo de futebol	11.970,00 m2	30.09.10	€ 74 812,50
Padim da Graça	Campo de futebol	8.755,00 m2	03.10.11	€ 54 718,75
Palmeira -	Campo de futebol	15.335,00 m2	24.03.11	€ 95 843,75
Panoias -	Campo de futebol	7.900,00 m2	24.03.11	€ 40 000,00
Parada de Tibães - Esc.de Retificação	Campo de futebol	12.275,00 m2	20.04.09	€ 76 718,75
Pedralva	Campo de futebol	9.548,00 m2	09.04.09	€ 59 675,00
Santa Lucrécia de Algeriz	Campo de futebol	8.927,00 m2	20.07.12	€ 55 793,75
São Lázaro (Camélias)	Campo de futebol	9.562,00 m2	20.04.09	€ 59 762,50
Este São Mamede	Campo de futebol	7.445,00 m2	24.03.11	€ 46 531,25
Merelim São Paio	Campo de futebol	9.800,00 m2	07.04.09	€ 61 250,00
Este São Pedro	Campo de futebol	8.400,00 m2	24.03.11	€ 52 500,00
Sequeira	Campo de futebol	8.750,00 m2	07.04.09	€ 54 687,50
Sobreposta (Novo)	Campo de futebol	12.516,00 m2	24.05.12	€ 78 225,00
Tadim	Campo de futebol	10.245,00 m2	07.04.09	€ 64 031,25
Trandearas	Campo de futebol	7.000,00 m2	09.04.09	€ 43 750,00
Vimieiro	Campo de futebol	9.820,00 m2	21.01.13	€ 61 375,00
Dume	Pavilhão Gimnodesportivo	4.639,00 m2	30.09.10	€ 28 993,75
Ferreiros	Pavilhão Gimnodesportivo	3.141,00 m2	20.04.09	€ 19 631,25
Figueiredo	Pavilhão Gimnodesportivo	7.133,00 m2	03.10.11	€ 24 126,44
Frossos	Pavilhão Gimnodesportivo	2.500,00 m2	20.04.09	€ 15 625,00

Lamações	Pavilhão Gimnodesportivo	4.674,77 m2	09.04.09	€ 29 217,31
Merelim São Paio	Pavilhão Gimnodesportivo	3.765,00 m2	14.05.12	€ 23 531,25
Tebosa	Pavilhão Gimnodesportivo	3.407,00 m2	08.06.09	€ 21 293,75
Vilaça	Pavilhão Gimnodesportivo	3.844,00 m2	26.01.15	€ 24 025,00
São Vicente	Centro Cívico	2.307,00 m2	03.10.11	€ 14 418,75
Sequeira	Edifício Multifuncional	989,60 m2	07.04.09	€ 6 185,00

8.2.16. - Mapa das entidades participadas

Participações financeiras – entidades societárias:	% de participação
Partes de capital – entidades do grupo – participação superior a 50%:	
BRAGAHABIT - Empresa Municipal de Habitação, EM	100%
IB - Agência para a Dinamização Económica, EM	100%
Teatro Circo de Braga, EM, SA	100%
TUB - Empresa Transportes Urbanos de Braga, EM	100%
AGERE - Empresa de Águas Efluentes e Resíduos de Braga	51%
Partes de capital – entidades associadas – participação superior a 20% e inferior a 50%:	
SGEB - Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, SA	49%
ABC de Braga - Andebol SAD	40%
Partes de capital – entidades participadas – participação inferior a 20%:	
MARB - Mercado Abastecedor da Região de Braga, SA	1%
Participações financeiras – entidades não societárias:	Contribuição/% de participação no capital social/estatutário
ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses	5 998,62
APMCH – Assoc. Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	1 317,00
Associação de Municípios de Fins Específicos – Quadrilátero Urbano	30 000,00
Associação de Turismo do Porto	25 000,00
CIM – Comunidade Intermunicipal do Cávado	45 800,00
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	15 000,00
Fundação Bracara Augusta	4 987,98
Fundação Serralves	100 000,00
Turismo Norte e Nordeste de Portugal, ER	1 500,00

Com a aplicação do MEP demonstramos uma imagem mais verdadeira e apropriada dos valores refletidos em investimentos financeiros e evidenciamos como exemplo a participação financeira detida no ABC, Andebol SAD, que apresenta valor negativo, ou seja, a participação financeira foi desconhecida, apresentando valor nulo.

Não foi constituída provisão quanto a esta participada, em virtude do município considerar que

não há necessidade, pois serão resolvidas materialmente e no menor espaço de tempo todas as situações indiciantes dessas matérias.

Entidades	Valor inicial da participação, a 01/01/2018	Capital próprio no fim do corrente ano, proporcional à participação	Efeitos do MEP
BRAGAHABIT - Empresa Municipal de Habitação, EM	10 187 926,14 €	14 093 774,23 €	3 905 774,23€
IB - Agência para a Dinamização Económica, EM	244 036,89 €	403 883,51 €	159 846,62 €
Teatro Circo de Braga, EM, SA	1 240 967,87 €	1 253 540,15 €	12 572,28 €
TUB - Empresa Transportes Urbanos de Braga, EM	228 112,09 €	1 283 906,60 €	1 055 794,51 €
AGERE - Empresa de Águas Efluentes e Resíduos de Braga	38 490 077,68 €	38 042 440,83 €	(386 146 66 €)
SGEB - Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, SA	38 518,00 €	39 932,76 €	1 414,76 €
ABC de Braga - Andebol SAD	0,00 €	0,00 €	0,00 €

8.2.22. – Dívida de cobrança duvidosa

Cód. das contas	Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	1 718 580,45€	318 082,96€	9 973,98€	2 026 689,43€

As dívidas de cobrança duvidosa, apresenta um aumento de 318 mil euros, foram consideradas dívidas de cobrança duvidosa as dívidas de terceiros que estavam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade era devidamente justificado.

8.2.26. – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantia e cauções prestadas e recibos de cobrança

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar acontecimentos ou ocorrências que não produzem modificações no património do Município, mas que representam possibilidades de futuras mudanças ao mesmo, conforme o mapa abaixo.

Conta	Descrição	Saldo da gerência anterior		Movimento anual		Saldo p/ gerência seguinte	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito
093	Garantias e Cauções de Terceiros	0	0	0	0	0	0
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	221 916,46	0	1 367 886,68	0	1 589 803,14	0
09321	Prestadas por Fornecedores de c/c	38 971,00	0	52 294,16	0	91 265,16	0
09322	Prestadas por Fornecedores de Imobilizado	181 171,42	0	1 314 243,90	0	1 495 415,32	0
09323	Prestadas por Outros Credores	1 774,04	0	1 348,62	0	3 122,66	0
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas	0	0	0	0	0	0
09331	Devolvidas a Fornecedores de c/c	0	0	0	0	0	0
09332	Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado	0	0	0	0	0	0
09333	Devolvidas a Outros Credores	0	0	0	0	0	0
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas	0	0	0	0	0	0
09341	Acionadas a Fornecedores de c/c	0	0	0	0	0	0
09342	Acionadas a Fornecedores de Imobilizado	0	0	0	0	0	0
09343	Acionadas a Outros Credores	0	0	0	0	0	0
092	Recibos para Cobrança (Receita virtual)	0	0	0	0	0	0
0921	À responsabilidade do Tesoureiro	33 709,45	0	0	0	33 709,45	0
0922	À responsabilidade de Outros Agentes	0	0	0	0	0	0
		255 625,91	0,00	1 367 886,68	0,00	1 623 512,59	0,00

8.2.27. – Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício

A constituição das provisões deve respeitar apenas às situações que estejam associados riscos e em que não se trata de uma simples estimativa de um passivo certo, não devendo a sua importância ser superior às necessidades. Sendo subsequentemente reduzidas na medida em que se reduzam ou cessem os riscos previstos.

As principais situações que geram a necessidade de registo de provisões são as que se relacionam com aplicações de tesouraria, cobranças duvidosas, depreciação de existências, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais, conforme se demonstra abaixo:

Cód. das contas	Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	1 611 557,98	434 523,69	159 314,22	1 886 767,45
292	Provisões para riscos e encargos	12 130 844,85	1 992 676,84	6 581 389,50	7 542 132,19
39	Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		13 742 402,83 €	2 427 200,53€	6 740 703,72€	9 428 899,64€

291 - As provisões para cobranças duvidosas, que foram alvo de registo contabilístico pelo município em conformidade com o ponto 2.7.1 do POCAL, as provisões foram calculadas de acordo com as seguintes percentagens: a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses; b) e até 12 meses 100%. Este valor, 1,8 milhões de euros, encontra-se refletido nas respetivas contas do ativo, na coluna de amortizações e provisões (AP).

292 - Estas provisões incluem o montante de responsabilidades estimadas como prováveis nos processos judiciais em curso, considerando o montante da indemnização ou encargo que o município prevê suportar relativamente aos referidos processos e cuja resolução pelos Tribunais não tenha ainda ocorrido e os montantes associados a acordos extrajudiciais promovidos, conforme descrito abaixo:

Ação	N.º de processo	Instituição	Expropriante	Expropriado	Valor provisionado
AAC	147/06.0BE BRG	TAFB	"Souto Moura - Arquitectos, Lda." e Outro	Município de Braga	2 693 969,46 €
AAC	1259/06.5BE BRG	TAFB	"ASSOC - Obras Públicas, A.C.E" e Outro (indenização decorrente do acréscimo de custos de estaleiro e agravamento de encargos)	Município de Braga	3 340 040,85 €
AAC	96/12.2BE BRG	TAFB	Sérgio Paulo Pereira Gomes	Câmara Municipal de Braga, Junta de Freguesia de Fraião e Companhia de Seguros Mundial Confiança	30 350,00 €
AAC	202/11.4BE BRG	TAFB	Ana Teresa Pinto Oliveira da Mota	Município de Braga	102 010,09 €
AAC	1600/14.7BE BRG	TAFB	Generali - Companhia de Seguros, SPA	-	11 705,62 €
AC	1877/16.3BE BRG	TAFB	Famaconcret, Lda.	Município de Braga	126 145,52 €
AC	3667/18.0T8 BRG	TJCB	Manuel Rodrigues Sá Serino	Município de Braga	10 500,00 €
AAC	336/12.8BE BRG	TAFB	João Paulo Pereira Luso Rodrigues	-	45 000,00 €
AAE	826/14.8BE BRG	TAFB	Maria Arantes Gomes	-	15 000,00 €
AAC	1898/14.0BE BRG	TAFB	Adm. Condomínio Prédio Rua Padre Freitas nº16	Município de Braga	100 000,00 €
AIP	438/14.6BE BRG	TAFB	José Ribeiro de Oliveira e Mulher	-	151 873,74 €
AA	1250/16.3BE BRG	TAFB	Michele Torres da Silva	Município de Braga	47 950,01 €
RCE	1818/17.0BE BRG	TAFB	Táxis Unidos de Braga, Lda e José Ferreira Pinto	Município de Braga	41 838,98 €
AAC	244/15.0BE BRG	TAFB	Adm. Condomínio Rua Padre Freitas nº10 Real	-	90 000,00 €
AAE	159/13.7BE BRG	TAFB	António Alexandre da Cunha Cruz	Município de Braga	11 534,99 €
AA	876/17.2BE BRG	TAFB	Domingos da Silva Teixeira - Imobiliária S.A.	Município de Braga	71 952,66 €
AAC	1/14.1BE BRG	TAFB	Maria Fernanda Oliveira Cunha Rodrigues	Município de Braga	32 217,43 €
AAC	187/15.8BE BRG	TAFB	Cristina Manuela de Carvalho Marques	-	90 026,69 €
AAC	1891/12.8BE BRG	TAFB	Alexandre Barbosa Borges, S.A.	-	247 039,90 €
AA	1467/18.6BE BRG	TAFB	Vilarco Empreendimentos Imobiliários Lda (e outros)	Município de Braga	282 976,25 €

O saldo final das provisões (passivo) no exercício de 2018 ascendeu a **7 542 132,19€**, representando uma diminuição em relação ao ano anterior de cerca de 4,6 milhões de euros, i.e.:

- 1) sentença aplicada ao processo judicial que estava em curso, designadamente, no âmbito da construção do Estádio Municipal de Braga (1122/05.7BE BRG), que condenou o

município a pagar 4,2 milhões de euros, resultando na reversão da provisão no montante de 3,7 milhões de euros;

- 2) acordo de pagamento estabelecido com a SGEB, SA, referente a rendas de seis equipamentos que o município havia reconhecido provisão no valor de 1,5 milhões de euros;
- 3) Reversão de provisões efetuadas fruto das sentenças judiciais que condenou o município no valor de 276 mil euros;
- 4) Constituição de novas provisões relativas a processos em curso no montante de 1,5 milhões de euros.

8.2.28. – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial, constantes do balanço

Cód. das contas	Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
51	Património	191 459 843,20 €	126 237,85 €		191 586 081,05 €
55	Ajustamentos de partes de capital em empresas	10 319 698,67 €	7 783 217,22 €	3 606 861,31 €	14 496 054,58 €
571	Reservas legais	8 368 801,63 €	180 678,35 €		8 549 479,98 €
576	Doações	1 647 136,51 €	2 617 856,79 €	0,00 €	4 264 993,30 €
577	Reservas decorrentes da transf. ativos	25 630 067,61 €	0,00 €	0,00 €	25 630 067,61 €
59	Resultados transitados	198 521 984,13 €	26 946 813,83€	31 714 847,84 €	193 753 950,12 €
Total		435 947 531,75 €	37 654 804,04 €	35 217 709,15 €	438 280 626,64 €

51 – Património – o valor mantém-se praticamente igual ao do ano transato, justificado com o lançamento de bens novos.

55 – Ajustamentos de partes de capital – resulta da aplicação do MEP (Método da Equivalência Patrimonial) às variações de capital verificadas nas entidades nas quais o município detém influência significativa, de acordo com a demonstração do MEP no ponto 8.2.16. Reconhecimento do direito a receber relativos aos dividendos de participação na AGERE.

571 – Reservas legais – constituição de reserva legal de 5% do resultado líquido de 2017.

576 – Doações – o aumento contabilizado resulta dos seguintes processos de doação mais relevantes: pavilhão gimnodesportivo Mire Tibães (657 mil euros) e a estação central rodoviária de Braga (2 milhões de euros), bem como da contabilização dos bens cedidos ao domínio público e privado no âmbito dos processos de loteamento e obras particulares.

59 – Resultados transitados – para a variação desta conta são apresentados os seguintes comentários:

O valor contabilizado como **aumento/crédito** resulta dos seguintes movimentos:

- 1) aplicação do resultado líquido do exercício anterior, no montante de 3,6 milhões de euros;
- 2) contabilização do reconhecimento do edifício Teatro Circo no valor de 20,2 milhões de euros
- 3) regularização da especialização do IMI e derrama em 800 mil euros
- 4) inventariações de bens novos no património municipal no valor de 1,5 milhões de euros;
- 5) capitalização de gastos com efeitos em exercícios anteriores no montante de 89 mil euros;
- 6) regularização da especialização do subsídio ao investimento de anos anteriores relativo ao reconhecimento do edifício Teatro Circo no valor 877 mil euros.

O valor contabilizado como **diminuição/débito** está associado aos seguintes movimentos:

- 1) regularização de subsídios ao investimento (na sequência do reconhecimento do edifício Teatro Circo), no valor de 8,4 milhões de euros;
- 2) correções a exercícios anteriores, em resultado da necessidade de regularizar acontecimentos, de acordo com o princípio do acréscimo, ascendendo a 1,04 milhões de euros;
- 3) aplicação do resultado líquido para reservas legais 180 mil euros;
- 4) regularizações das amortizações dos novos bens inventariados relativamente a exercícios anteriores no valor 1,5 milhões de euros;
- 5) regularização do montante de 20,5 milhões de euros contabilizado como imobilizado em curso para o qual, no âmbito do trabalho concretizado em 2016 tendente à regularização dos investimentos em curso, não foi possível reunir as condições técnicas definidas no normativo contabilístico aplicado que permitissem reconhecer como imobilizado firme.

8.2.29. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

(unidade: €)

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências Iniciais	- €	522 937,91 €
Compras	- €	517 977,56 €
Regularizações de Existências	- €	(45 691,11 €)
Existências Finais	- €	512 871,51 €
Custos no exercício		482 352,85 €

8.2.31. – Demonstração dos Resultados Financeiros

Código das contas	Custos e perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2018	2017			2018	2017
681	Juros suportados	215 963,09	245 626,14	781	Juros obtidos	186,27	3 190,31
682	Perda em entidades participadas	0,00	1 144 010,88	782	Ganhos em entidades participadas	3 380 814,45	3 286 985,31
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos em imóveis	2 899 197,24	2 867 241,43
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participação de capital	0,00	2 490,02
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferença de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiras	54,11	60 192,44	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros	92 274,39	165 598,11
	Resultados financeiros	6 156 455,15	4 875 675,72	789	Reposições	0,00	0,00
		6 372 472,35	6 325 505,18			6 372 472,35	6 325 505,18

- **682/782** - Os ganhos e as perdas em entidades participadas derivam do reconhecimento das participações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, no montante respeitante ao resultado líquido destas entidades, na proporção da participação.

8.2.32 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Código das contas	Custos e perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2018	2017			2018	2017
691	Transferências de capital concedidas	1 424 565,27	1 935 040,06	791	Restituição de impostos	0	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0	0,00
693	Perdas em existências	105 694,86	146 850,74	793	Ganhos em existências	50 006,69	98 551,93
694	Perdas em imobilizações	464,75	936 994,79	794	Ganhos em imobilizações	33 149,05	12 778,77
695	Multas e penalidades	148,98	24 559,46	795	Benefícios de penalidades contratuais	80 808,85	105 561,81
696	Aumentos de amortizações e de provisões	280 711,23	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	874 074,38	323 699,07
697	Correções relativas a exercícios anteriores	209 340,41	191 709,19	797	Correções relativas a exercícios anteriores	246 559,62	130 263,23
698	Outros custos e perdas extraordinárias	262 091,46	68 033,79	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1 768 884,32	1 655 300,82
	Resultados extraordinários	770 465,95	-977 032,40	799	Reembolsos e Restituições		0,00
		3 053 482,91	2 326 155,63			3 053 482,91	2 326 155,63

- **691** – A diminuição contabilizada reflete a diminuição dos apoios de capital concedidos pelo município, designadamente às freguesias.

ANEXO II

NOTAS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPETIVA EXECUÇÃO

8.3. NOTAS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO

8.3.1. - Modificações ao Orçamento

Durante o exercício económico de 2018 foram efetuadas:

- quinze alterações ao orçamento da despesa;
- uma revisão ao orçamento da receita e ao orçamento da despesa.

8.3.2. – Outras Informações Relevantes

1. Ativos e Passivos contingentes

Para o caso em consideração, aplica-se a IPSAS 19 “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

A própria norma sustenta que tais situações sejam devidamente divulgadas no anexo, pelo que abaixo se descrevem os processos em causa.

Processos judiciais em curso - Ativos contingentes

Ação	N.º de processo	Instituição	Autor	Réu	Valor processual da ação
AAE	1723/14.2BEARG	TAFB	Município de Braga	ON2 - Programa Operacional do Norte	30 000,01 €
Resol. CA		TJB	Município de Braga	Vasconcelo & Trigo	-
	1346/12.0BEARG	TAFB	Sá Machado & Filhos, Lda.	Município de Braga	30 000,01 €

Processos judiciais em curso - Passivos contingentes para divulgação

Ação	N.º de processo	Instituição	Autor	Réu	Valor processual da ação
AAE	1763/11.3BEBRG	TAFB	Vilaminho - Inovação Imobiliária, Lda.	Município de Braga / Presidência do Conselho de Ministros / Estado	30 000,01 €
AAC	1327/12.4BEBRG	TAFB	JM - Gestão de Condomínios, Lda.	Município de Braga, Bragaparcos, S.A., DST, Axa Portugal e ABB, S.A.	30 000,01 €
AAC	132/13.3BEBRG	TAFB	Sá Machado & Filhos, S.A.	Município de Braga	177 812,78 €
AAE	1228/12.6BEBRG	TAFB	Aureliano Albano Fernandes	Município de Braga	30 000,01 €
AAE	1141/13.0BEBRG-A	TAFB	Aureliano Albano Fernandes	Município de Braga	30 000,01 €
APO	4601/13.9TBBERG	TJCB	Arquidiocese de Braga	Município de Braga	30 000,01 €
AAE	1624/07.0BEBRG	TAFB	António Pinto da Silva e Mulher	Câmara Municipal de Braga e Junta de Freguesia de Panoias	34 556,50 €
APC	1954/13.2BEBRG	TAFB	E.S.S.E. - Estacionamento à Superfície e Subterrâneos, S.A.	Município de Braga	30 000,01 €
AAE	273/14.1BEBRG	TAFB	Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, em Representação de todos os trabalhadores associados	Município de Braga	30 000,01 €
AAE	903/14.5BEBRG	TAFB	Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, em Representação de Francisco Cardoso Oliveira	Município de Braga	737,28 €
AAC	1167/13.3BEBRG	TAFB	Generali - Companhia de Seguros, SPA	-	8 112,87 €
AAC	617/12.0BEBRG	TAFB	Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	-	7 599,46 €
AA	54/17.0BEBRG	TAFB	STAL		5 000,01 €
AA	1354/18.8BEBRG	TAFB	Manuel Ferreira Dias	Município de Braga	8 000,00 €
AA	2074/18.9BEBRG	TAFB	Marco André Martins	Município de Braga	5 000,00 €
AA	2351/18.9BEBRG	TAFB	Custódia Ferreira de Oliveira	Município de Braga	5 323,00 €
AAC	2931/14.1BEBRG	TAFB	João Paulo dos Reis Morais	Município de Braga	550,00 €
AAC	2043/11.0BEBRG	TAFB	António Fernando Enes (e Outros)	Estado Português (Município de Braga)	678 488,00 €
AAC	3260/15.9BEBRG	TAFB	Urbanscreens - Publicidade, Lda.	Município de Braga	2 249 340,67 €
AAC	3181/15.5BEBRG	TAFB	António Ribeiro Gomes Moreira	Município de Braga	71 565,37 €
AAC	3579/15.9BEBRG	TAFB	Maria Irene Fernandes C.	Município de Braga	30 000,01 €
AAC	3382/15.6BEBRG	TAFB	Gracinda de Jesus Gomes Fernandes	Município de Braga	7 682,00 €
AAC	3383/15.4BEBRG	TAFB	Isilda de Carvalho Leite	Município de Braga	33 644,00 €
AAE	1292/11.5BEBRG	TAFB	Vicente Vilaça Pinto	-	15 000,00 €
AAE	84/12.9BEBRG	TAFB	Alfredo Almeida Sousa	Município de Braga	20 000,00 €
AAC	1595/12.1BEBRG	TAFB	António da Costa Gomes	-	7 500,00 €
AAC	1286/12.3BEBRG	TAFB	Amabélia Rodrigues & Fernandes, Lda.	Município de Braga	39 659,49 €
AAE	2138/12.2BEBRG	TAFB	Francisco da Silva Coelho e Maria Joaquina Gonçalves Ferreira	-	5 000,01 €
AAE	716/13.1BEBRG	TAFB	Vítor Manuel Carvalho Martins Barbosa	Município de Braga	30 000,01 €

AAC	1697/13.7BEBRG	TAFB	Segredos & Sugestões - Pizzaria e Padaria, Unipessoal, Lda.	Município de Braga	4 365,00 €
AAC	1696/13.9BEBRG	TAFB	Jorge de Faria Ribeiro	Município de Braga	4 786,26 €
AAC	1901/13.1BEBRG	TAFB	STAL - Carlos Nogueira	Município de Braga	5 000,01 €
AAC	223/14.5BEBRG	TAFB	Liberty Seguros, S.A.	Município de Braga	9 148,37 €
AC	186/18.8T8BRG	TJB	Rosa Martins da Fonte	Município de Braga	5 000,01 €
AA	1614/18.8BEBRG	TAFB	José Lourenço Freitas da Silva	Município de Braga	250,92 €
AA	1365/18.3BEBRG	TAFB	Ana Maria Martins Moreira	Município de Braga	30 000,01 €
AA	1221/18.5BEBRG	TAFB	Marco Alberto Guimarães Gomes Marques e outros	Município de Braga	5 000,01 €
AAC	943/18.5BEBRG	TAFB	STAL em representação de José Manuel Costa Silva	Município de Braga	30 000,01 €
AAE	486/14.6BEBRG	TAFB	Visão Actual, Lda.	-	1 650,00 €
AAC	1684/14.8BEBRG	TAFB	Sandra de Fátima Fernandes Rego	Município de Braga	1 345,71 €
AIP	1461/14.6BEBRG	TAFB	PT Comunicações, S.A.	-	232,70 €
AIP	1596/14.5BEBRG	TAFB	EDP Distribuição - Energia, S.A.	-	2 917,15 €
AIP	2139/14.6BEBRG	TAFB	PT Comunicações, S.A.	-	128,00 €
AAC	2830/14.7BEBRG	TAFB	Maria Alves Duarte	Município de Braga e outros	7 500,00 €
AAE	989/12.7BEBRG	TAFB	Urbanscreens - Publicidade, Lda.	Estradas de Portugal, EP	30 000,01 €
AAE	1506/15.2BEBRG	TAFB	STAL - Suzana Pimenta	Município de Braga	30 000,01 €
AAE	1507/15.0BEBRG	TAFB	STAL - Luiz Marques	Município de Braga	30 000,01 €
Impug	176/18.0BEBRG	TAFB	Avelino José Duarte Costa	Município de Braga	1 500,00 €
AAE	1768/15.5BEBRG	TAFB	Domingos da Silva Teixeira - Imobiliária S.A.	Município de Braga	66 147,20 €
AAE	2647/15.1BEBRG	TAFB	Maria Arantes Gomes	Município de Braga	15 000,00 €
EXPRO	3133/18.3T8BRG	JLCB	Vilaminho - Inovação Imobiliária, S.A.	Município de Braga	30 000,01 €
APC	4900/15.5T8BRG	TJB	Maria de Fátima Rodrigues Martins	Município de Braga e Abílio Santana Ribeiro & Filhos, Lda.	60 000,02 €
	15/16.7BEBRG	TAFB	Crédito Agrícola Seguros - Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A.	Município de Braga	7 024,30 €
	238/16.9BEBRG	TAFB	Lídia Guedes da Costa	Município de Braga	30 085,44 €
AA	454/16.3BEBRG	TAFB	Maria de Fátima da Silva Pinheiro	Município de Braga	18 022,24 €
AA	198/17.9BEBRG	TAFB	Sérgio Henrique Rodrigues Lima	Norverde Investimentos Imobiliários, S.A.; José Martins Abilheira; Município de Braga; A.C. Valdemar-Administração de Condomínio Unipessoal, Lda. e Fidelidade Companhia de Seguros, S.A.	791 833,33 €
AA	462/16.4BEBRG	TAFB	Joaquim Marques Rodrigues da Mota	Município de Braga	9 718,84 €
AA	1825/16.0BEBRG	TAFB	Sofia Goreti Dias Lages	Município de Braga	65 000,00 €
AA	2081/16.6BEBRG	TAFB	Sílvia Patrícia Gomes da Silva	Município de Braga	80 000,00 €
AA	3705/15.8BEBRG	TAFB	Armando Manuel da Fonseca Terra	Município de Braga	9 130,22 €
AA	17/16.3BEBRG	TAFB	D.G.M.L. Imobiliária, Lda	Município de Braga	15 000,01 €
AA	350/16.4T8BRG	TJCB	Nuno alexandre Pinto Ferreira	Município de Braga, Grandezas & Valias, Lda e irmãos Lopes, Lda	55 000,00 €

PC	420/16.9BEBRG	TAFB	Elisabete Pereira Fernandes	Município de Braga	10 000,00 €
AA	493/16.4BEBRG	TAFB	Elisabete Pereira Fernandes	Município de Braga	10 000,00 €
AC	4653/16.0T8BRG	TJCB	Beatriz Vieira da Costa Coelho	Município de Braga	8 000,00 €
AA	2097/16.2BEBRG	TAFB	Armando Augusto Soares Marques	Município de Braga	2 691,97 €
AA	2296/16.7BEBRG	TAFB	Maria José Ferreira de Araújo	Município de Braga	30 000,01 €
AAC	1719/17.2BEBRG	TAFB	Vitor Manuel do Couto Fernandes da Cunha e Ana Cristina do Couto Fernandes da Cunha	Município de Braga	8 000,00 €
AA Impug	2671/17.0BEBRG	TAFB	Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e afins e representação de Lucília Maria Ferreira da Costa Brandão	Município de Braga / Presidente da Câmara Municipal de Braga	30 000,01 €
AA Condenação	2770/17.8BEBRG	TAFB	Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte em representação de Maria Manuela Caldas Oliveira Peixoto	Município de Braga	30 000,01 €
AA	1326/17.0BEBRG	TAFB	Ilídio Costa Brandão, Acílio da Silva Estanqueiro Rocha e José António Cardoso Barbosa	Município de Braga	30 001,00 €
AA	1303/17.0BEBRG	TAFB	Fidelidade - Companhia de Seguros, SA	Município de Braga	4 755,31 €
AA	1391/17.0BEBRG	TAFB	Sónia de Jesus Pereira Cunha	Município de Braga	250,00 €
PC	1557/17.2BEBRG	TAFB	Jaime Graça de Oliveira Macieira	Município de Braga	30 000,01 €
AA	923/17.8BRBRG	TAFB	ExclusiveMountain - Associação de Moradores, Alfredo Luís Ferreira de Magalhães e outros	Município de Braga	30 000,01 €
AA	1622/17.6BEBRG	TAFB	Construções Carlos Ferreira & CA, Lda	Município de Braga	581 489,56 €
	1809/17.1BEBRG	TAFB	Nobelwall Imobiliária, Lda	Município de Braga	1 242 034,77 €
Impug	2022/17.3BEBRG	TAFB	JC Decaux - Mobiliário Urbano e Publicidade, Lda	Município de Braga	115 455,95 €
APC	6361/17.5T8BRG	TJCB	Braguimo - Gestão e Administração de Bens, SA	Município de Braga	2 065 000,00 €
AA	1105/17.4BRBRG	TAFB	Francisco António da Silva, Ana Paula Rodrigues pereira e Judite Domingas da Silva Oliveira	Município de Braga	30 000,01 €
AA	878/18.1BEBRG	TAFB	STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins (em representação de Fernando Albino Pereira Dias)	Município de Braga	30 000,01 €
PCPC	836/18.6BEBRG	TAFB	RECIFE - Desmontagem de Veículos, Lda.	Município de Braga	34 000,00 €
AA	2737/17.6BEBRG	TAFB	Braguimo - Gestão e Administração de Bens, SA e PetroCávado - Investimentos Imobiliários e Mobiliários, SA	Município de Braga	6 367 329,26 €
	1685/14.6BEBRG	TAFB	Noviarte - Construções, Lda	Município de Braga	
AA	2717/15.6BEBRG	TAFB	José Cunha Dias Machado	Município de Braga	8 946,40 €
AA	1288/17.3BEBRG	TAFB	André Pinto Oliveira	Município de Braga	30 000,01 €
	2454/17.7BEBRG	TAFB	Manuel Pereira de castro	Município de Braga	12 589,00 €
	5924/17.3T8BRG	TJCB	Nuno Filipe da Costa Capela	Município de Braga	30 000,01 €
PC	2774/17.0BEBRG-A	TAFB	ESSE, SA	Município de Braga	30 000,01 €
AA	2774/17.0BEBRG	TAFB	ESSE, SA	Município de Braga	30 000,01 €
Intim	2602/18.0BEBRG	TAFB	Vilaminho - Inovação Imobiliária, Lda.	Município de Braga	10 125,00 €

AA	1883/18.3BEBRG	TAFB	Luís Acácio Gonçalves Carvalho e outros	Município de Braga	30 000,00 €
AT	182/18.5Y3BRG	TTB	Palmira Freitas Ferreira	Município de Braga	-
AA	2287/18.3BEBRG	TAFB	João Rebelo e outros	Município de Braga	30 000,00 €
AA	2277/18.6BEBRG	TAFB	Américo Leite da Cruz e outros	Município de Braga	3 620,00 €
AA	2420/18.5BEBRG	TAFB	Leandro Jorge Lourenço	Município de Braga	1 630,00 €
AA	2473/18.6BEBRG	TAFB	Maria da Graça Pereira Azevedo	Município de Braga	1 812,00 €
CPC	2780/18.8BEBRG	TAFB	Arlindo Correia & Filhos, SA	Município de Braga	409 244,00 €
Outros	32/18.2BEBRG	TAFB	ESSE, SA	Município de Braga	
Outros caut	1060/18.3BEBRG	TAFB	Manuel Joaquim Oliveira	Município de Braga	5 000,01 €
AA	1009/18.3BEBRG	TAFB	Mavilde da Conceição Fernandes	Município de Braga	82 350 000,00 €
PC	1923/18.6BEBRG	TAFB	Condomínio do prédio sito na Rua Tanque de Pedra, nº 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22 e 24	Município de Braga	30 000,01 €
AEX	5708/11.2TBORG	TCB	José Manuel Eusébio Rodrigues	Agostinho Costa Ribeiro	Município de Braga
AA	616/16.3BEBRG	TAFB	Nuno Miguel Rodrigues da Silva	Município de Braga	1 577,17 €
AA	1814/16.5BEBRG	TAFB	Aureliano Albano Fernandes	Município de Braga	30 000,01 €
AA	13/17.3BEBRG	TAFB	Hercafil, Lda	Município de Braga	30 000,01 €
AA	518/17.6BEBRG	TAFB	Avelino do Vale de Sousa e outros	Município de Braga	17 237,68 €
AA	21/17.4BEBRG	TAFB	PMA - Construções Imobiliária, Lda	Município de Braga e outros	545 506,53 €
AA	434/17.1BEBRG	TAFB	Roberto Joaquim Rebelo Quintela	Município de Braga	2 952,30 €
AA	301/17.1BEBRG	TAFB	Geração de Valores, SA e Ideia Atlântico - instituto de Desenvolvimento Empresarial Inovação do Atlântico	Município de Braga	2 867 682,80 €
	401/17.5BEBRG	TAFB	Projecto 3 - Publicidade e Marketing, Lda		9 975,60 €
AA	554/17.2BEBRG	TAFB	Ilídio Costa Brandão e outros		30 001,00 €
AA	646/17.8BEBRG	TAFB	Maria Manuela Oliveira da Cruz Monteiro	Município de Braga e outros	30 000,00 €
AA	669/17.7BEBRG	TAFB	Joaquim Sá Machado & Filhos, SA	Município de Braga	30 000,01 €
AA	692/17.1BEBRG	TAFB	José Lopes da Cruz	Município de Braga	5 500,00 €
AA	841/17.0BEBRG	TAFB	Tiago José Calheiros Cruz Figueiredo		31 273,55 €
AA	868/17.1BEBRG	TAFB	Luísa Filipa Rodrigues Gonçalves Figueira de Sousa	Município de Braga e outros	30 000,01 €
PC	2730/18.1T8BRG	TTB	Ricardo Augusto Araújo Marques e outros (trabalhadores ESSE)	Município de Braga	30 000,01 €
AA	976/17.9BEBRG	TAFB	Maria Celeste Pimenta Lopes Teixeira	Município de Braga	5 000,01 €
AA	975/17.0BEBRG	TAFB	Seguradoras Unidas, SA	Município de Braga e outros	3 781,99 €
AA	746/17.4BEBRG	TAFB	José Ribeiro Oliveira	Município de Braga	30 000,01 €
AA	1092/17.9BEBRG	TAFB	Irmãos Sá Machado & Filhos, Lda	Município de Braga	7 998,00 €
AA	1128/17.3BEBRG	TAFB	Armando Jorge Hortense Agapito	Município de Braga	5 598,40 €
AA	1964/11.4BEBRG	TAFB	Maximino Pereira Gomes	Município de Braga	8 000,00 €
AAC	734/17.0BRBRG	TAFB	Aurora Maria Oliveira Ribeiro	Manuel Rua Cardoso, Gilberto Cardoso, Sebastião Cardoso, Município de Braga e Invescampos, Lda	7 500,00 €
AAC	968/16.5T8BRG	TJB	Maria Alves Vieira Coelho Simões, Júlio Alves Vieira, Ângela Maria Alves Vieira	Município de Braga, UF de Merelim (S. Paio), Panoias e Parada de Tibães e SGEB	30 100,00 €

AA	731/16.3BEBRG	TAFB	Táxis João Batista & Adelaide, Lda	Município de Braga	30 000,01 €
AA	1357/16.7/BEBRG	TAFB	Joaquim Sá Machado & Filhos, SA	Município de Braga	8 000,00 €
	2033/13.8BEBRG	TAFB	José Marcelino da Costa Pires e outros	Município de Braga e outros	15 000,00 €
	2034/13.6BEBRG	TAFB	José Marcelino da Costa Pires e outros	Município de Braga e outros	15 000,00 €
Cont PC	304/18.6BELSB	TACL	Vodafone, SA	Município de Braga	30 001,00 €
Acid Trab	5630/17.9T8BRG	TTB	José Esteves Fernandes Costa	Município de Braga	-
Intimação	563/18.4BEBRG	TAFB	Vilaminho - Inovação Imobiliária, Lda.	Município de Braga	10 125,00 €
Impug	840/18.4BRBRG	TAFB	Maria da Conceição Gonçalves Concheiro	Município de Braga	30 000,01 €
Cont Pre	867/18.6BEBRG	TAFB	Construções Refoiense, Lda.	Município de Braga	4 421 683,19 €
A Ind	47/18.0BEBRG	TAFB	Maria Elisa Antunes da Silva Soares	Município de Braga	-
AA	1993/18.6BEBRG	TAFB	Condomínio do prédio sito na Rua Tanque de Pedra, nº 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22 e 24	Município de Braga	30 001,00 €
AA	2235/18.0BEBRG	TAFB	Irmãos Borges - Imobiliária, S.A.	Município de Braga	30 000,01 €
AA	2220/18.2BEBRG	TAFB	Vilaminho - Inovação Imobiliária, S.A.	Município de Braga	42 452,37 €
AA	2223/18.7BEBRG	TAFB	José de Araújo Pereira Sampaio, Isaura Fontainha Alves de Pinho Pereira Sampaio, Álvaro Manuel Paiva Pereira Sampaio e outros	Município de Braga	30 000,01 €
AA	2222/18.9BEBRG	TAFB	Maria Bernardete Gomes Pereira Fernandes	Município de Braga	2 028 218,94 €
AA	2231/18.8BEBRG	TAFB	Irmãos Borges - Imobiliária, S.A.	Município de Braga	30 000,01 €
AA	2232/18.6BEBRG	TAFB	Korvases, Lda.	Município de Braga	30 000,01 €
PC	2471/18.0BEBRG	TAFB	Maria Manuel Lobo Pinto de Oliveira, Teresa Maria de Sousa Araújo Pereira Mora e outros	Município de Braga	30 000,01 €
AA	2872/18.3BEBRG	TAFB	Maria Manuel Lobo Pinto de Oliveira, Teresa Maria de Sousa Araújo Pereira Mora e outros	Município de Braga	30 000,01 €
APC	7129/18.7T8BRG	TAFB	Arquidiocese de Braga	Município de Braga	30 001,00 €
AA	2485/18.0BEBRG	TAFB	Francisca Maria de Sequeiros Barreto e Araújo	Município de Braga	30 000,01 €
AA	2296/18.2BEBRG	TAFB	Francisca Maria de Sequeiros Barreto e Araújo	Município de Braga	30 000,01 €
PC	2296/18.2BEBRG-A	TAFB	Francisca Maria de Sequeiros Barreto e Araújo	Município de Braga	5 000,01 €
AA	2229/18.6BEBRG	TAFB	Irmãos Borges - Imobiliária, S.A.	Município de Braga	30 000,01 €
EXEC	924/10.7BEBRG-B	TAFB	Maria Fernanda Araújo Alves da Silva	Município de Braga	30 000,01 €
Intim	244/19.1BEBRG	TAFB	Sweet Tropic - Imobiliária, Lda.	Município de Braga	30 000,01 €
	1949/13.6BEBRG	TAFB	Semural-Soc. Empreendi/ Urbanos, SA	Município de Braga	7 083,90 €
	355/14.0BEBRG	TAFB	Jorge Manuel Meira Costa	Município de Braga	30 000,01 €
	1905/16.2BEBRG	TAFB	MEO-Serviço de Comunicações e Multimédia,S.A	Município de Braga	183,30 €
	453/17.2BEBRG	TAFB	MEO-Serviço de Comunicações e Multimédia,S.A	Município de Braga	51 177,50 €
Impug	1953/18.8BEBRG	TAFB	JCDecaux, Lda	Município de Braga	140 795,00 €
PC	2844/18.8BEBRG	TAFB	Isabel Leite Machado, Lda	Município de Braga	-
Cobr	116710/18.7YIPRT	TJB	ZMG Unipessoal, Lda	Município de Braga	13 242,00 €

8.3.3 Outros documentos

Relação de acumulação de funções

N.º Meca.	Nome	Cargo ou Função	Modalidade de Contrato	Função Acumulada	Tipo	Autorização
778	Abílio Manuel Gonçalves Ferreira	Assistente operacional	Contrato trabalho tempo indeterminado	Gestão de serviço de café/bar	Privada	03-07-2018
863	Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimarães	Diretor Municipal	Contrato trabalho tempo indeterminado	Músico/Compositor	Privada	16-02-2018
1034	Sónia Alexandra Cruz Pereira	Assistente Técnica	Contrato trabalho tempo indeterminado	Promotora	Privada	14-11-2018
1438	Anabela Oliveira Abreu Ataíde	Polícia municipal	Contrato trabalho tempo indeterminado	Comercial da Vorwerk	Privada	21-06-2018
1544	Hugo Jorge Faria Gomes	Assistente Técnico	Contrato trabalho tempo indeterminado	Agricultor	Privada	01-10-2018
1611	Maria Conceição Loureiro Fonseca	Assistente operacional	Contrato trabalho tempo indeterminado	Empregada de limpeza	Privada	28-02-2018
2587	Luís Alexandre Fernandes Maia	Assistente operacional	Contrato trabalho tempo indeterminado	Jardineiro	Privada	10-05-2018
3446	João Gonçalves Mota	Assistente operacional	Contrato trabalho tempo indeterminado	Vigilância	Privada	22-12-2017
3489	Maria Fernanda Sousa	Assistente operacional	Contrato trabalho tempo indeterminado	Empregada de limpeza	Privada	12-12-2017
3811	Maria Rosa Costa Rodrigues Vieira	Assistente operacional	Contrato trabalho tempo indeterminado	Venda de artesanato	Privada	19-01-2018
4440	César Miguel Soares Barbosa	Assistente operacional	Contrato trabalho tempo indeterminado	Atividade comercial - repositor	Privada	26-10-2018
5255	Maria Lúcia Duarte Fernandes Ferreira	Assistente técnica	Contrato trabalho tempo indeterminado	Venda de artesanato	Privada	17-07-2018
5258	Nádia Jerónimo Pereira Bastos Fernandes	Técnica Superior	Contrato trabalho tempo indeterminado	Formadora	Privada	02-11-2018

5429	Nuno Pedro Silva Jesus Monteiro	Diretor de Departamento	Contrato trabalho tempo indeterminado.	Sócio-gerente	Privada	05-02-2018
2512	Pedro Luís Pereira Carmo Cunha	Bombeiro Municipal	Contrato trabalho tempo indeterminado.	Nadador Salvador	Privada	13-03-2018
4481	Carlos Alberto Rodrigues	Bombeiro Municipal	Contrato trabalho tempo indeterminado.	Serralheiro	Privada	19-01-2018
5211	Tânia Sofia Vieira Maia	Técnica Superior	Contrato trabalho tempo indeterminado.	Docência	Públicas	06-08-2018
5457	Ana Paula Ferreira Viana Monteiro Silva	Técnica Superior	Contrato trabalho tempo indeterminado.	Perita Qualificada em Certificação Energética	Privada	24-05-2018
1308	João Carlos Marques Silva Pereira	Bombeiro Municipal	Contrato trabalho tempo indeterminado.	Motoristas dos Autocarros de aluguer	Privada	24-05-2018
2508	Mário Rogério Fernandes Boarquivo	Bombeiro Municipal	Contrato trabalho tempo indeterminado.	Formador e atos de engenharia e consultor	Privada	05-06-2018
3126	João Pedro Marques Oliveira Amorim	Bombeiro Municipal	Contrato trabalho tempo indeterminado.	Motorista de veículos pesados de passageiros	Privada	04-10-2018
994	Daniel Martins Fontes	Assistente Operacional	Contrato trabalho tempo indeterminado.	Motorista do S.C. Braga	Privada	22-12-2017
5515	Nuno Avelino Carvalho Machado	Comando dos Bombeiros Sapadores	Comissão de serviço	Engenharia Eletromecânica	Privada	24-05-2018
5515	Nuno Avelino Carvalho Machado	Comando dos Bombeiros Sapadores	Comissão de serviço	Membro da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	Públicas	10-05-2018
4488	Jorge Manuel Silva Oliveira Alves	Bombeiro Municipal	Contrato trabalho tempo indeterminado.	Distribuidor de Produtos Médicos	Privada	15-01-2018

Relação nominal dos responsáveis

Nome	Situação na entidade	Remuneração líquida auferida	Período de responsabilidade	Morada
Ricardo Bruno Antunes Machado Rio	Presidente	40.001,96	01-01-2018 / 31-12-18	Rua Calvelo de Baixo, 13 – 4715-566 – Braga
Firmino José Rodrigues Marques	Vereador	29.842,91	01-01-2018 / 31-12-18	Rua Dr. Gomes Santos, 25 – 4715-302 – Braga
Altino Bernardo Lemos Bessa	Vereador	29.857,31	01-01-2018 / 31-12-18	Rua do Pombal, 166 – 1.º esq. - 4800-023 – Guimarães
João Vasconcelos Barros Rodrigues	Vereador	29.735,56	01-01-2018 / 31-12-18	Rua de Vila Nova, 117 – 4715-238 - Braga
Maria do Sameiro Macedo Araújo	Vereador	29.632,90	01-01-2018 / 31-12-18	Av. Dr. Porfírio da Silva, 260, 2.º esq. – 4715-044 – Braga
Miguel Sopas de Melo Bandeira	Vereador	34.686,63	01-01-2018 / 31-12-18	Rua Dr. Gomes dos Santos, n.º 1 – 4715-302 – Braga
Lídia Brás Dias	Vereador	30.880,07	01-01-2018 / 31-12-18	Rua Faustino Ferrador, n.º 5, 6.º andar – 4710-244 – Braga
Artur Jorge de Oliveira Feio	Vereador		01-01-2018 / 31-12-18	Rua Conselheiro Lobato, 241, 3.º Dto - 4705-089 – Braga
Jorge Miguel de Assis Caldeira Cruz Corais	Vereador		01-01-2018 / 31-12-18	Avenida Dr. Artur Soares, 322, 1.º Frente - 4700-363 - Braga
Liliana Angélica Costa Matos Pereira	Vereador		01-01-2018 / 31-12-18	Travessa Belo Horizonte, 35 -4715-252 – Braga
Alberto Carlos Carvalho de Almeida	Vereador		01-01-2018 / 31-12-18	Rua 25 de Abril, n.º 457, 2.º Dto – 4710-913 - Braga